Em Portugal, o debate entre europeístas e isolacionistas não surgiu com Maastricht ou com a discussão sobre a Constituição Europeia. Nesta conversa entre Álvaro de Vasconcelos e José Calvet de galhães desvenda-se o debate surdo entre europeístas, euro-atlantistas e acionistas que atravessou a diplomacia portuguesa logo desde o final da unda Guerra Mundial e que ganhou contornos públicos no pós-25 de l, e descobre-se que em Portugal a questão europeia ainda não está almente resolvida. Quem melhor que o embaixador Calvet de Magalhães, r ímpar desse debate, do lado internacionalista da barricada, para nos mbrar os seus contornos mais significativos para os nossos dias?

na obra indispensável para compreender a história lomática de Portugal e da Europa no século XX.»

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

triotismo tranquilo, aventura tranquila, humanis- tranquilo. Álvaro de Vasconcelos revela o porquê constância do adjectivo ao longo de conversas, nas ais, sem nunca se contradizer, Calvet de Magalhães ega a ser cortante na avaliação dos seus contem- râneos e na abordagem de projectos internaciona- tas e pró-europeus que defende para Portugal. amos, com isto, a conhecê-lo melhor...»

ANTÓNIO MONTEIRO

ais do que um livro, é uma conversa fascinante. história contada na primeira pessoa. Por um por- guês universal, um europeu convicto, um diplomata ro. O testemunho de uma vida que se confunde com io século de Portugal no mundo.»

NUNO SEVERIANO TEIXEIRA

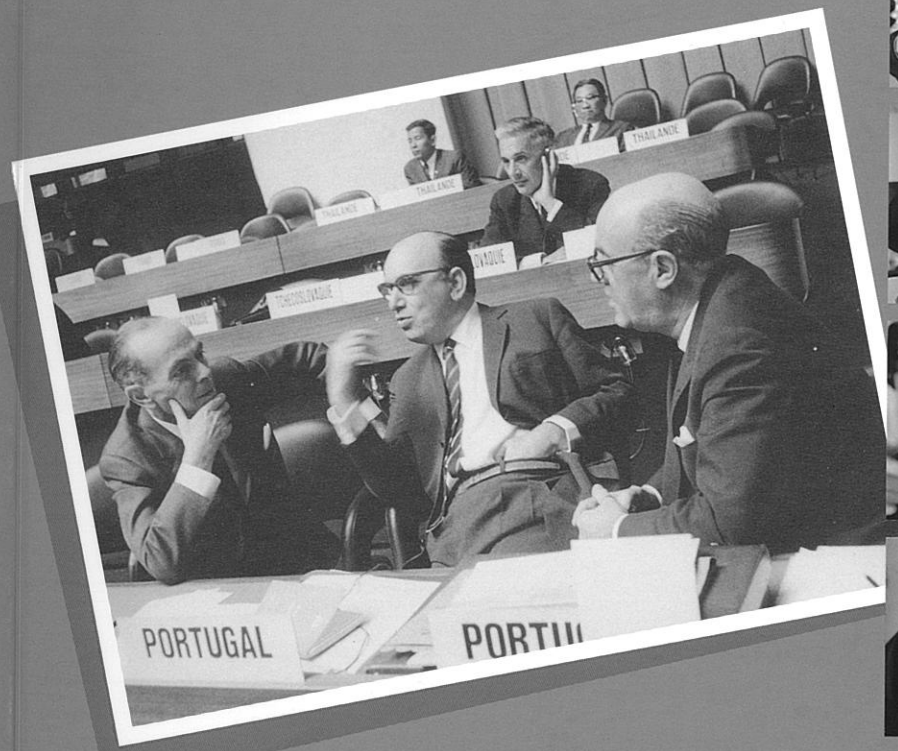
53-0274-5

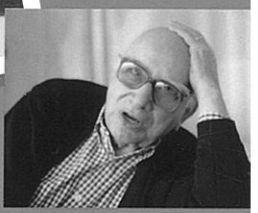
ÁLVARO DE VASCONCELOS | Conversas com José Calvet de Magalhães

Bizâncio

Conversas com José Calvet de Magalhães

Europeístas e Isolacionistas na Política Externa Portuguesa





ÁLVARO DE VASCONCELOS

Conversas com
José Calvet de Magalhães

EUROPEÍSTAS E ISOLACIONISTAS NA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA

EDITORIAL BIZÂNCIO
LISBOA, 2005

Título: *Conversas com José Calvet de Magalhães — Europeístas e Isolacionistas na Política Externa Portuguesa*
© Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais e Editorial Bizâncio, 2005
1.ª edição: Junho de 2005
Revisão: Helder Guégués
Arranjo gráfico da capa: Armando Lopes
Fotografias em sequência da capa: Álvaro de Vasconcelos
Fotografia da capa: Arquivo da família de José Calvet de Magalhães
Fotografia do autor na badana: Luis de Vasconcelos
Composição e paginação: Editorial Bizâncio
Impressão e acabamento: Rolo & Filhos — Artes Gráficas, L.da
Depósito legal n.º 228 335/05
ISBN: 972-53-0274-5
Todos os direitos para a publicação desta obra em Portugal reservados por Editorial Bizâncio, L.da
Largo Luís Chaves, 11-11A, 1600-487 Lisboa
Tel.: 21 755 02 28/Fax: 21 752 00 72
E-mail: bizancio@editorial-bizancio.pt

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 9

I AS RAÍZES 17
O dever e os valores 28
Os primeiros passos nas Necessidades 31
O mestre Andrade Corvo 35

II AS DUAS CORRENTES: EUROPEÍSMO *VERSUS* NACIONALISMO 49
Os mitos 51
Franco Nogueira 61
Diplomacia, a arte do compromisso 68
A doutrina de Salazar 72
Do Plano Marshall à adesão 78
Marcelo Caetano e a ala liberal 92
Continuidade e ruptura na adesão 97

III PARA ALÉM DA UNIÃO 103
O antiamericanismo tradicional 105
A questão espanhola 112
Os limites da geopolítica 115

IV Os ministros 121

V Os valores como futuro 131
O que é a diplomacia 133
O poder dos direitos humanos 139
O federalismo comunitário 143
A identidade portuguesa 147

VI O futuro da Europa e de Portugal 151
Os desafios de Portugal 160
O risco do nacionalismo 163

Biobibliografia de José Calvet de Magalhães 167

Índice remissivo 179

Introdução

Conheci o embaixador José Calvet de Magalhães em 1982, quando terminava a sua carreira diplomática dirigindo a renegociação do Acordo das Lages. Num país ainda marcado na sua política externa e de segurança pelo pensamento geopolítico atlantista ou pelo isolacionismo nacionalista, um diplomata, de primeiro plano durante o antigo regime, actor e pensador, capaz de ser ao mesmo tempo europeísta convicto e um admirador tranquilo da democracia americana, era uma excepção e um enigma. Aliás, não têm sido nem um nem dois os políticos do novo regime que se espantam ao descobrirem a consistência das convicções europeístas do embaixador Calvet de Magalhães.

Desde essa altura sempre me fascinaram as condições em que no Portugal de Salazar, do sonho colonial, tinha emergido na diplomacia portuguesa uma corrente notoriamente pró-europeia, euro-atlântica como gosta de se definir o embaixador Calvet, e a polémica travada com a corrente geopolítica atlantista e imperial, do «orgulhosamente sós». Polémica que, não se assumindo como tal, se prolongou até bem depois da nossa adesão às Comunidades Europeias.

A importância deste debate continua a marcar a nossa política externa e foi nessa perspectiva que há muito pensava nesta conversa. Tanto mais que ela seria uma síntese de muitas horas passadas a ouvir o embaixador Calvet de Magalhães, muitas vezes em companhia de alguns amigos como o saudoso Armando Antunes de Castro, Guilherme d'Oliveira Martins, Maria do Rosário de Moraes Vaz, Celso Lafer e tantos outros, durante os últimos vinte anos. Só quem não ouviu o embaixador Calvet de Magalhães discorrer sobre a sua vida diplomática, contar com enorme precisão de detalhes episódios marcantes, é que não desejaria que ele tivesse publicado as suas memórias. Mas a actividade transbordante, como ensaísta, biógrafo, articulista e professor não lhe deixaram tempo para se dedicar ao passado.

Esta entrevista, que não tem a pretensão de ser um exercício de história (esse fica para os historiadores), procura ser uma forma de intervenção no presente, pois é minha convicção que a questão europeia não se encontra resolvida em Portugal. É verdade que a democracia permitiu que se consolidasse a ideia de que o futuro de Portugal estava na recusa do isolacionismo e na Europa e continua a existir um apoio generalizado à União Europeia entre os Portugueses, mas mantém-se em largos sectores a desconfiança da supranacionalidade, a convicção de que estamos na União apenas para receber, com segundas intenções, como diz Calvet de Magalhães, que tudo nos é devido e em todos os *dossiers* deve haver ganhos líquidos, caso contrário essa é uma dimensão da construção europeia que não nos interessa. O peso do nacionalismo, em Portugal fortemente associado ao centralismo, ficou bem patente na argumentação contra a regionalização, vista por muitos como uma ameaça à identidade nacional e ao mito de um país culturalmente uniforme. Mas reaparece em muito dos temas que são centrais nesta entrevista, como a desconfiança em relação a Espanha. Por tudo isto não perdeu actualidade o debate surdo entre europeístas e isolacionistas que atravessou a diplomacia portuguesa logo desde o final da Segunda Guerra Mundial. Quem melhor que o embaixador Calvet de Magalhães, actor ímpar desse

debate, do lado internacionalista da barricada, para nos relembrar os seus contornos mais significativos para os nossos dias?

Parte essencial da actividade diplomática e intelectual de Calvet de Magalhães foi a procura de um caminho europeu para Portugal e de uma relação sólida com os Estados Unidos, como campo prático de aplicação do exercício da diplomacia pura. Só o regime democrático iria permitir desenvolver plenamente estas duas dimensões, as quais, no final da Segunda Guerra Mundial, eram já os temas fortes das manobras de bastidores de um grupo de diplomatas em princípio de carreira, entre os quais Calvet de Magalhães.

Tendo entrado para o Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1941, em plena guerra, recusou o nacionalismo ideológico, fruto do ódio dos outros, e o conceito de soberania absoluta, que então estava tanto na moda em Portugal, e que, juntos, foram a causa da terrível tragédia europeia e mundial. Como escreveu anos mais tarde em «Portugal na Europa: o caminho certo», notável artigo em defesa do Tratado de Maastricht publicado na *Estratégia,* o nacionalismo ideológico, antieuropeu, «é uma atitude doutrinária que considera os valores nacionais como valores absolutos, opondo-se a tudo que obrigue, em nome de superiores valores humanos, a reconhecer a relatividade dos valores nacionais». Nas circunstâncias do debate europeu que, também em Portugal, se seguiu à queda do Muro de Berlim, Calvet de Magalhães critica os que se opõem aos avanços no sentido da união política e olham com desconfiança os acordos, «particularmente aqueles que criam associações entre Estados e que possuem um carácter internacional». Ao nacionalismo, opõe o patriotismo, que tira benefício para o seu país da interdependência, do livre comércio e da participação na comunidade internacional. Patriotismo que assenta num amor tranquilo pela sua Pátria, o amor natural dos seus, que não se alimenta da desconfiança nem de ódios e rancores pelas outras nações. Bem pelo contrário, é enorme a sua admiração por todas as nações em que viveu e trabalhou, sejam os Estados Unidos, a França ou a Itália.

Não é, pois, de estranhar que desde muito novo tenha sido um entusiasta da integração europeia e tenha sido, com o embaixador Ruy Guerra, um dos promotores de uma política de aproximação à Europa. O aparecimento e crescimento de uma corrente internacionalista e pró-europeia nas Necessidades, durante o antigo regime, é talvez um dos aspectos mais interessantes da história diplomática portuguesa do pós-guerra. Foi uma aventura tranquila, quase sempre a contracorrente, mas bem-sucedida naquilo que era possível, ou seja, a participação de Portugal nos organismos europeus de cooperação económica, o que permite afirmar que o processo de integração europeia de Portugal não começou com a adesão à Comunidade, em 1986. Foi um processo gradual que principiou sensivelmente com a participação na Organização Europeia de Cooperação Económica, precursora da OCDE, e cujo objectivo era aplicar o Plano Marshall, de que Portugal veio a beneficiar com algum atraso, prosseguiu com a adesão à EFTA (e indirectamente e por arrastamento ao GATT) e se consolidou com o acordo de associação com a CEE, de Julho de 1972.

A adesão, em 1986, às Comunidades Europeias, um projecto de inclusão democrática, representou, indiscutivelmente, um salto qualitativo em relação ao lento processo de integração económica de Portugal no espaço europeu iniciado no pós-guerra, só possível devido à ruptura com a ditadura que foi o 25 de Abril e à consolidação da democracia nos anos que se seguiram. Ao Portugal de Salazar estava vedado, mesmo que esse tivesse sido o seu desejo, um destino plenamente europeu, para parafrasear Mário Soares, uma das mais fortes vozes europeias dos novos tempos. Aos que do interior do antigo regime fizeram avançar a integração económica, juntavam-se e sobrepunham-se, agora, vindos da oposição interna ou do exílio, em muitos casos em países das Comunidades Europeias, os que defendiam o ideal europeu numa perspectiva eminentemente política. Alguns dos europeístas da primeira hora têm tido enormes dificuldades em acompanhar o processo de construção da união política europeia e passaram a ver em cada passo da União uma vulnerabilidade

para a soberania portuguesa. Calvet de Magalhães, bem pelo contrário, entusiasmou-se com cada etapa, alargando e aprofundando a sua reflexão europeia, agora em condições muito mais favoráveis à concretização dos seus desígnios de defensor de um verdadeiro federalismo.

A desconfiança do antigo regime em relação ao processo de integração europeia só era comparável à que nutria pelos Estados Unidos, que desmentiam com a sua enorme estabilidade política e crescente progresso económico as teses de Salazar sobre o fracasso das democracias à luz das dificuldades que atravessaram na Alemanha e na Itália. Também segundo Calvet de Magalhães, era a tradição anticolonial americana a razão essencial do antiamericanismo da direita tradicional em Portugal. A par da integração europeia, promover relações sólidas com os Estados Unidos foi o outro traço marcante da acção diplomática de Calvet de Magalhães. Antes de 1974, as relações com as democracias, europeias e americana, eram as duas componentes essenciais de uma política internacionalista portuguesa. Para Calvet de Magalhães, não existe naturalmente contradição entre a opção europeia de Portugal e as relações com os Estados Unidos, que no seu entender mutuamente se reforçam, o que o leva a preconizar uma política euro-atlântica que defende em diversos textos publicados na *Estratégia*. A esse tema regressou no texto que publicou na obra *José Calvet de Magalhães — Humanismo Tranquilo,* reafirmando a sua perspectiva, agora em novas e mais difíceis circunstâncias. O seu internacionalismo e a sua crítica do nacionalismo são, aliás, componentes essenciais da sua eficácia como negociador, amplamente comprovada nas várias negociações que dirigiu com os Estados Unidos, com o objectivo de vencer o enorme défice político e económico que as caracteriza, primeiro por desconfiança dos governantes do antigo regime, depois por incapacidade do novo em tirar partido da locomotiva da economia mundial que foram no século passado os Estados Unidos. Trata-se, hoje ainda, de resolver a dilemática contradição entre a afirmação de atlantismo por parte das elites portuguesas e a redução

quase absoluta dessas relações à cedência da base das Lages. *Portugal: um paradoxo atlântico* é, aliás, o título de um dos livros do IEEI de que Calvet de Magalhães é co-autor.

Para Calvet de Magalhães a diplomacia, como conceito rigoroso, é a arte da paz, que se exerce pela procura do compromisso, pela valorização da tolerância e a força persuasiva dos estímulos, pela procura de regras e de referências comuns. O seu instrumento de eleição é a negociação, contrária da imposição. É a sua concepção kantiana da diplomacia pura, que não se ocupa da guerra e nem mesmo das sanções económicas, pois esses seriam instrumentos violentos da política externa, em contraste com o instrumento pacífico que é a diplomacia. Quando a guerra rebenta é porque a diplomacia fracassou e daquela se devem ocupar não os diplomatas mas os políticos, a quem compete a definição e condução da política externa e o manejo dos instrumentos de coacção.

O seu apego à paz como valor e à diplomacia como seu instrumento, a sua convicção profunda de que a função essencial do diplomata é a de «fazedor da paz», constitui um traço forte do seu humanismo, que faz de Calvet de Magalhães um herdeiro do «pensamento liberal e humanitário», como ele próprio o define, de Andrade Corvo, que ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros por diversas vezes, nos finais do século XIX. É clara a sua filiação no pensamento liberal da geração de 70, de Eça e de Antero de Quental, a quem, aliás, dedicou duas biografias, a par do seu Garrett, um ardente combatente do liberalismo.

A relação de José Calvet de Magalhães com o IEEI — quase vinte anos como que de conversa ininterrupta sobre a diplomacia, a política externa portuguesa, a Europa e o mundo, a par do conselho sábio e oportuno e do apoio sempre certo e seguro — é para todos nós motivo de grande e justificado orgulho, e agora de imensa saudade. A sua colaboração intelectual, expressa em dezenas de textos publicados em livros, na *Estratégia* e n'*O Mundo em Português,* e em tantas outras intervenções em conferências, constitui parte importante do património que dá testemunho visível de uma reflexão original e única sobre a política internacional.

★ ★ ★

Esta conversa começou no dia 19 de Julho de 2001, num restaurante no Estoril, e continuou, por diversas ocasiões, na sua casa, na Avenida Biarritz, também no Estoril, a que se seguiram várias conversas no Paço do Lumiar, na sede do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, a que o embaixador Calvet de Magalhães presidia desde 1985.

A maior parte do texto deste livro foi aprovada pelo embaixador Calvet de Magalhães, mas passagens há que, infelizmente, já não o puderam ser, razão por que assumo a responsabilidade pelo conjunto.

Este livro não teria sido possível sem o entusiasmo que Maria João Seabra, responsável no IEEI pela edição das suas publicações, colocou na sua revisão. Queria agradecer também a Teresa de Sousa, a Guilherme d'Oliveira Martins e a Peter Calvet, que leram o texto atentamente e fizeram um conjunto de úteis sugestões. Os meus agradecimentos vão também para todos os que no IEEI transcreveram o texto, a partir das gravações, e contribuíram para a elaboração das notas. Finalmente, o nosso obrigado à família de José Calvet de Magalhães e a Isabel Fevereiro, do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pela cedência da maioria das fotografias.

I
As Raízes

José Calvet de Magalhães nasceu em Lisboa, em 1915. Filho de Manuel Faria de Sousa Calvet de Magalhães e de Judith Maria de Sousa Cabral Osório Anjos, viveu em Moçambique durante a infância. Do avô e do bisavô afirma ter herdado a costela liberal e do pai, a quem se referia amiúde, o espírito de independência, princípios que José Calvet de Magalhães praticou de forma tranquila.

Álvaro de Vasconcelos (AV) — O seu pensamento liberal tem raízes familiares?

José Calvet de Magalhães (JCM) — O meu avô era liberal e o meu bisavô era vintista. Fez parte da Revolução de 1820, que começou no Porto, e o irmão dele, João de Sousa Pinto de Magalhães, foi durante muito tempo presidente das primeiras Cortes Constituintes e das várias Cortes. Era uma figura importante do liberalismo. De resto, o livro de Vasco Pulido Valente[1] sobre essa época fala muito dele, pois era amigo íntimo do duque de Palmela.

Eram pessoas daquela nobreza de Entre o Douro e Minho, que eram liberais e apoiantes de D. Pedro. Quando se levantou o

[1] Vasco Pulido Valente, *Os Devoristas: A Revolução Liberal (1834-1836)*, Lisboa: Quetzal, 1993.

cerco do Porto, vieram para Lisboa. O meu bisavô, quando os liberais ganharam, foi colocado na Direcção-Geral das Alfândegas, e o irmão foi inspector-geral dos Correios — foi ele que criou o primeiro selo em Portugal — e, depois, foi ministro da Justiça.

O meu avô, seguindo a tradição do pai, entrou nas Alfândegas muito novo e chegou a administrador-geral. E depois, no tempo do rei D. Manuel II, como era muito amigo do almirante Ferreira do Amaral, no primeiro governo de D. Manuel foi ministro das Obras Públicas, do Comércio e da Indústria.

AV — E durante a I República?

JCM — Respeitaram-no. As receitas fundamentais do Estado eram as receitas aduaneiras, porque os impostos não davam nada. Eu ainda me lembro de Afonso Costa ir lá a casa visitar o meu avô. Afonso Costa era ministro das Finanças e respeitava muito o meu avô. Quando veio o Sidónio Pais, os monárquicos pela primeira vez votaram num Presidente da República — o meu avô votou em Sidónio Pais. Quando o regime do Sidónio caiu e, depois da breve ditadura de Pimenta de Castro, o Partido Democrático regressou ao poder, o novo governo resolveu afastar todos os monárquicos que estavam em ascensão política. Foi em 1920. Meu avô era administrador-geral das Alfândegas e foi nomeado presidente do Supremo Tribunal Fiscal Aduaneiro. Um pontapé pela escada acima.

AV — O seu pai era também um liberal.

JCM — Um rebelde. O meu pai era jornalista, dedicado à crítica política, da escola de Bordalo Pinheiro. Quando veio o 28 de Maio, puseram-lhe uma mordaça. O meu pai tinha um jornal de crítica política em Lourenço Marques e criaram um serviço de censura — a primeira censura de jornais foi feita em Lourenço Marques, antes de Lisboa. Mas como não tinham pessoal para rever

os jornais todos, o governador-geral, o general Ivens Ferraz, suspendeu a publicação de todos os jornais de Lourenço Marques, deixando que se publicasse apenas um, que se chamava *A Imprensa de Lourenço Marques*. Os directores dos vários jornais tinham o direito de aí publicar um artigo, visado pela censura.

O meu pai publicou um artigo nesse jornal em que falava do ministro das Colónias, o oficial de Marinha João Belo. João Belo tinha ligações com o Banco Nacional Ultramarino e dizia-se que fora esse banco a financiar o 28 de Maio. Ora, o Banco Nacional Ultramarino tinha falido e João Belo, quando foi nomeado ministro das Colónias, decretou o curso forçado das notas do Banco Nacional Ultramarino. Já ninguém aceitava essas notas, era tudo em moeda de prata, as «quinhentas», algumas até do tempo de D. Manuel. O meu pai, nesse artigo, fazia uma descrição muito equilibrada da situação. Simplesmente, como conhecia muito bem toda a técnica tipográfica, compôs o artigo na tipografia, artigo que era, linha sim, linha não, um ataque a João Belo. Isto foi feito no maior segredo, mas, no dia que o jornal saiu, o meu pai teve de fugir para a África do Sul. Foi preso na fronteira e expulso para Portugal. Eu fiquei com a minha mãe e com os meus irmãos, à espera que nos levassem de barco para Lisboa.

Quando o paquete acostou no Cais Gorjão, a população inteira de Lourenço Marques estava no cais para assistir à partida de Chaves de Almeida, director do jornal, e do meu pai — que eram vistos como dois heróis. O Chaves de Almeida, que era advogado, interpôs um recurso no Supremo Tribunal Administrativo. Passados dois ou três anos, o processo no Tribunal Administrativo foi ganho e o meu pai e o Chaves de Almeida foram absolvidos.

AV — Como nasceu o seu interesse pela política externa e pela diplomacia? Qual foi a causa primeira do seu envolvimento numa actividade de carácter eminentemente internacional e do seu apego à ideia europeia?

JCM — Aí, há dois aspectos. Um é o meu interesse pelas questões europeias, outro é o meu interesse pela vida diplomática. E as duas coisas estiveram um pouco ligadas. Mas o meu interesse pelo mundo é muito anterior ao meu interesse pela vida diplomática. Comecei por me interessar pelos problemas da unidade europeia quando era ainda aluno do liceu. Não sei explicar muito bem porquê, mas veio-me parar às mãos literatura pró-europeia. Eu tinha uma ligação muito íntima com a família de um diplomata — com a qual criei uma grande amizade — em cuja casa havia muita literatura que traziam do estrangeiro. Caiu-me na mão uma revista, publicada pelo famoso conde Coudenhove-Kalergi, que se chamava *Revista Pan-Europeia*[1]. Nunca consegui saber exactamente se era austríaco ou húngaro — pelo nome parece-me mais húngaro que austríaco —, mas creio que a revista era publicada em Viena. Coudenhove-Kalergi fundou um movimento pan-europeu, mais ou menos nos anos 20, coincidindo com a tentativa de Aristide Briand[2] de lançar na Sociedade das Nações o projecto de uma federação europeia. O que é certo é que eu comecei a interessar-me, nessa altura, por qualquer matéria ligada à investigação histórica. E interessava-me pela História não apenas nacional.

AV — Nessa altura era estudante do liceu...

JCM — Era estudante do Liceu Passos Manuel, em Lisboa. Ora bem, isso situa-se nos anos de 1932/33, ou coisa assim. Nasci em 1915 e tinha portanto 17/18 anos. Eu era o melhor aluno de História na classe, e tive um professor muito bom...

[1] Conde Coudenhove-Kalergi (1894-1972). Foi secretário-geral da União Pan-Europeia (1924-1972).

[2] Aristide Briand (1862-1932). Estadista francês, ministro dos Negócios Estrangeiros e chefe do Governo. Em 1929, apresentou perante a Sociedade das Nações, em Genebra, uma proposta de constituição de uma união federal europeia, que ficou conhecida como Plano Briand.

AV — Lembra-se de quem era esse professor de História, que, como muitos professores de Liceu nessa altura, tanta influência tinham nos alunos?

JCM — Muito bem. Alberto Reis Machado[1], um homem notável que fazia investigações históricas e gostava muito de mim — era uma espécie de aluno predilecto dele. Já estava no 6.º ano do liceu. A certa altura, pediu aos alunos com melhores classificações — e eu era o primeiro — para fazerem uma exposição na aula sobre um tema à nossa escolha. Os meus colegas, naturalmente, foram escolher os temas clássicos: um escolheu as Cruzadas, outro a Revolução Francesa. O meu tema foi a unidade europeia, mas no âmbito cultural, a unidade da cultura europeia. Fiz uma exposição sobre as raízes da Europa cultural. Estava a ler nessa altura alguns autores franceses e disse que a civilização europeia se baseava em três raízes fundamentais: a filosofia grega, o direito romano e a ética cristã. As três coisas juntas faziam aquilo que se chamava a civilização ocidental e, também, a Europa como unidade.

Isto é só para mostrar que já em 1933 eu tinha um pensamento acerca da unidade europeia. Quando já estava na faculdade, fiz uma conferência no Conservatório Nacional, mas já sobre a questão da unidade política europeia, uma história das várias tentativas de organização europeia, desde a Idade Média. Como vê, desde muito novo que me interessava por estas coisas, independentemente do meu interesse ou da minha participação na vida diplomática.

Há um livro de Gustave Hervé de que me lembro perfeitamente, muito bem escrito e interessante, que não sei se teve muito eco em França mas que gostei muito de ler[2]. Chamava-se

[1] Alberto Reis Machado. Historiador e professor de História e Filosofia dos liceus.

[2] Gustave Hervé (1871-1944). Expulso da universidade pelas suas posições antimilitaristas em 1901, fundou o jornal *La Guerre sociale* em 1906.

Nouvelle Histoire de l'Europe. Aí, tratava-se da unidade europeia no plano cultural, como mais ou menos eu expus. Sobre outras leituras, a minha lembrança é muito vaga. Devo acrescentar que geralmente evitava falar nisso porque essa minha ideia de unidade europeia era uma coisa completamente estranha no meio português daquele tempo.

AV — Mas nessa altura, no início dos anos 30, poucos anos depois da queda da I República, havia entre os derrotados, exilados ou não, quem alimentasse ideais europeus…

JCM — Acho que muito poucos. Houve um caso curioso que recentemente andei a reviver. Num concurso para a carreira diplomática no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1930, houve um candidato, que eu conheci muito bem, que apresentou uma dissertação sobre a unidade europeia. Nessa altura, no MNE, os candidatos eram obrigados a apresentar uma dissertação, e a sua tinha como título *Estados Unidos da Europa — Briand não tem razão*. Um professor do Instituto Superior do Comércio de então, que veio a ser director-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, chamado Francisco António Correia, havia feito uma conferência na Sociedade de Geografia também sobre os Estados Unidos da Europa e que era um comentário à proposta de Briand de 1929. A dissertação do candidato ao MNE, que se chamava Amaro de Sacramento Monteiro[1], causou surpresa. Simplesmente, o título dessa dissertação era um bocadinho enganador, porque podia levar a pensar que ele não era favorável à união europeia, e ele era favorável. Mas ele discordava do plano defendido por Briand, de uma federação europeia baseada exclusivamente em aspectos políticos. Monteiro achava que Briand não tinha razão porque era necessário considerar, em primeiro

[1] Amaro de Sacramento Monteiro. Nasceu em 5 de Maio de 1900 na Ilha do Fogo. Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, foi aprovado para o quadro diplomático e consular em 1931.

lugar, o aspecto económico. Só se podia chegar ao político através do económico.

AV — Era certamente um homem com extraordinários dotes de previsão; um precursor do método Monnet…

JCM — Extremamente inteligente, de quem toda a gente gostava imenso, porque contava anedotas e era muito divertido. Nunca pôde fazer uma carreira normal. Acabou a carreira como cônsul-geral. Depois fizeram-no ministro para efeitos da reforma. Nunca tomou a coisa política a sério. Mas é curioso que, nessa dissertação, que está bem escrita, revela grande perspicácia política. Dado o seu carácter, o que ele disse acabou por não ser tomado a sério e caiu no esquecimento. E depois nós estávamos no Estado Novo, ou melhor, ainda não era bem o Estado Novo, estávamos ainda na ditadura militar. O Estado Novo, verdadeiramente, começa em 1933, a partir da Constituição. Mas Salazar já era a figura política dominante desde 1928. E havia a vaga nacionalista. É neste aspecto que Sacramento Monteiro falha. Por acreditar, na conjuntura em que se vivia na Europa, num projecto europeu bastante avançado. Ele, inclusivamente, dizia que uma federação europeia deveria incluir a própria Rússia. E em 1930 a Rússia era a União Soviética.

Mas o que ele não vê são os nacionalismos nascentes na Europa, que destruíram todas essas ideias. O plano de Briand não conseguiu convencer porque já tinha havido a revolução fascista em Itália, que teve lugar em 1922; na Alemanha, os nazis ainda não estavam no poder, mas já tinham uma força política enorme.

AV — Mas em Portugal os nacionalistas já estavam no poder desde 1926.

JCM — Em Portugal os nacionalistas estavam, de facto, no poder, em Espanha tinha havido o golpe de Primo de Rivera, que tentou criar um regime autoritário. Já havia todo um movimento

nacionalista muito forte, que impedia a divulgação destas ideias europeístas.

AV — Mesmo assim, havia pessoas como José Calvet de Magalhães que assumiam uma posição europeísta, favorável a uma relação forte com as democracias europeias, no momento em que, em Portugal, se afirmava uma corrente fortemente nacionalista. A corrente europeísta era certamente minoritária entre os diplomatas portugueses mas, como hoje sabemos, existia.

JCM — Mesmo quando, mais tarde, entrei no ministério, não encontrei nenhum colega com manifestações pró-europeias, no sentido da unidade europeia. Pensei que houvesse algum. Quando entrei no ministério sentei-me numa secretária e mesmo ao lado estava Ruy Guerra[1], com quem eu conversava muito. Nunca tratei com ele esse problema, mas sabia que ele tinha ideias, sobretudo democráticas. Seu pai fora senador da I República, uma pessoa muito ligada à República, e tudo isso era para mim surpreendente. Mas, sobre a questão europeia, nunca encontrei ninguém com quem dialogar. Era uma coisa que não tinha eco.

AV — Durante a guerra, nomeadamente nos meios da resistência, o ideal europeu como resposta ao nacionalismo extremo começou a desenvolver-se.

[1] Ruy Teixeira Guerra (1902-1996). Em Janeiro de 1956 é ministro plenipotenciário de 1.ª classe, na Secretaria de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, como director-geral dos Negócios Económicos e Consulares. Nessa qualidade acompanha de perto as negociações ZLC/EFTA, integrando várias delegações portuguesas na OECE. Delegado do governo português na reunião realizada em Genebra no início de 1958 entre os sete. Participa nas negociações para a constituição da EFTA como suplente do secretário de Estado do Comércio e chefia a delegação portuguesa nas reuniões de 1957 em Oslo, Estocolmo e Saltsjöbaden, conseguindo importantes garantias para Portugal. Em Junho de 1960 torna-se embaixador de Portugal em Berna e em Outubro do mesmo ano representante permanente de Portugal no Conselho da EFTA, em Genebra.

JCM — Em Portugal não havia eco de espécie nenhuma. Eu escrevia em alguns jornais, mas nunca escrevi sobre isso. A única coisa que eu fiz acerca da Europa foram as tais palestras, na aula de História e no Conservatório.

AV — Essas palestras foram publicadas?

JCM — Tinha escrito apenas umas notas…

AV — São certamente um elemento interessante para esta conversa…

JCM — Perdi-as completamente.

AV — Entretanto, em plena Segunda Guerra, um intelectual talhado para a investigação histórica e a escrita tinha chegado à carreira diplomática.

JCM — Entrei para a carreira diplomática pelas motivações já referidas. Quando era mais jovem o meu sonho era ir para a Marinha, mas havia dois obstáculos. O primeiro obstáculo era o que os meus colegas, que sabiam disso, me diziam: «Tu não passas no teste físico.» Nunca fui bom de vista, tinha astigmatismo que, com o tempo, melhorou. Quando era miúdo cheguei a usar óculos, depois deixei de os usar, e recomecei a usá-los já com 50 anos. Nunca fui muito desportivo. Mas quando chegámos ao 5.º ano do liceu, os meus amigos íntimos foram todos para Letras e, como as minhas melhores notas eram, de facto, em História, Filosofia..., eu também fui. Tendo ido para Letras, a alternativa à Marinha era a carreira diplomática. Por outro lado, o meu maior amigo era da tal família de diplomatas, de maneira que eu vivi no meio de diplomatas antes de entrar no ministério, que já conhecia muito bem.

O dever e os valores

AV — Quem era o diplomata que pelos vistos tanto influenciou a sua vida?

JCM — Chamava-se Carlos Sampaio Garrido[1]. Ele era primo de Teixeira de Sampaio[2], secretário-geral do ministério.

AV — Sampaio Garrido notabilizou-se pela defesa dos judeus durante a guerra, contra a política de extermínio dos Nazis, como, aliás, Aristides de Sousa Mendes.

JCM — Carlos Sampaio Garrido foi para mim como um segundo pai. Era um homem muito culto, apaixonado por música clássica e pela filosofia. Tive com ele longas conversas, nas tam-

[1] Carlos de Almeida Afonseca de Sampaio Garrido (1883-1945). Cônsul-geral em Paris em 1930 e ministro plenipotenciário em Buenos Aires (1935), Budapeste (1939) e Estocolmo (1945).

[2] Luís Teixeira de Sampaio (1875-1945). Para além de diplomata, foi um distinto investigador histórico, tendo dirigido durante alguns anos o arquivo histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

bém longas caminhadas que ambos fazíamos. Como nosso ministro em Budapeste teve uma atitude muito corajosa. Enfrentou a Gestapo, que arrancou pela força umas dezenas de judeus refugiados na nossa legação e que ele acompanhou até ao local de detenção, exigindo às autoridades húngaras a sua libertação e devolução à legação, invocando o nosso estatuto de neutralidade e as imunidades diplomáticas.

Já perto do final da guerra, o governo nazi, considerando que as autoridades húngaras eram demasiado brandas com os judeus, enviou agentes da Gestapo para a Hungria para efectuar o seu internamento. Um desses judeus, salvo por Carlos Garrido quando ainda jovem, emigrou depois para os Estados Unidos, naturalizou-se americano e foi eleito membro do Congresso. O seu nome era Lantos[1] e, numa das minhas visitas aos Estados Unidos, encontrei-me com ele e com a mulher, também salva por Carlos Garrido. Isto sem falar dos pais da Zsa-Zsa e da Eva Gabor. O governo húngaro, após a queda do Muro de Berlim, prestou uma justa homenagem póstuma a Carlos Garrido.

AV — Carlos Garrido e Sousa Mendes são dois exemplos notáveis de que um diplomata não deve apenas servir bem o poder. Pode haver momentos em que um diplomata se deve recusar a cumprir uma ordem por razões de consciência e humanidade.

JCM — O problema da desobediência a ordens superiores, ou à própria lei, é uma questão delicada que se põe não apenas em relação a diplomatas mas a todos os servidores do Estado. O problema surge quando ordens superiores ou normas em vigor entram em conflito grave com imperativos legais ou humani-

[1] Tom Lantos é membro da Câmara dos Representantes desde Janeiro de 1981. Nascido em Budapeste em 1928, tinha 16 anos quando as tropas nazis ocuparam a Hungria. É o único sobrevivente do Holocausto membro do Congresso norte-americano.

tários dos agentes. São situações que só podem ser avaliadas em face das circunstâncias e dos valores éticos de cada indivíduo, que é confrontado com um dilema que envolve deveres de consciência que é para ele insuportável violentar. A minha resposta é positiva, mas há que avaliar as circunstâncias de cada caso.

Os primeiros passos nas Necessidades

AV — Entrou para o Ministério dos Negócios Estrangeiros em plena guerra e apesar da neutralidade portuguesa as questões europeias dominavam a actividade diplomática.

JCM — Quando entrei, em 1941, estávamos na Segunda Guerra, e os meus colegas só pensavam no curso da guerra. Por acaso fui para a repartição das questões económicas e os meus colegas eram praticamente todos, chamemos-lhes assim, pró-aliados. Eram todos pró-britânicos, e alguns deles, como o Ruy Guerra e o Álvaro Marques[1], tinham todos ideias de política democrática, embora não fossem políticos activos. Embora eu também tivesse ideias próprias, era mais reservado. Eles eram mais abertos. Havia outros mais reservados, como eu, em matéria política. A política interna não se discutia, o que era típico no regime de Salazar.

[1] Álvaro Duarte Loureiro Marques. Delegado de Portugal na Conferência das Nações Unidas para o comércio e emprego, em Havana, onde assinou a acta final (1946). Ministro plenipotenciário em Havana (1954) e em missão especial.

A certa altura, pouco depois de entrar no ministério, foi nomeado chefe da repartição das questões económicas Lima Santos[1], casado com uma prima minha, que era fortemente anti-salazarista. Tinha ligações com todos os líderes democráticos conhecidos. Como era muito liberal, falávamos mais abertamente de questões políticas. O ambiente era mais livre, nessa repartição eram todos mais pró-aliados e pró-democráticos.

Era bastante interessante ver os amigos de Lima Santos a discutir com ele. O Álvaro Marques era o chefe da repartição das questões administrativas, um democrata, publicamente declarado, a tal ponto que assinou a lista para propor Norton de Matos à presidência da República. Fazia parte desse movimento e era um democrata declarado que não poupava críticas à política de Salazar. Era um homem respeitadíssimo, muito inteligente e correcto.

Teixeira de Sampaio morreu em 1945. Ele era muito centralista, a tal ponto que nunca nomeara directores-gerais e, por isso, nessa altura só havia no ministério chefes de repartição. Salazar, que era o ministro, despachava directamente com os chefes de repartição, incluindo Álvaro Marques. E Salazar sabia que ele era seu adversário. Sabia e impediu sempre a sua promoção a ministro. Mais tarde, acabou por ser promovido por Paulo Cunha[2]. Mas o que interessa aqui é que eu nunca ouvi esses burocratas, embora democratas, a falar de problemas de unidade europeia.

AV — Mas da unidade europeia, no sentido forte do termo, na visão de Jean Monnet ou Schuman, até se percebe que não falassem na altura.

[1] José de Lima Santos. Nasceu em 17 de Abril de 1888. Aprovado em concurso para o quadro diplomático e consular em 1915. Secretário-geral da delegação portuguesa à Conferência Económica Internacional em 1927.

[2] Paulo Cunha. Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1950 e 1958, substituído interinamente por diversas vezes por Marcelo Caetano, devido a problemas de saúde. Esteve ligado à adesão de Portugal à EFTA. Na remodelação governamental de Agosto de 1958 é substituído por Marcello Mathias.

JCM — Mas também não os ouvi a defender ideias europeístas... Tirando o caso de Ruy Guerra, não eram muito europeístas, porque eram indivíduos que aceitavam perfeitamente a política ultramarina. Franco Nogueira[1] gostava muito de referir que havia muita gente da oposição que era a favor da política ultramarina de Salazar.

AV — Chega ao ministério quando existe ainda uma forte memória da I República.

JCM — Sim, sim, havia vários funcionários que tinham sido chefes de gabinete de ministros da I República, alguns que eu conheci e que tinham amizades com figuras importantes da oposição democrática.

AV — A I República foi a herdeira de uma corrente de pensadores e escritores que tinham a visão de um destino europeu para Portugal. Oliveira Martins, Teófilo Braga, tinham uma certa ideia da Europa, não olhavam só para o mundo extra-europeu. Os republicanos defenderam a participação portuguesa na I Guerra Mundial, na Grande Guerra, em nome de um empenhamento europeu de Portugal.

JCM — De certa maneira. Mas eles estavam sobretudo interessados em consolidar a República. Tinham um grande fraquinho pela Inglaterra, que nós negámos e achámos sempre um bocado exagerado. A Inglaterra era o nosso apoio fundamental. Sem dúvida no plano estratégico, mas não tanto no plano político. Mas o que é facto é que a Inglaterra dominava.

Os republicanos apoiaram-se na Inglaterra e a Inglaterra deu, de facto, um certo apoio, logo no início, ao regime republi-

[1] Alberto Franco Nogueira (1918-1993). Foi ministro dos Negócios Estrangeiros de 4 de Maio de 1961 a 6 de Outubro de 1969.

cano em Portugal. Disso não haja dúvida. Houve mesmo conversas antes da proclamação da República, houve líderes republicanos que foram a Inglaterra sondar o governo britânico. Mas mesmo com essa ligação, como sabe, a Inglaterra não estava interessada em que Portugal entrasse na guerra. Foi assim que começámos a tomar posição para participar no conflito.

Por outro lado, havia os movimentos monárquicos — é preciso não esquecer isso. Houve uma resistência ao regime republicano, os monárquicos organizaram-se, emigraram, instalaram-se perto da fronteira do Norte com a Galiza, e combatiam o regime. O regime da I República era fortemente atacado. Eles fizeram as chamadas incursões monárquicas e a República foi obrigada a criar uma rede de cônsules na Galiza para vigiar os movimentos monárquicos. Conheci vários desses cônsules, no ministério, cuja missão era vigiar os monárquicos. O espectro da monarquia estava na mente dos republicanos. Os líderes republicanos queriam uma forte ligação com a Inglaterra, para consolidar a República. E é assim que entramos na Primeira Guerra Mundial, por razões exactamente semelhantes às da adesão à União Europeia. Nós entrámos na Primeira Guerra Mundial para tentar consolidar a República. Acho que os líderes republicanos tinham uma certa razão.

O mestre Andrade Corvo

AV — Uma ligação à Inglaterra não significava já, no pensamento diplomático da política externa salazarista, pós-I República, uma afirmação de um Portugal mais integrado na Europa, com uma relação normal, de cooperação e boa vizinhança, com a Espanha, mas significava uma política exclusivamente virada para o Atlântico e para a protecção do império. Apesar de o império colonial na altura não corresponder a uma real ocupação dos territórios por colonos portugueses e ser por isso mais uma quimera retrógrada que uma realidade.

JCM — Dava importância ao país, mas tem razão, era um bocado fictício…

AV — Era o saudosismo das glórias passadas, ou do excesso delas, como disse Eduardo Mondlane. A demagogia da missão africana de Portugal como essencial à sua própria sobrevivência e identidade, em suma, a ideologia nacionalista que dominou o país durante 48 anos.

JCM — E também aquela ideia horrível, que Andrade Corvo[1] quis combater e não conseguiu, do exclusivismo colonial. Era um regime exclusivista, não deixava ninguém meter lá o pé. Essa ideia do exclusivismo, que se manteve sempre até ao 25 de Abril, levou à ruína do Ultramar.

AV — Atribui uma grande importância a Andrade Corvo e nele procura filiar o seu pensamento, reclamando-se da sua herança liberal. Quando se dá a sua descoberta de Andrade Corvo? Quando entra no ministério?

JCM — Não, já foi depois de estar no ministério. Bastante depois. Quando começaram os problemas com as colónias, vasculhei um pouco, fiz um pouco de investigação sobre a questão colonial no século XIX, e foi nessa altura que comecei a interessar-me muito por Andrade Corvo e li o famoso livro que ele publicou — *Perigos* — para combater a ideia da união ibérica. Mas diz muito mais coisas, fala da questão ultramarina, etc. Nessa altura não sei se ele pensava ou não vir a ser ministro do Ultramar, como foi, porque houve momentos em que foi ao mesmo tempo ministro dos Estrangeiros e do Ultramar. Ora, as ideias de Andrade Corvo, para aquela época, eram extremamente avançadas. Por outro lado, vivia-se um regime de exploração — e usemos as palavras como o são — de exploração das colónias. Havia os monopolistas, os antigos negreiros que deixaram de fazer negócio com os escravos, mas eram mais ou menos monopolistas do comércio... Ora, Andrade Corvo defendia duas coisas que irritavam muito o poder. A primeira era que quem tinha colónias tinha a obrigação moral da educação das populações, com que ninguém se preocupava muito. Não que fossem contra, mas o que é facto é que não se preocupavam. A segunda era que se deviam abrir as colónias ao investimento estrangeiro. Para os

[1] João de Andrade Corvo (1824-1890), engenheiro militar, escritor e estadista português que ocupou diversas pastas do governo entre 1866 e 1879.

monopolistas portugueses isso era um grito de morte, e daí que odiassem Andrade Corvo. Sendo um homem prático e não sendo pró-britânico, entendia que nós, que naquela época tínhamos as fronteiras em África indefinidas — aliás, não só em África, mas nas colónias todas, na Índia também —, tínhamos de defini-las, e tínhamos de o fazer em relação à Inglaterra porque era nossa vizinha nas colónias, quer em África quer na Índia. Começou por definir as fronteiras na Índia e conseguiu um tratado bilateral sobre a Índia portuguesa definindo as fronteiras das concessões portuguesas naquele país; aliás, é curioso que esse tratado foi pioneiro porque criou uma união aduaneira entre Portugal e a Inglaterra, entre a Índia portuguesa e a Índia britânica. Esse tratado foi muito combatido, mas passou na Câmara de Deputados.

Depois resolveu definir as fronteiras na África Oriental, que era praticamente Moçambique. Mas Cecil Rhodes tinha um projecto de ligar a África do Sul britânica aos domínios britânicos do Norte, nessa altura o Egipto, numa ligação sul-norte. Portugal sonhava com uma ligação Angola-Moçambique, ou seja, ao contrário. Rhodes era contra nós, não há dúvidas, porque os projectos dele colidiam com os nossos... Andrade Corvo conseguiu negociar com a Inglaterra a delimitação das fronteiras da África Oriental — Moçambique —, e conseguiu obter um acordo que nos era extremamente favorável. Se esse acordo tivesse sido aprovado pela Câmara de Deputados, Portugal dominava uma parte do que viria a ser a Rodésia do Sul. O que é facto é que esse acordo ficou conhecido pela polémica por causa de Lourenço Marques. O acordo tinha uma cláusula que dava o direito de passagem às forças britânicas pelo porto de Lourenço Marques para o Transval. E, nesse acordo, conseguiu-se uma delimitação bastante favorável a Portugal das fronteiras da África Oriental, com direito de passagem. O direito de passagem é uma coisa do próprio direito internacional, não tem nada de extraordinário, e com a Inglaterra, que era nossa aliada, era uma coisa perfeitamente normal. Os inimigos de Andrade Corvo agarraram-se a

isso porque o queriam deitar abaixo. E embora o Fontes Pereira de Melo, que era o chefe do Governo, apoiasse sempre Andrade Corvo e as suas ideias, foi-lhe difícil aguentar Andrade Corvo. O próprio rei, D. Luís na altura, procurou ver se o tratado — o chamado Tratado de Lourenço Marques — que era, no fundo, um tratado comum sobre Moçambique, passava na Câmara de Deputados. Depois dele houve outros, do próprio Partido Regenerador de Andrade Corvo, que o combatiam porque estavam ligados aos interesses comerciais. Houve então uma coligação contra Andrade Corvo e o tratado não passou na Câmara de Deputados. Mais tarde, já sob influência de Cecil Rhodes, foi-nos retirada a parte toda que tinha as minas da Rodésia.

AV — Andrade Corvo é para si o exemplo de humanista liberal em que se inspira...

JCM — Sim, se havia liberal era Andrade Corvo. Era um homem extremamente liberal...

AV — Na política externa de Andrade Corvo, em relação à Europa, aos Estados Unidos, esse humanismo liberal manifestava-se como?

JCM — Andrade Corvo tem frases extraordinárias nesse tal pequeno livro. Uma delas é quando diz que os Estados Unidos — e o livro é de 1870 —, que tinham saído da guerra civil e estavam a tornar-se uma grande potência, que os Estados Unidos quer queiram quer não têm no futuro de intervir nos negócios europeus. Por outro lado, tinha a ideia, talvez um pouco megalómana, de que o caminho para os Estados Unidos se ligarem à Europa era através de Portugal.

Num intervalo entre os ministérios de Andrade Corvo e de Fontes Pereira de Melo, durante o governo do duque de Ávila, o ministro americano que estava em Lisboa fez finca-pé com Souto

Paiva para que a base da esquadra americana no Mediterrâneo deixasse de ser em Villefranche, o que agradava muito aos areeiros e aos oficiais da marinha americana por ficar perto da Côte d'Azur — o que não era lógico porque a esquadra americana tinha uma base dentro do Mediterrâneo e podia ser bloqueada; lógico seria a esquadra estar em Lisboa. E o governo americano aceitou, com as facilidades todas que o governo português deu. Eram ideias de Andrade Corvo, mas que não foram por ele executadas.

Entretanto, o governo americano mudou e o novo secretário de Estado da Marinha sucumbiu às pressões da Marinha, que não queria sair de Villefranche.

AV — Um liberal como Andrade Corvo teve de se confrontar com a questão da escravatura...

JCM — Andrade Corvo escreveu também um livro sobre o Ultramar, onde toca em vários aspectos ligados às ideias liberais de abolição da escravatura.

Quando Andrade Corvo assumiu a pasta do Ultramar ainda estavam coisas por resolver. Em São Tomé havia ainda um prazo de dois anos para resolver algumas questões, pois já não havia uma situação propriamente de escravatura, mas ainda havia pessoas que tinham de ser libertas. Andrade Corvo conseguiu uma coisa fantástica, que irritou evidentemente todos os grandes potentados económicos: conseguiu ultrapassar esse prazo de dois anos e a abolição completa da escravatura. Os seus opositores ficaram de faca afiada contra ele, primeiro porque contavam com os tais dois anos e depois porque tinham esperanças de poder adiar esse prazo.

AV — As ideias liberais, humanistas, de Andrade Corvo, ainda tinham algum eco no Ministério dos Negócios Estrangeiros?

JCM — Não. A última pessoa que sei que tinha influências de Andrade Corvo e que as manifestou com muita coragem, em 1944, um ano antes de ter morrido, foi Teixeira Sampaio, que era, aliás, filho de um outro Teixeira de Sampaio que também foi funcionário do MNE e chefe de gabinete do Andrade Corvo. Teixeira de Sampaio escreveu em 1944 um artigo em que faz grandes elogios a Andrade Corvo e onde diz que a política portuguesa em relação ao Ultramar é exclusivista e condena o exclusivismo. Sendo secretário-geral do ministério e braço direito de Salazar... É curioso e pouca gente notou isso. Era um homem conservador, monárquico, vinha do tempo da monarquia, mas era todo Andrade Corvo e era contra o exclusivismo.

AV — Diz que Andrade Corvo e Salazar tinham duas visões completamente diferentes em relação à política africana. Onde estavam essas diferenças?

JCM — Salazar não admitia investimentos estrangeiros em África, o que era a base de toda a sua política. Uma das coisas mais penosas que tive de fazer na minha carreira diplomática foi quando fui chefe da delegação na OCDE. Como sabe, a obra fundamental da OCDE não é a ajuda financeira americana; foi certamente importante, mas o que foi determinante foi a adopção do liberalismo económico por parte dos países europeus. Tiveram de enumerar os obstáculos quantitativos às importações e exportações, e também em relação a outras actividades económicas, inclusive à importação e exportação de capitais e todos os anos era preciso acordar num código de movimentos de capitais. E todos os anos era obrigado, por instruções de Lisboa, a pôr uma reserva contra o envio de capitais para o ultramar português, o que gerava a indignação do representante da Suíça, chefe do comité executivo da OCDE. Era nosso amigo e grande admirador de Salazar, mas indignava-se com a reserva à importação de capitais no ultramar português quando o ultramar tanto precisava de capitais para se desenvolver, etc.

AV — A sua filiação no pensamento de Andrade Corvo, no liberalismo, também é atestada pelo facto de ter escrito biografias dos grandes liberais portugueses do século XIX.

JCM — Isso não foi de propósito, mas foi natural: não ia escolher nenhuma figura literária que tivesse ideias completamente opostas...

AV — Como Almeida Garrett, que era um revolucionário. Não só um escritor liberal, mas um revolucionário liberal.

JCM — E que tinha uma vida interessante e que fez muita coisa em Portugal, onde se fazia pouco. Almeida Garrett tinha convicções muito fortes.

AV — Aliás, nas biografias que escreveu, essa dimensão política também não é fortemente reforçada.

JCM — O meu objectivo nessas biografias é precisamente despolitizar essas figuras, as chamadas grandes figuras literárias ou políticas, e dar apenas o retrato humano.

AV — É também uma coincidência que muitas delas tenham tido uma relação com a diplomacia?

JCM — É verdade! Também é natural.

AV — Almeida Garrett e Eça de Queirós tiveram uma passagem pela diplomacia.

JCM — Tiveram. Mas Almeida Garrett, enfim... a candidatura dele não foi famosa e depois, como ministro dos Negócios Estrangeiros, espalhou-se. Espalhou-se porque de certa maneira lhe pregaram uma rasteira. E ele deixou-se levar, como era muito vaidoso... Que queriam os políticos de Almeida Garrett? Escrevia

muito bem e era muito capaz em tudo o que eram questões jurídicas. Tanto que foi convidado para escrever as primeiras negociações comerciais com os Estados Unidos. Almeida Garrett foi o redactor das famosas leis da reforma administrativa de Mouzinho da Silveira. Portanto, o que queriam de Almeida Garrett? Primeira coisa, o duque de Saldanha, que era presidente do Conselho, queria fazer o Acto Adicional à Carta Constitucional. Para isso precisavam de um grande orador e um grande defensor na Câmara dos Comuns e Almeida Garrett foi para lá, sem que desse por isso, para defender o projecto da Carta Constitucional em que colaborou, o que fez brilhantemente. Depois tinha de ir à Câmara dos Pares, onde era preciso a mesma coisa: um grande orador que estivesse ligado ao projecto da Carta. Assim, fizeram do Almeida Garrett visconde e passou a ter lugar na Câmara dos Pares e fez a defesa brilhante do Acto Adicional. O Acto Adicional foi aprovado na Câmara dos Pares graças a Almeida Garrett, mas depois, já não precisavam dele para nada. Acabaram por tirar o lugar a Jervis de Atouguia para dar o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros a Almeida Garrett. O Jervis de Atouguia ficou com ele sempre atravessado e por isso aproveitou uma trica de um acordo com a França dos plenos poderes e disse que era um pró-forma com a rainha; Almeida Garrett deixou-se levar porque encarregou um colega de lavrar os plenos poderes — que parece que nunca foram assinados pela rainha D. Maria —, deixou-se embrulhar e teve de pedir a demissão. Mas, no fundo, queriam ver-se livres dele: já não servia para nada. Até há um francês que acho que foi cônsul em Lisboa que depois de se ter demitido ficou em Portugal e escrevia umas coisas e que diz que o que é espantoso é que Almeida Garrett tivesse sido levado por uma rasteira que lhe pregaram.

AV — O pensamento humanista liberal, que não tem complexos em relação a Espanha, em relação à Europa e aos Estados Unidos, em suma, que não teme a abertura e a modernidade, não deixa apesar de tudo de se manifestar...

JCM — No ministério, como já disse, havia pessoas com formação liberal, mas estavam caladas; falavam com amigos e pessoas de confiança. O mais moderno e mais conhecido era Álvaro Marques, chefe da repartição dos Administrativos. Ora, tendo o ministério ficado sem directores-gerais, iam a despacho com Salazar, que então era o ministro dos Negócios Estrangeiros, os próprios chefes de repartição. O chefe da repartição administrativa, Álvaro Marques, um democrata, que assinou a candidatura do general Norton de Matos sendo funcionário do ministério, ia directamente a despacho com Salazar. É claro que Salazar não o via com bons olhos, pois teve várias atitudes que o irritaram. Álvaro Marques era um homem brilhante, muito inteligente, de que toda a gente gostava porque resolvia tudo, acabou por nunca ser promovido a ministro. Marques era amigo íntimo de Ruy Guerra, que tudo fazia para que ele fosse promovido, o que nunca conseguiu. Salazar recusava-se. Ruy Guerra, por causa do Plano Marshall e da CEE, passou a ter relações muito íntimas com João Lumbrales, que era assistente de Salazar. Ora, junto de Lumbrales tentava que Marques fosse promovido. Quando o ministro dos Negócios Estrangeiros foi Caeiro da Mata, também não conseguiu nada. Quando Paulo Cunha assumiu o cargo, Ruy Guerra continuou a insistir com Lumbrales, que pôs o problema a Salazar, que disse: «Esse senhor, pela sua posição política, quando eu era ministro dos Negócios Estrangeiros, achava que não devia ser chefe de missão. Mas eu já não sou ministro dos Negócios Estrangeiros, é outro, e portanto isso já não é comigo.» Lumbrales transmite esta posição a Ruy Guerra, que por sua vez põe o problema a Paulo Cunha, que acaba por promover Álvaro Marques — que morreu pouco depois.

AV — As ideias dos liberais influenciaram as suas acções?

JCM — Mas nessa altura mal conhecia Andrade Corvo. Há aqui uma questão de coincidências. Julga que quando eu estava

na OCDE e que tomava posições bastante liberais, que era por ser influenciado...? Não era, mas havia coincidências.

AV — Claro. Mas ainda hoje, trinta anos depois do 25 de Abril, as pessoas que chegam ao ministério são influenciadas pelas ideias de Salazar... A queda da I República tinha sido há menos de 20 anos quando chegou ao ministério...

JCM — Os que eram de formação anterior ao Estado Novo, conhecia-os, sabia quem eram, mas estavam calados porque Salazar calou a oposição. Iam manifestar as suas ideias para a Bertrand ou à porta da Portugália. No ministério as ideias que dominavam eram as de Salazar. A maior parte das pessoas — e tem de se dizer a verdade — que, no fundo, não eram grandes pensadores, eram executores, seguiam a linha de Salazar e nem discutiam.

AV — O balanço da política externa de Salazar, apesar do isolacionismo e da neutralidade na II Guerra, é visto por muitos como tendo correspondido aos interesses portugueses. Mito que ainda persiste...

JCM — É a história de que Salazar tinha conseguido evitar que Portugal participasse na guerra, que tinha sido um factor de estabilização da Península Ibérica, a que se juntam as manifestações das mulheres portuguesas, como o adeus à Virgem, no Terreiro do Paço, com lenços a agradecer ao Salazar...

AV — Mas as manifestações nessa altura...

JCM — Sim, eram manifestações organizadas, chamadas organizações «Tenreiro». Mas também lhe digo outra coisa. Muitos republicanos, da I República, eram a favor da manutenção das Colónias.

AV — A oposição democrática portuguesa durante muitos anos não foi um reservatório de ideias avançadas sobre o império. Mas em relação à integração de Portugal no espaço euro-atlântico, em que Portugal privilegiara a relação com o mundo democrático representado durante a guerra pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha, certamente que havia correntes fortes...

Não se manifestavam já na altura as duas correntes, que hoje são públicas e notórias, no debate sobre a política externa? Uma corrente mais provinciana, mais tacanha, isolacionista e nacionalista, que ligo ao salazarismo, e uma corrente mais aberta, europeia e cosmopolita?

JCM — Havia pessoas que eram germanófilas, outras anglófilas. Por acaso tenho a impressão que quase toda a gente no ministério era anglófila. Mas havia pouca discussão. Uma das coisas que Salazar conseguiu foi acabar com a discussão política. Havia casos individuais, discussão entre amigos íntimos, mas não havia um ambiente de discussão política pública. E no Ministério dos Negócios Estrangeiros ainda menos, porque até havia um regulamento que proibia os diplomatas de escreverem sobre política interna sem autorização do ministro. Era uma questão de disciplina.

AV — Mas escreviam, manifestavam-se, sobre política internacional?

JCM — Só com autorização do ministro. Em matéria tanto de política interna como internacional, os diplomatas só podiam exprimir-se publicamente com autorização do ministro. De tal forma que a prática corrente era evitar escrever sobre questões que exigiam visto.

AV — Mas, como sabemos, não deixou de escrever e publicar quando entrou para o ministério[1].

[1] Ver, em anexo, a bibliografia de José Calvet de Magalhães.

JCM — Mas não sobre política interna ou internacional. Escrevia sobre história, que, de acordo com o regulamento, não exigia autorização. Tive sempre o cuidado de escrever sobre matérias que não exigiam o pedido de autorização. Era contrário a essa ideia, o que fazia parte do meu património de pensamento político familiar.

Uma das coisas contra as quais Ramalho Ortigão se insurge é a ideia de ter de pedir autorização para publicar. Para ele, um intelectual não deve, em caso algum, pedir autorização. O que ele escrevia era uma obra de arte que, no fundo, tinha conotações políticas tremendas, mostrava a desagregação social de Portugal. Por mim, também não admitia pedir autorização ao governo para qualquer coisa que escrevesse. Portanto, nunca tentei escrever nada que necessitasse de autorização para publicar.

AV — Mas escreveu muitos relatórios no ministério e nos postos em que esteve. Aliás, refere no seu livro *A Diplomacia Pura* que «um outro problema delicado em matéria de informação consiste na tentação em que caem alguns diplomatas em relatar apenas aquilo que julgam agradar aos seus respectivos governos»[1].

JCM — Aí, às vezes, tínhamos uma certa liberdade, utilizando conceitos que não eram muito ortodoxos do ponto de vista político. Por exemplo, quando estava já na delegação junto da NATO, Salazar fez uma circular para todos os chefes de missão diplomática afirmando que o governo português não favorecia quaisquer ideias de associação europeia. Dizia nesse despacho que não só não era favorável à união europeia, como também não acreditava na realização da Comunidade Económica Europeia.

[1] José Calvet de Magalhães, *A Diplomacia Pura,* Lisboa: Bertrand, 1995, p.151.

AV — É a célebre *boutade* de Salazar de que era impossível ser bem-sucedido um projecto de associação entre 3 repúblicas e 3 monarquias[1].

JCM — Não acreditava nessa possibilidade e dizia que a Inglaterra nunca iria aceitar e a Espanha muito menos. Depois lançou uma ideia diferente. Dizia ele que era mais realista defender uma associação hispano-americana. Portugal, a Espanha e a América Latina constituiriam um bloco político-económico.

AV — O bloco ibero-americano, como hoje se chama, mas que na actualidade se desenvolveu de forma complementar da integração europeia…

JCM — Nessa altura o ministro dos Estrangeiros era Paulo Cunha, que começou a desenvolver as relações com o Brasil. Foi ele que veio a dar consistência ao tratado da comunidade luso-brasileira.

Eu fiz um relatório com um capítulo a atacar frontalmente a ideia desse bloco ibero-americano, porque não via nele uma base monetária, económica, etc., que pudesse sustentá-lo. E combati-a. Quando Paulo Cunha foi ao Brasil fiquei um bocado assustado, não fôssemos nós entrar nesse caminho, e mandei-lhe uma cópia do relatório com uma carta particular. No relatório, que existe no arquivo histórico-diplomático[2], demonstrava que isso não tinha fundamento de espécie nenhuma. A minha ideia era, evidentemente, enveredar por uma maior ligação à Europa.

Mas isto é só para dizer que, às vezes, havia oportunidade para exprimir ideias próprias. A minha posição pessoal facilitou isso. Paulo Cunha era um homem extremamente aberto e fora meu professor durante cinco anos. Não era um homem com

[1] Circular aos chefes de missão diplomática de 4 de Março de 1953.
[2] Relatório anual de 1955 sobre Portugal e a integração europeia.

posição política — era aquilo que hoje podemos chamar um tecnocrata. Foi chamado por ser professor de Direito, porque o governo enveredou por uma estratégia de defesa da nossa posição no plano jurídico.

AV — A defesa da posição colonial de Salazar?

JCM — Chamaram Paulo Cunha que, brilhantemente, e com o apoio de outros juristas, conseguiu fundamentar a posição portuguesa no plano jurídico. A questão era política e o Paulo Cunha foi brilhante na defesa jurídica. Eu nunca consegui depreender qual era exactamente a sua posição política, porque ele nunca se manifestou.

II
As duas correntes: Europeísmo *versus* Nacionalismo

Os mitos

AV — Quando se inicia o processo dos Descobrimentos já existia em Portugal o debate entre uma visão isolacionista, autocentrada, simbolizada por Camões na figura do «Velho do Restelo» e a do grande largo. Pode dizer-se que esse era já um debate sobre a política externa?

JCM — De certa maneira, era. Eu até fiz uma conferência, quando foi celebrado o 4.º centenário de *Os Lusíadas,* em 1972, em que demonstrei que Portugal promovera a expansão da Europa. Esta era também a tese de Luís de Camões, que geralmente é considerado como nacionalista, alguém que fazia propaganda de Portugal. Simplesmente, o que Luís de Camões expôs foi o seguinte: Portugal, apesar de ser pequenino, assumiu em nome da Europa o papel de combater o inimigo com uma nova estratégia, que era a do expansionismo da civilização europeia. Enquanto as grandes potências europeias — e Camões diz isto mesmo — desperdiçavam recursos a combater-se entre si.

Portugal foi pregar a Europa pelo mundo fora e a ideia de Camões é que nós tomámos a posição da defesa da Europa.

D. João II tinha uma noção muito clara do expansionismo da civilização que eles chamavam cristã, e que era uma identidade comum dos europeus, através do mundo. Logo, Portugal andou a espalhar a Europa pelo mundo e os nacionalistas nem sequer isso admitem, interpretando a questão ultramarina de uma maneira completamente diferente.

Nós fomos os grandes defensores da Europa, mas depois perdemos completamente essa missão.

AV — Mas que missão era essa? Uma perspectiva estratégica que, como diz Borges de Macedo, esteve na origem da aventura de D. Sebastião, isto é, impedir o cerco da Europa pelo Império Otomano a partir do sul, ou uma visão, que hoje chamaríamos fundamentalista, de afirmação da religião cristã — que dá uma dimensão à política de expansão que não se esgota nos interesses comerciais.

JCM — Eu estou a falar da tese de Camões, que dizia que «nunca faltaram cristãos atrevimentos na pequena casa lusitana».

Sabe que o expansionismo muçulmano era uma ideia que atemorizava os cristãos, e não se esqueça que essa expansão os traz à Península Ibérica e os leva até Poitiers, a trezentos quilómetros de Paris. Mais tarde, no período do Império Otomano, chegaram até às portas de Viena. Paris e Viena poderiam ter caído nas mãos dos muçulmanos.

AV — Se considerarmos o período de cerca de 800 anos de presença islâmica na Península Ibérica, de 711 a 1492, será que se pode falar de ocupação? Oito séculos representam um número de gerações extraordinário. Com os anos, a religião muçulmana tinha passado a ser uma religião da Península Ibérica e os seus habitantes eram havia já muitas gerações nativos da península.

JCM — Pois é, tal como eu digo, se os muçulmanos têm conseguido chegar a Paris, e numa outra fase histórica, a Viena, a Europa seria muçulmana.

AV — Os mouros, tal como outros invasores, como os alanos ou os hunos; na realidade, a Europa foi palco de todas as invasões e é o seu resultado. Se os muçulmanos tivessem chegado a Paris e o Islão tivesse sido uma religião bem implantada na Europa, isso não significa que o Islão europeu fosse idêntico ao que hoje prevalece no mundo árabe ou no Irão. Aliás na Península Ibérica os reinos onde predominava o Islão eram grandes centros de cultura. Aristóteles e Platão foram reintroduzidos na Europa por filósofos andaluzes como Averróis.

JCM — Sim, com as invasões dos bárbaros, todas as bibliotecas foram destruídas. Os textos de Aristóteles e de Platão foram recuperados na Síria pelos muçulmanos, que os trouxeram até Toledo. Foi a partir daí que se começou a comentar esses textos, que serviram de base à criação das universidades medievais europeias. Portanto, os árabes contribuíram para a salvação da filosofia grega. A civilização arábica na Península Ibérica era de alto nível e tinha um forte cunho europeu. Todo aquele cariz oriental, autocrático, autoritário, fundamentalista, não esteve presente na Península Ibérica. Mas os árabes praticamente desapareceram e as massas muçulmanas, constituídas por várias etnias, pouco têm a ver com a civilização arábica tal como existiu em Espanha.

AV — Os fundamentalistas na Península Ibérica, naquela altura, eram sobretudo cristãos.

JCM — Era uma questão de reacção de autodefesa.

AV — Quando Granada caiu, em 1492, já a Europa tinha entrado no Renascimento. Mas no século XII, nos anos da chamada reconquista, os cruzados do Ocidente eram gente primitiva, que destruíam cidades onde coabitavam muçulmanos, cristãos e judeus. É evidente que não era isso que se aprendia sobre a

chamada reconquista no tristemente célebre livro único dos liceus do Mattoso, de antes do 25 de Abril. Mas, de facto, onde é que estava o bárbaro e o civilizado?

JCM — Nisso tem toda a razão, mas o nacionalismo estreito, ao longo da História, deturpa muitas coisas. Os historiadores portugueses, por exemplo, mostram um excesso de orgulho com o Infante D. Henrique, mas esquecem-se que a mãe dele era inglesa e que o Infante D. Henrique era sobrinho do rei de Inglaterra e cunhado do duque de Borgonha, ou seja, um internacionalista de sangue.

Enfim, é natural que todos os países procurem puxar a brasa à sua sardinha, como se diz. D. Henrique, para nós, é um grande homem e esquecemo-nos dos aspectos cosmopolitas que envolvem a sua personalidade. Era filho de uma estrangeira, tinha relações com outros soberanos da Europa, mantinha e cultivava esses laços. Mandou o irmão mais velho, D. Pedro, fazer uma viagem por toda a Europa para recolher elementos necessários aos seus empreendimentos. E todo o processo dos Descobrimentos é um processo de cooperação europeia, que utilizou cientistas árabes, judeus, alemães e italianos — o mais cosmopolita possível.

O que interessa é que o Portugal medieval era muito mais cosmopolita e muito mais universal do que o Portugal posterior. Mais tarde, D. Pedro e D. Miguel são duas correntes completamente diferentes, que consubstanciam essas correntes tradicionais.

AV — A questão entre os liberais e os miguelistas aproxima-nos do nosso tema. A animosidade contra D. Pedro por parte dos salazaristas atesta-o. Continuam a existir na sociedade portuguesa defensores e opositores dos ideais que D. Pedro encarnou.

JCM — D. Miguel era uma pessoa perfeitamente limitada. O poder absoluto era a única coisa que contava para ele — coisa

que nunca existiu verdadeiramente em Portugal. Existiu no século XVIII um simulacro do absolutismo, mas a monarquia tradicional portuguesa nunca foi uma monarquia absoluta. As ideias absolutistas tinham sido inspiradas sobretudo pela mãe, que era espanhola. Ele próprio era muito mais espanhol que português — tanto que os velhos aliados dos miguelistas eram os carlistas em Espanha. Isto é do mais obscurantista que há.

AV — Salazar era miguelista.

JCM — É possível.

AV — Durante o período do salazarismo, D. Pedro era visto como um traidor porque tinha proclamado a independência do Brasil.

JCM — Maçon, liberal do pior, libertino, traidor...

AV — Em termos de visão do mundo, de política internacional, é possível identificar o que representam a corrente liberal e a corrente miguelista?

JCM — É difícil, porque D. Miguel tinha poucas ideias e, no plano externo, era comandado por motivos de aliança táctica. Era apoiado pelos ultraconservadores e algumas casas nobres. Exagera-se ao dizer que a grande nobreza era miguelista e que só a pequena fidalguia apoiava D. Pedro. Não é verdade. Os Lavradios, por exemplo: houve um marquês de Lavradio que foi diplomata miguelista e um conde do Lavradio que foi ministro dos Negócios Estrangeiros e embaixador do regime liberal. Eram da mesma casa. É claro que os Lafões penderam para o lado miguelista, e o Cadaval também. O que se compreende, porque eram ligados à família de Bragança e tinham receio que o liberalismo viesse absorver os direitos dos grandes senhores feudais.

A mesma situação tinha-se verificado no tempo de D. João I. Houve muitos nobres portugueses que se puseram do lado de Espanha. Porquê? Porque queriam defender os seus feudos, os seus direitos. Mas isso não significava que não houvesse apoio da nobreza a D. João I.

AV — Em 1580, Filipe II significa uma certa visão da Europa e da sua unificação.

JCM — Filipe II tinha um conceito europeu, mas era um conceito hegemónico. Ora, todas as tentativas para a construção europeia numa base hegemónica foram um desastre. Houve a tentativa espanhola, depois a francesa, depois a alemã, e todas falharam. É uma das razões fundamentais para que nós devamos, dentro da União Europeia, opor-nos sempre a qualquer directório. Eu sou muito europeu, mas se houver um directório na União Europeia, acho que é o fim da União Europeia.

AV — O Império Espanhol alargou-se de mais, como diz Paul Kennedy[1]; houve um *overstretch* [sobrextensão] que levou ao seu declínio. Em relação a Portugal, Filipe II procurou preservar a autonomia do reino português.

JCM — Filipe II é uma figura muito curiosa. Ele sentia-se muito português, era filho de uma portuguesa, fazia questão de ser português e nunca quis anexar Portugal. Zelou pelos direitos portugueses nas Cortes, respeitou as leis portuguesas, publicou o novo código e manteve sempre a identidade portuguesa.

Quando estive no Vaticano, fiz uma visita ao Museu do Vaticano com o cardeal bibliotecário, que juntou para me mostrar vários documentos históricos curiosos. Um deles era uma carta

[1] Paul Kennedy, *Ascensão e Queda das Grandes Potências,* Mem Martins: Europa-América, 1990.

de Filipe II para o Papa, com um selo enorme em ouro maciço e gravado com as várias armas de Espanha e com as armas de Portugal, que estavam sobrepostas às outras, não estavam unidas. Ele era rei de Espanha e de Portugal, era Filipe I em Portugal. E fez sempre questão disso, fez sempre questão de ser considerado português, neto do rei D. Manuel.

AV — Mas, em Portugal, essa característica do reinado de Filipe II, o da continuidade do reino português, é completamente ignorada ou escondida.

JCM — É a tal visão nacionalista da História, em que se distorcem as coisas, moldando-as para defender a noção nacionalista. Filipe II foi um grande português, não há dúvida, e queria ser português, embora tivesse um lado que não era português, mas que também não era muito espanhol. Depois, os seus descendentes começaram a abusar e tudo degenerou.

AV — Nesse período aparece o sebastianismo, o mito do redentor que salvará Portugal da decadência e voltará a dar-lhe as glórias do passado.

JCM — Exacto, quando Filipe II e III começaram a abusar, a esquecerem-se dos compromissos assumidos e a nomearem espanhóis para os lugares de governo, começa a haver uma reacção.

AV — Em Fernando Pessoa, D. Sebastião é quem ousa o sonho — «ser descontente é ser homem»; mas o sebastianismo pode ser o seu contrário: «O melhor é esperar por D. Sebastião, quer venha ou não.» É o Portugal atentista que acaba por alimentar o Portugal que se isola e que espera sempre por alguém que o salve ou que assuma o projecto atlantista do V Império, de reconstrução, por outras formas, do antigo império. O sebastianismo é uma componente da forma de estar dos que sonham com as

grandezas do passado e temem as do presente e não compreendem que o espírito que levou os Portugueses aos Descobrimentos é o que nos pode permitir ter voz na Europa e no mundo.

JCM — É a tal tendência irracional, emocional, mística. O padre António Vieira era um homem inteligentíssimo. Disse coisas extraordinárias e escreveu coisas extraordinárias. Mas defendeu a loucura do V Império.

AV — Essa atitude influencia ainda a posição portuguesa em política externa.

JCM — Espero que não. O sebastianismo é uma visão completamente irracional. E, de resto, é uma fraude, porque D. Sebastião estará nos Jerónimos, num túmulo feito no século XVII. Foi o próprio xeque de Marrocos e dois fidalgos portugueses, que foram aios de D. Sebastião, que reconheceram o corpo. Há uma acta desse reconhecimento e, por isso, não há dúvidas nenhumas de que é o corpo dele. Mas, quando resolveram substituir o túmulo por um mais majestoso, então, como já se estava na época sebastianista, fizeram aquela inscrição duvidosa. Pura propaganda sebastianista.

Essa ideia mística, do V Império, é o saudosismo do espectáculo que demos ao mundo com os Descobrimentos.

AV — Alguns vivem na esperança de que isso se possa repetir, fechando Portugal à Europa — o que é um absurdo.

JCM — Mas as ideias místicas são geralmente baseadas na irracionalidade e no absurdo.

AV — O mito passou a ser, e continua a ser, o Atlântico, como pudemos constatar no discurso atlantista antieuropeu, apesar de alguns temerem o Brasil, o que resumia o tal V Império a África e ao Portugal arquipelágico.

JCM — Desconfiança em relação aos políticos brasileiros... É a tal concepção de política externa de querer impor aos outros as nossas certezas. Era impossível que o Brasil, no fundo, aceitasse e apoiasse o colonialismo de quem quer que fosse.

AV — Havia, no MNE, um sector que percebia que o colonialismo era algo condenado ao fracasso, que era preciso uma alternativa política?

JCM — Havia, mas era tudo secreto. Felizmente para mim nunca estive em sectores em que tivesse de defender aquilo que o outro lado queria. Como representante junto da OECE, não tinha de falar nesses assuntos; depois, como director-geral económico, também não. De maneira que estive sempre afastado da linha de defesa política do Ultramar. Isto não quer dizer que, às vezes, não fosse confrontado com o problema nos organismos das Nações Unidas, onde aparecia sempre alguém que, contra as regras, levantava esse problema. Aí, eu tinha de arquitectar uma defesa e, algumas vezes, consegui fazer essas manobras.

AV — Porquê contra as regras?

JCM — Pelos seus estatutos, os organismos económicos das Nações Unidas não tinham competência para tratar de problemas políticos, que eram da competência do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas.

AV — Qual era a sua opinião, na altura, sobre a questão colonial?

JCM — Via a questão com um certo realismo. Havia pessoas que tinham um desinteresse total pelo Ultramar, como era o caso de Ruy Guerra. Para ele, era como se o Ultramar não existisse. Mas não era essa a minha atitude. Tive sempre uma grande ligação com o Ultramar, onde vivi quando miúdo, e o meu pai foi

uma das primeiras pessoas que fez discursos contra o racismo em Moçambique. Discursos públicos, publicados na imprensa. Adelino Torres trouxe-me uma vez uma fotocópia de um jornal de Lourenço Marques com um discurso do meu pai a atacar violentamente o bispo de Lourenço Marques, que tinha feito uma escola para pretos e outra para brancos.

Franco Nogueira

AV — Calvet de Magalhães e Franco Nogueira entraram ao mesmo tempo no ministério e vieram a incarnar duas vias para a política externa portuguesa.

JCM — Eu fui colega de curso e de concurso do Franco Nogueira. Entrámos no mesmo dia. Naquele tempo, os adidos do ministério eram confirmados, passados dois anos, no quadro diplomático ou no quadro consular, porque havia uma separação entre os dois quadros. Quando chegou a altura da nossa confirmação, Álvaro Marques quis saber o que queríamos ser: diplomatas ou cônsules. Eu disse que queria ficar no quadro consular, e o Franco Nogueira disse que queria ficar no quadro diplomático. Ora, acontecia que havia seis vagas, três no quadro diplomático e três no quadro consular, e as preferências dos adidos ajustavam-se à situação. Havia três que preferiam o quadro diplomático e outros tantos que preferiam o quadro consular. Por isso, não havia problema nenhum. Álvaro Marques levou o assunto ao secretário-geral Sampaio e este não concordou. Chamou-me e tentou convencer-me a escolher o quadro diplomático. Eu

insisti o melhor que pude, mostrei-lhe as razões todas por que preferia o quadro consular. Disse-lhe que uma das razões era o problema financeiro. Havia, de facto, essa razão, mas não era a principal. A fundamental era que, se eu fosse para o quadro diplomático, poderia ir parar a uma embaixada e ter de aturar um chefe de que não gostasse. Eu conhecia o ministério muito bem e não queria cair nessa situação. Preferia ser cônsul, porque depois de ser cônsul-geral poderia ascender a ministro e embaixador, e eu queria ser independente. Mas isso era uma opinião reservada. A atitude de Teixeira de Sampaio para com Franco Nogueira foi precisamente a contrária.

AV — E baseava-se em quê essa atitude reservada em relação a Franco Nogueira?

JCM — Franco Nogueira não tinha, de facto, um perfil diplomático. Era uma pessoa que gostava de discutir conflituosamente. A própria maneira de ser dele, até a física, levou Sampaio a considerá-lo como pouco próprio para as funções diplomáticas. Deve dizer-se que Sampaio era um tanto elitista. Para ele, Franco Nogueira não era pessoa adequada para o serviço diplomático. Franco Nogueira não aceitou a opinião de Sampaio e fez uma resistência árdua, de acordo com o feitio dele. Disse: «Não, não, eu vim para o ministério para exercer um cargo diplomático e, se não me põem num cargo diplomático, eu demito-me e vou-me embora. Não quero.» Perante a situação, em que as vagas se ajustavam perfeitamente aos desejos dos adidos, Sampaio teve de ceder.

AV — Mas Franco Nogueira tinha já apoios fortes nessa altura?

JCM — Não. Mas Sampaio era um homem bastante maquiavélico. Ao mesmo tempo que se resignou na colocação dos

adidos, fez uma combinação com o embaixador em Washington, que queria mais um secretário, e designou-me, em 1945, cônsul-adjunto em Nova Iorque dando instruções ao embaixador para que, depois, me chamasse em serviço para a Embaixada.

AV — Como foi o início da carreira diplomática de Franco Nogueira?

JCM — Como disse, Franco Nogueira teve de se haver com Teixeira de Sampaio, um homem com uma larga experiência. Quando ele queria que Franco Nogueira fosse cônsul, por intuição estava a acertar em cheio. Porque Franco Nogueira nunca foi, de facto, um diplomata, nem tinha mentalidade de diplomata. Mesmo do ponto de vista da carreira, ele só exerceu o posto de diplomata no princípio. Esteve em Tóquio como encarregado de negócios, enquanto não nomearam um ministro. Foi o único posto diplomático que exerceu, mais nenhum. Depois, veio a ser cônsul em Londres, por exigências de estágio, para ser promovido a ministro. Tinha de ter alguns anos de serviço consular. Nessa altura, as duas carreiras misturavam-se. Mas, realmente, nunca exerceu uma missão diplomática no estrangeiro. Exerceu funções no ministério, isso sim.

AV — Falemos das posições respeitantes às relações com a Espanha, para perceber se havia pontos de vista diferentes e compreender melhor qual era o seu pensamento sobre essa pedra de toque que são as relações ibéricas. A relação com a Espanha é ainda a pedra de toque do pensamento europeu ou antieuropeu, nacionalista ou cosmopolita. A visão nacionalista da Espanha com o inimigo está na raiz do pensamento antieuropeu.

JCM — A relação com a Espanha… é um bocado difícil. Salazar, por causa da Guerra Civil, procurou criar um novo quadro de

relacionamento entre o governo português e o governo espanhol. O governo português ficou com receio de uma vitória dos comunistas. De maneira que deu todo o apoio ao movimento franquista, embora toda a gente saiba que existiam grandes diferenças entre aquilo a que depois se chamou franquismo e o pensamento de Salazar. Visões políticas diferentes. Quando os militares espanhóis resolveram revoltar-se contra o governo de Madrid, por acharem que era de esquerda e que era aliado dos comunistas, escolheram como líder do movimento o general Sanjurjo. Sanjurjo partiu de Cascais numa avioneta para assumir em Espanha a chefia do movimento. Ora, eu tinha um irmão mais velho, muito nacionalista, que andava com um grupo de rapazes com um nacionalismo muito curioso, um nacionalismo anti-salazarista.

AV — Do movimento nacional-sindicalista dirigido por Rolão Preto?

JCM — Alguns sim, mas não eram todos ligados ao nacional-sindicalismo. Havia alguns ligados ao integralismo. Meu irmão era mais chegado ao grupo dos monárquicos integralistas. O facto é que eram nacionalistas, contra Salazar. Achavam que Salazar era um tipo que não era carne nem peixe, era um tipo indefinido. Não era tão nacionalista como eles achavam que devia ser. E esse meu irmão foi com um grupo de amigos visitar Sanjurjo, a Cascais, e cumprimentá-lo porque ele ia assumir um cargo de chefia do movimento contra o governo de Madrid. O meu irmão contou-me que houve um que lhe perguntou qual era a opinião que tinha sobre o Salazar. E ele disse-lhe: «Salazar es un político de medias tintas.» Havia, realmente, uma diferença muito grande entre o pensamento franquista e o salazarista.

Franco e o seu movimento eram hipernacionalistas, como Mussolini. Salazar não era muito bem definido, era o tal «meias-tintas».

Mas o que é facto é que, estrategicamente, Salazar tinha de se aliar ao Franco. Tinha receio que uma vitória comunista pudesse depois levar à absorção de Portugal e tinha alguma razão. Simplesmente, a Falange, a ala direita, mais avançada do franquismo, pretendia igualmente a anexação de Portugal. Franco conseguiu sempre contê-los um bocado. Nesse capítulo, foi muito mais moderado. A Falange era completamente iberista, queria a anexação de Portugal. O receio de Salazar quanto ao lado «vermelho» também existia com uma vitória da Falange. Os falangistas tinham mapas, distribuídos por toda a parte, com a Espanha a ocupar toda a península, em que Portugal era uma província.

Havia essa corrente forte em Espanha. Salazar conhecia tudo isso e actuou sempre de forma prudente e dúbia. Por vezes, alguns historiadores têm certa dificuldade em entender as ambiguidades do Salazar. Em muitas coisas, era bastante ambíguo. A tal ideia das «meias-tintas». Era muito prudente e tinha aquela manha que aplicava na política e que, às vezes, era difícil de entender. As pessoas têm a mania de ver o Salazar como um ditador, fascista, e tiram daí as suas conclusões, que quase sempre são erradas.

AV — Em relação à Espanha, apesar dessas ambiguidades, a posição do regime era paradoxal: Salazar tinha uma relação de proximidade ideológica com Franco, mas a propaganda portuguesa, os livros escolares portugueses da altura, como o livro único de História do Mattoso, o nacionalismo português eram fundamentalmente anticastelhanos e antiespanhóis. Era e é ainda assim o nacionalismo português.

JCM — Era, era já assim nessa altura. Não há dúvida.

AV — Franco Nogueira já professava o anticastelhanismo tão característico do seu pensamento?

JCM — Nessa altura, ainda não se manifestava. Só mais tarde, enquanto ministro, é que começou a sair um pouco da linha do próprio Salazar. Salazar nunca fez declarações antiespanholas. Franco Nogueira dava-se ao luxo de as fazer.

AV — Mas Salazar promovia o nacionalismo antiespanhol...

JCM — Sim, sim. Salazar, mais uma vez, era ambíguo.

AV — Mas esse nacionalismo era o credo e a energia da Mocidade Portuguesa e da Legião!

JCM — Era. Mas havia a ideia do anticomunismo. Ao mesmo tempo, Salazar teve sempre muito cuidado com a questão espanhola. Mas só vamos encontrar uma viragem com Marcelo Caetano. É ele que faz uma certa abertura em relação à Espanha.

AV — Mas nessa altura já se manifestavam alguns intelectuais defendendo a abertura em relação à Espanha. Não me estou a referir à proximidade ou distância do ponto de vista político e ideológico... mas à constatação de um facto da geografia, que a Espanha é o nosso vizinho com quem temos de ter necessariamente relações políticas e económicas.

JCM — Não há dúvida. Mas existia sempre aquela ideia de que temos de nos apoiar na Inglaterra.

AV — Essa corrente atlantista de aliança com a potência marítima dominante contrasta com algum pensamento iberista que existia em Portugal, pelo menos em alguns sectores intelectuais?

JCM — Disso não há dúvida, mas era uma coisa muito limitada, nunca teve grande repercussão. Em 1870, naquele livro de Andrade Corvo que já referi, *Perigos,* afirmava: «E agora não pensem vocês que isto da Espanha é uma coisa que se deve seguir à unificação alemã e italiana.» E explica as razões por que é que nós somos independentes e queremos ser independentes. Era um panfleto anti-iberista. Foi ele que veio a ser ministro dos Estrangeiros.

AV — Mas essa corrente que Franco Nogueira veio a representar, nessa altura, a nível do ministério, era uma corrente já existente e com influência?

JCM — Mais ou menos, dependendo das pessoas, das situações. Mas não era uma concepção profundamente aceite.

AV — Mas não havia uma sensibilidade ou uma corrente claramente nacionalista dentro do Ministério dos Negócios Estrangeiros a que mais tarde se poderia chamar, se tal expressão faz sentido, de «franco-nogueirismo»?

JCM — Não, de forma alguma. Era mais uma manifestação de disciplina funcional.

AV — O que entende por disciplina funcional nas circunstâncias do Estado Novo?

JCM — Uma atitude de obediência, com ausência de crítica da política oficial, dentro do princípio de que o diplomata é um mero executante.

AV — Mas a visão salazarista da política externa? Essa orientação, nessa altura, não tinha defensores entusiastas no ministério?

JCM — Havia, por assim dizer, uma neutralização das ideias liberais. A visão salazarista não era geralmente discutida. Se havia pessoas que tinham tendências contrárias, manifestavam-nas fora do ministério. Mas o que é facto é que também não havia uma manifestação clara e aberta de «franco-nogueirismo».

AV — O que queria saber é se há uma origem dessa corrente isolacionista, incarnação de um Portugal provinciano, pouco aberto ao mundo, desconfiado de tudo que seja interdependência.

JCM — Não, dentro do ministério não. Porque o Ministério dos Negócios Estrangeiros era constituído fundamentalmente por diplomatas que andaram lá por fora, que conheciam o mundo e, portanto, estavam melhor informados. Eu sabia que alguns tinham uma formação europeísta, mas eram poucos. E se existiam mais alguns, não se manifestavam.

DIPLOMACIA, A ARTE DO COMPROMISSO

AV — Como definiria um diplomata?

JCM — Um diplomata é um negociador, e um negociador é um indivíduo que está preparado para o compromisso, os arranjos. Franco Nogueira não tinha mentalidade de diplomata. Ele era uma pessoa pouco dada a isso.

Franco Nogueira, já depois do 25 de Abril, regressou a Portugal e começou a fazer variadíssimas publicações. Nomeadamente, uma colectânea de conversas que teve com figuras importantes sobre a questão ultramarina[1]. E tem uma introdução — que não sei se as pessoas leram com a devida atenção — em

[1] Franco Nogueira, *Diálogos interditos: A política externa portuguesa e a guerra de África*, Braga: Intervenção, 1979.

que ele afirma: «Um país é um agregado de mistérios e um sistema de certezas internas, partilhadas por todos os nacionais. Política externa é fazer projectar para lá da fronteira aquela sensação e aquelas certezas. É impor a terceiros a realidade nacional e defendê-la. É agir de modo que terceiros a aceitem, acreditem e vejam como a vêem os próprios nacionais.»

AV — Uma política de pensamento único. É a defesa da ideia geopolítica de que a política externa se guia por interesses permanentes e eternos de um dado Estado.

JCM — Por certezas. Ele diz: «Política externa é fazer projectar para lá da fronteira aquela sensação e aquelas certezas.» E também diz: «Impor a terceiros a realidade nacional e defendê-la.» Impor ao estrangeiro! Ele fala em impor as nossas certezas ao estrangeiro. Impor! E eles têm de aceitar.

AV — Foi o que Franco Nogueira tentou, com a sua reconhecida tenacidade, em vão, na questão colonial. E qual é a sua definição de política externa?

JCM — Política externa é procurar conjugar os interesses nacionais com os interesses dos nossos parceiros internacionais.

AV — Ou seja, um enorme esforço de procura dos interesses comuns, das convergências e de inserção na comunidade internacional…

JCM — Sobre isso, vou-lhe fazer uma citação. Em 1971, fiz uma conferência nos Altos Estudos Militares — Franco Nogueira já não era ministro. Para mostrar qual era a situação de Portugal no mundo, na introdução, digo o seguinte: «A vida comunitária internacional, ou seja, a vida de uma nação no seio da comunidade internacional, oferece, pois, um conjunto de vantagens e

de limitações, que constituem o equivalente ao conjunto de vantagens e limitações que um homem tem como membro de uma sociedade nacional. Um excessivo particularismo poderá levar, por vezes, a esquecer esta dupla faceta da vida comunitária. Mas uma análise objectiva e desapaixonada da realidade faz-nos ver a evidência desta realidade palpável.» Digo que é preciso não esquecer que a nação também faz parte da comunidade internacional, e este facto implica uma série de relações com outras nações, componentes dessa comunidade, cuja análise procurei fazer. O que digo é que há limitações pelo facto de pertencermos a uma comunidade internacional.

AV — As limitações são apenas uma das consequências de aceitar o princípio da associação com outros Estados e certamente não a mais importante.

JCM — Certamente que tem vantagens, mas também limitações.

AV — Mas como se podia pensar sobre política externa independentemente das opções políticas do momento?

JCM — Era preciso fazer uma biografia a sério do Franco Nogueira. Poucas pessoas conhecem o Franco Nogueira tão bem como eu. Fui colega dele durante 5 anos, na faculdade. Fui colega dele durante toda a vida no ministério. Mas, o que é facto é que ele era um homem com pouca imaginação. Um dia foi levado para a política e bebeu as ideias de Salazar, sem qualquer espírito crítico. Tinha uma tendência para a afirmação. Se pegar na biografia do Salazar que ele escreveu, encontra em quase todas as páginas as expressões: «é evidente», «não há dúvida», «isto é inquestionável». Ele afirmava e não havia discussão. Ele faz essas afirmações sem as fundamentar. Acha que não tem de fundamentar.

Franco Nogueira era um homem com pouca imaginação que absorveu uma filosofia política que lhe foi praticamente transmitida pelo Salazar. Mas enquanto o Salazar era um homem ambíguo e cuidadoso na condução da sua política, o Franco Nogueira, com o feitio que tinha, era afirmativo.

A doutrina de Salazar

AV — A doutrina de Salazar em política externa era toda feita da recusa em aceitar uma pluralidade de opções e de se adaptar às transformações internacionais. Para si qual é a referência-chave para se compreender a concepção de política externa de Salazar?

JCM — A grande filosofia política no Estado Novo nacionalista foi ditada pelo Salazar no célebre discurso de Braga que iniciou o Estado Novo. Salazar foi a Braga, ainda como ministro das Finanças, e fez um discurso em que disse: «Deus não se discute. A Pátria não se discute. A família não se discute.» Era a base, eram os dogmas do novo regime. E eu pergunto-me: para que é que existem as faculdades de Teologia? Não sei o que é que lá fazem. A pátria não se discute? Como é que se explica que se permita que as pessoas adoptem outra nacionalidade? A família não se discute? O que é que acontece a um desgraçado que tem um pai preso porque é ladrão, ou que a mãe é prostituta? Só para mostrar o que vale a filosofia dos absolutos.

AV — Era o dogmatismo e a imposição à política externa da concepção autoritária do Estado Novo. A política externa não é independente das opções políticas de quem está no poder, embora esta seja uma área em que se geram grandes consensos entre forças políticas próximas ideologicamente. As mudanças de governo nos últimos 25 anos provocaram pequenas mudanças na política externa. Mas por vezes as mutações são radicais, sobretudo quando há alterações de regime. Foi o que aconteceu em Portugal, embora a mudança só se tenha consolidado em 1986 com a adesão europeia. Se o Partido Comunista tivesse triunfado em Portugal, a política externa desta República teria sido bem diferente. A nação portuguesa não reage como ente vivo como alguns pensam. É difícil perceber esta concepção de Portugal «organismo vivo», que opta de forma determinista, independentemente dos Portugueses.

JCM — Era a concepção de um Portugal único, indivisível, herdeiro de um património histórico glorioso que era nosso dever manter íntegro, defendendo-o da cobiça dos outros Estados. Era o Portugal eterno, cuja apoteose foi feita nas comemorações centenárias de 1940. No que se referia particularmente aos territórios ultramarinos, procurava-se ignorar e combater o movimento internacional em favor da descolonização e reprimir as aspirações nacionalistas dos nativos nesses territórios.

AV — A ideologia nacionalista de Salazar que nos isolou das grandes transformações europeias, mas também mundiais, do pós-guerra...

JCM — É claro que, dentro do conceito de unidade do Salazar, predomina uma mentalidade nacionalista. Mas Salazar, na aplicação da política, era um homem mais prudente.

AV — Franco Nogueira era um executante da política de Salazar.

JCM — Sim, era a mesma política, mas posta em prática por Salazar de forma mais prudente. A concepção dele — que era um bocado difícil de entender, mas era a sua — consistia em juntar pessoas com ideologias diferentes e realizar o interesse nacional. Isso era um bocado ilusório, mas a ideia dele era essa. A ideia da União Nacional.

AV — Ao mesmo tempo que reprimia brutalmente os opositores. Tenho dificuldade em entender a diferença entre a política de Franco Nogueira e a de Salazar.

JCM — A política era de Salazar. Franco Nogueira defendia-a com particular vigor. O seu estilo era combativo. Salazar era mais sereno e doutrinário nas suas afirmações políticas. Nos contactos com estadistas estrangeiros expunha serenamente as suas ideias. Franco Nogueira invectivava-os. Havia uma diferença de estilo.

AV — Mas apesar de tudo Franco Nogueira deixou numerosos admiradores e como que uma «escola» na política externa e na estratégia portuguesa que continuou a ter influência no pós-25 de Abril.

JCM — Sim, é bem provável. Se você falar com alguns funcionários do ministério, os tais que ele chamava de «politicamente disciplinados», eles tomam como referência Franco Nogueira, acham que teve uma acção brilhante, que levou o MNE às primeiras páginas dos jornais. Por isso identificam-se com ele. Mas são pessoas que nunca souberam, nunca conheceram a fundo, o pensamento e a maneira de ser de Franco Nogueira. Aceitaram-no como uma espécie de líder. Há mesmo pessoas que estavam convencidas de que ele estava completamente preparado para chefiar o governo.

AV — Vemos que mesmo agora continua a haver quem tenha uma atitude de desconfiança em relação à integração europeia e uma atitude essencialmente defensiva em relação às suas consequências para Portugal.

JCM — Ainda é dominante. Há mesmo teorias fantásticas a esse respeito. Uma delas era a existência de um acordo secreto entre a Inglaterra e a América, em que a Inglaterra ficava com Moçambique e os Estados Unidos com Angola. Como os Americanos não tinham conseguido nada de nós, então usavam os Brasileiros como seus representantes!

AV — Como se os Americanos precisassem da ajuda dos Brasileiros.

JCM — Depois, ele tinha umas noções simplistas da política externa. Ele dizia-me que os Brasileiros estavam muito interessados em Angola, porque eram mandados pelos Americanos. Que eram os Americanos a tentar penetrar em Angola. Evidente que isto chega a ser infantil. Mas tomáramos nós que os Americanos se tivessem interessado por África.

AV — Como é que se formou diplomacia com grande profissionalismo, inteligência diplomática e prudência excessiva? Terá sido porque a diplomacia portuguesa teve de estar durante muito tempo na defensiva, em consequência da guerra colonial e do isolamento internacional que criava? A diplomacia portuguesa era essencialmente, antes do 25 de Abril, de *damage control?*

JCM — Isso é verdade. Consciente ou inconscientemente, os diplomatas portugueses evitavam tomar posições próprias e muitos por falta de formação eram atraídos pelo protagonismo de Franco Nogueira.

Mas o que é facto é que há pouca reflexão, pouco estudo, desses diplomatas, que são «funcionários» e que aceitam Franco

Nogueira como uma referência, um homem brilhante que falava com grande fluência e convicção.

AV — Eu não me referia à admiração pelo homem e aos seus inegáveis dotes oratórios, mas à permanência de algumas das suas ideias.

JCM — As ideias estão muito ligadas à personalidade do Franco Nogueira. Porque, se o Franco Nogueira dizia que isto era assim, então era a verdade.

AV — E não havia o complexo do pequeno país? Ainda por cima tão isolado, do ponto de vista internacional.

JCM — Isso também é verdade. Muitos, apesar de andarem pelo estrangeiro, eram completamente impermeáveis, em muitos aspectos, ao que viam. Dependia do tipo de pessoa. Um diplomata é um bicho raro, uma pessoa com um certo temperamento, com uma certa cultura. Mas quando as pessoas vão para o ministério simplesmente à procura de um emprego, não considero que sejam diplomatas. São pessoas que nunca negociaram, nem tinham jeito para negociar. A razão pela qual fiz, ao longo da minha carreira, tantas negociações, foi porque não havia outros, ou havia poucos, para negociar. Eu era capaz de negociar qualquer coisa, por isso as negociações choviam sobre mim. Para se conseguir um acordo tem de se fazer cedências. Mas não é só isso. Por exemplo, quando eu negociei — é um caso paradigmático — a revisão da Concordata com a Santa Sé, o que poderia dar em troca? A Igreja ia fazer uma concessão e teria de receber alguma coisa em troca. É esta a ideia do negociador.

A outra ideia, que eu achei sempre indispensável, era a de que, quando estamos a negociar, temos de pensar sempre no caso da outra parte, saber as limitações e possibilidades que tem. Temos de estudar o caso da outra parte tão bem como o nosso. Se

não temos isso em consideração, podemos estar a entrar num beco sem saída. Se eu for pedir a um país uma coisa que ele não pode, de maneira nenhuma, conceder, não se consegue chegar a qualquer acordo.

Nas negociações com os Estados Unidos, em 1983, os militares queriam que os Americanos se comprometessem num acordo formal sobre todas as facilidades que nos queriam oferecer. Mas, para isso, eles tinham de ir ao Congresso, onde nenhum acordo formal poderia ser aceite. Estávamos a pedir aos Americanos uma coisa que eles não podiam conseguir, e tínhamos de arranjar uma maneira de rodear o problema. Quando negociei com o Vaticano, tinha de lhes dar qualquer coisa. E o que lhes poderia dar? Consegui convencer o Vaticano que, ao aceitarem eliminar o artigo 24, incluiríamos no Protocolo um artigo que confirmava a Concordata, assinada em 1940. É isso que ainda está em vigor, desde 1975 até ao presente. Esta foi uma jogada, mas não a única. Fui eu que encontrei a solução para resolver os problemas do próprio Vaticano, porque compreendi as dificuldades deles. Eu sabia que eles não podiam fazer nada que pudesse ser interpretado como uma alteração do conceito de casamento católico.

O que quero dizer, com isto tudo, é que um negociador, um diplomata, tem de estar preparado para fazer concessões e também compreender o caso da outra parte. É preciso uma capacidade especial.

Do Plano Marshall à adesão

AV — No pós-guerra começa a colocar-se a questão da integração europeia, impulsionada, aliás, pelos Americanos, com o Plano Marshall, e começa então a surgir entre nós uma corrente europeísta...

JCM — ... não havia propriamente uma corrente. Nós, os poucos europeístas, tínhamos um pensamento nosso, mas que não era público.

AV — Mas iam paulatinamente colocando Portugal nas organizações europeias de cooperação económica, primeiro a OECE[1] e mais tarde a EFTA, e afirmando-se como uma corrente.

JCM — Havia indivíduos que começavam a trabalhar connosco e que acabavam por aceitar a mesma atitude, o mesmo espírito, mas não havia propriamente uma corrente, nem havia do

[1] Organização Europeia de Cooperação Económica. Em 1960 foi extinta e substituída pela OCDE — Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Económico.

nosso lado qualquer promoção nesse sentido. Foi tudo feito com bastante discrição, quando regressei ao serviço no ministério.

AV— Em que ano?

JCM — Em 1964. António de Siqueira Freire[1], por exemplo, era já adjunto do director-geral, que anteriormente era o Albano Nogueira, e não tinha uma posição definida. Ajudei à sua transferência para Genebra, para tratar dos assuntos da EFTA e foi nessa altura que ingressou no círculo dos europeístas. A partir daí, passou a ser um europeísta convicto. É um caso concreto. Houve uma série de circunstâncias fortuitas, que não foram intencionais, mas que levaram à formação de uma certa corrente europeísta no ministério.

AV — Admite pois que se foi formando uma corrente europeísta. Que nomes se podem referir para além de Calvet Magalhães, Ruy Guerra e Siqueira Freire, aliás autores de uma brochura muito interessante sobre a participação portuguesa nas organizações europeias?[2]

JCM — Nos anos 60, a que me estou reportando, não lhe sei dizer. Franco Nogueira era ministro, era conhecida a sua hostilidade à integração europeia, e no MNE ninguém se atrevia a manifestar abertamente ideias europeístas.

[1] António José Aniceto de Siqueira Freire (1918-1999). Adjunto-geral do director-geral dos Negócios Económicos e Consulares, interino, em 1963. Chefe das delegações permanentes junto do GATT e da EFTA, em Genebra, em 1966. Ministro plenipotenciário de 1.ª classe, em 1967, continuando na mesma comissão. Embaixador, em 1973, continuando em Genebra como chefe das delegações junto da EFTA e do GATT. Director-geral dos Negócios Económicos, de Julho a Novembro de 1974. Chefe da missão junto das Comunidades Europeias, em 1974. Embaixador em Paris, 1979. Membro do Conselho Geral do IEEI (1992-1999).

[2] Ruy Teixeira Guerra, António de Siqueira Freire, José Calvet de Magalhães, *Os movimentos de cooperação e integração europeia no pós-guerra e a participação de Portugal nesses movimentos*, Lisboa: I.N.A., 1981.

AV — Quando saiu de Cantão para ir para Paris, estamos em 1949, ano da vitória do Partido Comunista da China?

JCM — Estamos já em 1950.

AV— Ficou pois na China um ano depois da chegada ao poder de Mao Tsé-tung. Deve ter sido uma experiência muito interessante para um diplomata, plena de ensinamentos para uma carreira que estava no seu início.

JCM — Foi, com efeito. Essa minha experiência foi em parte relatada num pequeno livro que publiquei em 1992, intitulado *Macau e a China no após Guerra*[1]. Quando saí de Cantão, era ministro Paulo Cunha e solicitei-lhe um posto na Europa.

AV— E porquê essa vontade de ter um posto na Europa depois de quatro anos no Oriente?

JCM — Era uma mudança natural. Vim em regime de licença para Lisboa e disse ao ministro que queria um consulado na Europa. Um dia, o Paulo Cunha telefonou-me e disse: «Tenho duas coisas a oferecer-lhe. Uma é o consulado em Génova e a outra é para ser secretário da Embaixada em Paris.» Respondi-lhe: «Ah, isso eu escolho já.» E ele respondeu-me: «Ah, não, não escolha já. Você vai ter 24 horas para pensar. E só me vai dizer amanhã.» E eu: «Mas eu quero escolher já.» «Não, você vai decidir amanhã.» E depois, o que aconteceu? Aconteceu que, no dia seguinte, fui chamado ao director-geral, que me fez um grande discurso dizendo que eu deveria ir para Paris.

AV— Porque é que queria ir para o Consulado e não para a Embaixada?

[1] José Calvet de Magalhães, *Macau e a China no após guerra,* Macau: Instituto Português do Oriente, 1992.

JCM — Ser segundo secretário na Embaixada de Paris era ganhar mal. Era uma chatice. Como resisti, fui chamado ao secretário-geral, o conde de Tovar, e ele, homem mais enérgico, quase me impôs a ida para Paris. E fui para Paris. Fui para a Embaixada em Paris.

A NATO já tinha sido criada mas ainda estava a funcionar em Londres. Em 1952, a sede transferiu-se para Paris e eu fui agregado à delegação da NATO. Tudo isto foi fortuito, não houve aqui pensamento político nenhum, e nem ninguém sabia das minhas ideias europeístas. Não houve intenção política de espécie nenhuma.

A razão de ter ido para Paris estava ligada ao embargo da exportação de produtos estratégicos para a União Soviética e para a China, com reflexos em Macau. No MNE queriam alguém que fosse versado nas questões de Macau. Mas eu só soube disso quando lá cheguei. Passados poucos dias, chegou um ofício para a Embaixada, dizendo que nós tínhamos decidido entrar no COCOM [Comité de Coordenação de Controlos de Exportações Multilaterais] e que eu seria o delegado de Portugal. Aí está a explicação. Não tinha nada a ver com a questão europeia.

Eu sou transferido para a NATO quando Ruy Guerra chefiava a nossa delegação na OECE. Nós já tínhamos relações de amizade e, em Paris, na altura, estava a ser negociada a Comunidade Europeia de Defesa (CED). Entrámos logo em conluio e a discutir os problemas europeus. A CED falhou mas, pouco depois, começou a discutir-se o Mercado Comum.

Mantive-me na NATO até 1956 e fui depois substituir Ruy Guerra, que regressou a Lisboa. Tudo isso aconteceu por acaso, mas permitiu que nós dois criássemos um pacto comum europeísta. Mas não houve um pensamento político prévio nesse sentido, apenas um conjunto de circunstâncias. Porque é que mandaram para Paris a pessoa mais europeísta que tinham no ministério quando Paris era o centro das negociações europeias? Ninguém conhecia as minhas ideias.

AV — A opção de colocarem Ruy Guerra em Paris já pode ter sido um pouco mais intencional, não?

JCM — Ele também foi para Paris por razões completamente fortuitas. Foi sempre um grande amigo de Marcello Mathias[1], e quando foi transferido de Boston, foi nomeado cônsul em Liverpool. Entretanto, Marcello Mathias deixa o ministério, é nomeado ministro em Paris e convida Ruy Guerra a ir para a Legação trabalhar com ele. Tudo isto acontece por razões de amizade pessoal. Mas o encontro entre mim e Ruy Guerra acabou por permitir formar um forte núcleo europeísta.

Ruy Guerra teve de tomar conta do Plano Marshall. A atitude inicial de Portugal face ao Plano Marshall foi de distanciamento, e encarregou-se o secretário da Embaixada, Ruy Guerra, de tratar desse assunto, de importância menor. Marcello Mathias não ligava nenhuma à questão porque Salazar também não ligava. Salazar achava que o Plano Marshall era mais uma das fantasias americanas, que não tinha importância nenhuma. Mas não dizia isto em público, só em privado. Ruy Guerra, que tratava daquela papelada toda, pensava de outra forma.

AV — Ruy Guerra, ao contrário de Salazar, não tinha preconceitos ideológicos antiamericanos que tolhessem a sua análise.

JCM — Não, não tinha nenhuns.

AV — Mas Salazar tinha e por isso foi incapaz de pressentir o papel que os Estados Unidos iam ter no pós-guerra e as mutações internacionais que acarretava a predominância mundial de uma poderosa e pujante nação democrática.

[1] Marcello Gonçalves Mathias. Nasceu em Lisboa em 15 de Agosto de 1903. Licenciado em Direito, foi aprovado no concurso para o quadro diplomático e consular em 1930. Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1958 e 1961.

JCM — Ruy Guerra interessou-se, apaixonou-se pelo assunto, participou em todas as reuniões importantes que houve para a criação da OECE, concebida para dar execução ao Plano Marshall. Como era uma pessoa de muito prestígio, de grande contacto social, criou imensas relações, sobretudo com os americanos. Chegou a criar relações quase íntimas com Averell Harriman[1], que ia jantar a casa dele, sendo ele apenas um primeiro secretário.

Os Americanos ofereceram ajuda aos Aliados mediante várias condições. A primeira das quais era que a distribuição da ajuda fosse feita pelos próprios países beneficiários que tinham, para isso, de se organizar. Havia a ideia de fazer a distribuição em conjunto, ou seja, de promover uma união europeia. A outra ideia, que geralmente não é referida, é de que toda a política económica europeia se baseasse na liberdade comercial. Os países que se associaram para receber a ajuda americana comprometiam-se a fazer o seu desenvolvimento económico na base da política americana de liberdade comercial. Essa foi a parte importantíssima do plano. Geralmente, quando se fala nessa época, fala-se do Plano Marshall como uma ajuda financeira, mas esquece-se a parte mais importante, que foi a liberalização da actividade comercial.

AV — Os Estados Unidos preconizavam não só a liberalização do comércio intra-europeu, mas também a associação económica dos Estados que acabavam de sair da guerra.

JCM — Foi o que permitiu o ressurgimento europeu nos anos 50. A ajuda financeira foi feita em duas fases: em 1949-50 e em 1950-51. Portugal não quis ser incluído na primeira, porque já

[1] William Averell Harriman (1891-1986). Nomeado por Roosevelt como embaixador dos Estados Unidos na União Soviética em 1943, cargo que exerceu até 1946, quando o presidente o nomeou para secretário do Comércio. Harriman trabalhou no Plano Marshall entre 1949 e 1950.

tinha declarado que não precisava de ajuda. Mas quando apareceu a lista da distribuição, omitindo Portugal, Ruy Guerra declarou: «Não, não. O facto de o meu país não ter pedido ajuda, não quer dizer que não figure na lista de distribuição, porque o Governo português amanhã pode mudar de posição.»

AV — Essa posição prudente tinha-lhe sido transmitida de Lisboa?

JCM — Não, foi iniciativa de Ruy Guerra, um simples primeiro secretário, sem quaisquer instruções. E o que é que aconteceu? No ano seguinte, já depois de distribuída a primeira fase da ajuda, rebentou a crise financeira em Portugal. Daniel Barbosa, o ministro da Economia daquela altura, começou a fazer importações em massa, para manter o abastecimento interno. Ora, a política económica de Salazar era baseada numa forte cobertura do escudo e a crise trouxe uma quebra importante das reservas do Banco de Portugal. O ministro satisfez o consumo interno mas pagou as importações em divisas, porque as nossas exportações tinham baixado drasticamente. As nossas exportações não eram, nessa altura, de produtos prioritários mas de bens dispensáveis: bebidas, conservas de peixe. Por isso caíram brutalmente. Salazar ficou assustadíssimo e o ministro Lumbrales, seu braço direito, concluiu que «a nossa salvação é podermos beneficiar do Plano Marshall». E Salazar perguntou: «Como é que se faz isso?» «Chama-se o Guerra», sugeriu Lumbrales. Ele veio a Lisboa e Salazar perguntou-lhe: «Acha que é possível?» Guerra respondeu: «Acho que sim. Primeiro, porque nós nunca abdicámos da ajuda, apenas fizemos uma reserva, deixando a questão em aberto. Segundo, preciso que me dêem meios de constituir uma delegação com os técnicos necessários.» Salazar aceitou e Ruy Guerra lá se desenvencilhou para participar na segunda fase de distribuição da ajuda que, depois da segunda fase, acabou. A OECE podia ter acabado nessa altura. Mas havia a questão da

liberalização e foi por isso que a OECE continuou e criou o Comité do Comércio, constituído pelos altos representantes de todos os países membros que dirigiam a política comercial dos seus respectivos países. E quem é que aparece a representar Portugal? José Gonçalo Correia de Oliveira[1]. Porque era o presidente do Conselho Técnico Corporativo, o órgão que, no Ministério da Economia, se ocupava da política comercial externa. José Gonçalo, muito jovem (acho que só tinha 27 anos) foi nomeado presidente do Conselho Técnico. Trabalhou durante alguns anos com os representantes máximos da política comercial dos países da OECE. Criou uma posição notável e absorveu a filosofia da liberalização do comércio e da livre circulação de capitais.

AV — Os instrumentos, nos primórdios da integração europeia, eram essencialmente económicos; como preconizava Montesquieu, era o «doce comércio»[2] concebido como instrumento da paz.

JCM — Exactamente. Tudo isso decorria de um pensamento sobre a paz e a segurança na Europa. Salazar dizia que os Americanos não percebiam nada de assuntos europeus. Quem lê as memórias do George Kennan verifica, porém, que o pensamento que está expresso no Plano Marshall resulta de estudos profundos da realidade europeia, em cuja preparação participou o próprio Kennan.

AV — Nessa altura, ser a favor do Plano Marshall era ser a favor da unidade europeia, que era então um dos objectivos da política americana.

---

[1] José Gonçalo Correia de Oliveira. Subsecretário de Estado do Orçamento entre 1955 e 1958. Em Agosto de 1958 passa a secretário de Estado do Comércio. Foi responsável pela coordenação das negociações que levaram à constituição da EFTA.

[2] Montesquieu fala do doce comércio em *O espírito das leis*.

JCM — Por isso, a princípio, os europeístas tinham uma ligação muito forte com os Americanos, mas, a partir de determinado momento, estes últimos começaram a tender para uma filosofia de pendor mais isolacionista.

AV — Como é possível que um primeiro secretário tivesse tanta iniciativa como tinha Ruy Guerra? E quais eram as funções do segundo secretário Calvet de Magalhães?

JCM — Como expliquei, a princípio, Salazar não se interessou pelo Plano Marshall e o assunto foi entregue ao primeiro secretário da embaixada em Paris. Ninguém mais estava preparado para tratar do assunto e tanto Salazar como Lumbrales foram forçados a depositar nele as suas esperanças. Guerra era, aliás, uma personalidade forte que inspirava confiança. Nessa altura ainda estava em Cantão e não tive qualquer intervenção na matéria.

AV — É nessa altura, nos anos 50, que é lançada a Comunidade Política Europeia[1], o Plano Pleven, e com ele a ideia da Comunidade Europeia de Defesa. Tratava-se já do projecto da Europa política, que só viria a ser retomado quase quarenta anos mais tarde. Nas suas conversas com Ruy Guerra, parecia-vos uma ideia com sentido — a ideia da Europa política, com capacidade de defesa?

JCM — Eu achava a ideia formidável, se se pudesse realizar. E dizia para mim mesmo: vamos ver se isto marcha. A ideia da CED foi um sucesso. É essa a parte trágica…

[1] Projecto lançado em 1953, que previa a criação de uma Assembleia Parlamentar bicameral, de um Conselho Executivo Europeu, de um Conselho de Ministros e de um Tribunal de Justiça. As competências da Comunidade Política eram muito amplas, mas o projecto nunca foi concretizado devido à sua rejeição pela Assembleia Nacional Francesa em 1954.

AV — Um sucesso? Como, se foi o próprio Parlamento francês que acabou com o projecto!?

JCM — Numa simples manobra processual. O tratado tinha sido assinado por todos os participantes.

AV — Mas houve uma discussão parlamentar…

JCM — O fundo da questão nunca foi discutido. Foi uma manobra em que De Gaulle exerceu um papel importante. Mas não pode imaginar o ambiente que se vivia em França, nessa altura. Essa ideia criara uma enorme controvérsia, porque De Gaulle tinha aquela mística nacionalista. Mas a rejeição do tratado da CED pelo Parlamento francês causou uma celeuma muito grande. A tal ponto que, estava eu na NATO, quando me vieram dizer que estava lá um senhor que queria falar com alguém da delegação portuguesa. Recebi-o: era um advogado de meia-idade que chorava.

AV — Chorava?

JCM — Ele dizia: «Isto é uma desgraça! Isto é uma tragédia, que novamente caiu sobre nós.» Os Franceses tinham adoptado a ideia de um exército comum como uma tábua de salvação.

AV — E tinham vivido a tragédia terrível da ocupação havia poucos anos.

JCM — A partir daí é que surgiu a ideia de fazer a união europeia pela via da economia. A ideia de Monnet, de início, era do simples Mercado Comum. Mas com a ajuda dos ministros dos Estrangeiros da Bélgica e da Holanda, transformaram o plano de Monnet numa União Económica.

AV — Tinham relações com as pessoas que alimentavam os ideais europeus? Com Jean Monnet?

JCM — Eu não, nunca vi o Monnet, mas Ruy Guerra viu-o. Tinha relações muito íntimas com colaboradores de Monnet, funcionários da OECE. Tinha boas relações com essa gente toda. Quando o substituí, em 1956, a ideia da Comunidade Europeia já tinha sido lançada.

AV — Os avanços e recuos da aventura europeia eram vistos por vocês com entusiasmo?

JCM — Como se fosse uma questão de família. Quando assumi a chefia da nossa representação na OECE, em 1956, tudo estava ainda em ebulição e, portanto, fui eu que «apanhei» com tudo isso. Formou-se o Grupo dos Seis, do Mercado Comum, dentro da OECE. Quanto à Inglaterra, distanciou-se. Os Ingleses, muito cépticos, achavam que aquilo nunca iria andar para a frente. Quando viram que ia mesmo, quando foi assinado o Tratado de Roma, apressaram-se a propor uma associação de livre-câmbio que englobasse os países do Mercado Comum e mais os restantes seis países industrializados da OECE — com exclusão dos subdesenvolvidos, entre os quais Portugal. Claro que aí entrei em guerra.

AV — Com os nossos velhos aliados Ingleses?

JCM — Entrei em confronto com eles. Os Ingleses fizeram a sua proposta na OECE, onde as decisões eram tomadas por unanimidade. O grupo de países subdesenvolvidos — Grécia, Turquia, Irlanda, Islândia e Portugal — ficou excluído do plano britânico. Para eles, estes países tinham os seus problemas próprios de desenvolvimento, que seriam discutidos à parte. Era uma manobra para os descartar. Foi aí que disse: «Nós temos uma solução alternativa.»

A minha intervenção nestas coisas foi sempre de estratega. Nunca fui o táctico. Fui sempre o estratega, e a minha estratégia era: vamos dizer que não, mas vamos dar uma solução alternativa. Foi assim que propus que entrássemos em pé de igualdade, mas com um estatuto especial. Com prazos de desmobilização alfandegária maiores, com a faculdade de vir a introduzir direitos protectores nas indústrias novas e com uma série de produtos alimentares que nós queríamos que fossem tratados como produtos industriais.

Foi assim que, através da nossa participação na OECE, entrámos no jogo da liberalização. O jogo da liberalização, do meu ponto de vista, era a melhor opção para Portugal, um país pequeno que queria desenvolver-se, mas que tinha um mercado interno exíguo. Para podermos construir uma indústria de certo peso, tínhamos de exportar e se tínhamos de recorrer ao mercado internacional, devíamos liberalizar o nosso mercado para poder beneficiar também da liberalização nos outros países.

Felizmente embarcámos na política da liberalização. Basta dizer que atingimos um grau de liberalização de comércio, na OECE, superior à Dinamarca, um país mais desenvolvido. Conseguimos alcançar um certo desenvolvimento com base na liberalização — uma coisa que, agora, os movimentos antiglobalização não percebem. Combatem a liberalização económica por causa dos países subdesenvolvidos; querem que estes façam o seu desenvolvimento na base do proteccionismo. O proteccionismo ainda se pode aplicar em grandes mercados internos, mas em países com pequenos mercados é uma ilusão.

AV — Nessa altura houve quem se opusesse à política de liberalização económica.

JCM — Havia opositores como, por exemplo, o ministro das Finanças. Isso só foi conseguido com o apoio de Correia de Oliveira, apoiado por Salazar. Estava aí presente a tal ambiguidade de Salazar. Enquanto político, não aceitava a participação

em qualquer agrupamento europeu, mas nas organizações de cooperação económica já aceitava. Por isso, quando digo que Salazar apoiou a nossa participação numa política de liberalização, quero dizer que ele separava o económico do político. Caiu numa armadilha quando aceitou a EFTA, acreditando que era apenas comercial. Acabou por ser uma machadada na política ultramarina portuguesa, porque a EFTA assentava nas regras do GATT, de que não éramos membros. Nessa altura, foi preciso travar uma batalha para participarmos no GATT, o que implicava a unificação do espaço económico português, ou seja, tínhamos de fazer uma união aduaneira entre a metrópole e as províncias ultramarinas. É então que surge o plano da unificação do espaço económico português. Simplesmente, quando se fizeram os estudos necessários, verificou-se que a dependência económica entre Portugal e o Ultramar era mínima. Angola já era, por si só, uma potência económica autónoma. E, naquela altura, aquele mito de que Portugal sem Ultramar não podia sobreviver levou uma machadada.

É a tal separação entre o económico e o político com a qual Salazar acabou por afectar a sua própria política ultramarina. Gorbachev fez o contrário, fez concessões no plano político e não fez no económico.

AV — Gorbachev aceitou mudar no essencial, pôs em causa a ditadura soviética, o que permitiu todas as mudanças que se seguiram, incluindo as económicas. E permitiu o fim do império soviético. Mas das reformas económicas não decorrem necessariamente mudanças políticas, veja-se a China hoje ou Portugal no passado…

JCM — A entrada na EFTA teve um certo impacte em Portugal. Havia quem perguntasse porque não aderíamos à CEE. Por um lado, Salazar não queria estar na Comunidade Europeia porque ela tinha uma raiz política bem definida…

AV — E contrária à sua própria ideologia.

JCM — O Mercado Comum não nos aceitava porque o nosso regime político era antidemocrático e por termos uma política ultramarina rejeitada internacionalmente.

AV — Mas apesar de não sermos uma democracia, Portugal foi membro fundador da NATO, organização de Estados democráticos… Porque é que Salazar queria pertencer à NATO?

JCM — Em relação à NATO, Salazar tinha uma posição curiosa. Estava, digamos assim, «entalado». Não podia bater com a porta aos Americanos. Por outro lado, Salazar, no plano interno, era confrontado com uma certa oposição. Participando na NATO, Salazar tinha ganhos políticos e ganhos económicos enormes.

AV — Sem alterar minimamente a natureza do regime.

JCM — E os Americanos tinham interesses estratégicos em relação a Portugal.

AV — E por isso esqueciam a natureza do regime português, como o faziam também os aliados europeus.

JCM — Eles consideravam que não era fascista.

AV — Autoritarismo paternalista, como gostava de dizer De Gaulle.

JCM — Paternalista, claro.

AV — A Europa via Portugal quase como um país do Terceiro Mundo e, como a maioria deles, uma ditadura. Do outro lado dos Pirenéus, onde começava o Sul…

JCM — Que não fazia mal a ninguém.

AV — Mas os democratas portugueses viram naturalmente no pós-guerra, na vitória das democracias, uma hipótese de derrubar Salazar.

JCM — Alguns deles diziam-me, logo no fim da guerra, que as democracias não podiam consentir na manutenção do regime de Salazar. E eu dizia-lhes: «Olhem que isso não é assim, vocês não se admirem se a esquadra inglesa vier a Lisboa agradecer a Salazar.» Os democratas viviam numa ilusão. Estavam convencidos de que o regime ia ser derrubado pelos estrangeiros, quando só podia ser derrubado pelos Portugueses.

AV — Os democratas estrangeiros podiam ser um estímulo e deviam oferecer o seu apoio aos Portugueses.

JCM — António Sérgio era um dos que diziam: «Isto agora vai cair.»

MARCELO CAETANO E A ALA LIBERAL

AV — Com Marcelo Caetano houve uma alteração da política europeia de Portugal?

JCM — Marcelo Caetano favorecia a nossa aproximação à Europa, mas nunca se exprimiu claramente nesse sentido. Do governo faziam parte, porém, homens como Rogério Martins e Xavier Pintado, que não escondiam o seu europeísmo, o que irritava naturalmente os ultraconservadores, herdeiros do pensamento de Salazar. Em Janeiro de 1969, logo no começo do governo de Caetano, o deputado da chamada *ala liberal,* José Pedro Pinto Leite, pronunciou um discurso em que afirmou: «É fundamental

que o País tome consciência de que o movimento centrípeto iniciado pelo Mercado Comum é irreversível e que Portugal, embora de vocação ultramarina, é também europeu, e não deve nem pode fugir-lhe.» Franco Nogueira deixara a pasta dos Negócios Estrangeiros em 6 de Outubro de 1969 e foi eleito deputado da Assembleia Nacional pela ANP. Membros ultramontanos da Assembleia instaram com ele para pronunciar um discurso atacando a nossa possível aproximação às Comunidades Europeias. Franco Nogueira, em 8 de Abril de 1970, fez uma intervenção em que, entre outras coisas, afirmou: «[...] A integração económica da Europa é um mito, como é um mito a sua unidade política [...] A nova política alemã em direcção a leste representa um golpe profundo no Mercado Comum [...] As tensões internas entre os membros do Mercado Comum, em vez de se atenuarem, têm-se agravado, em particular no plano monetário e no plano agrícola [...] A Inglaterra [...] já não exprime o mesmo desejo de admissão na Comunidade Económica Europeia [...] A realidade básica da Nação Portuguesa é constituída pelo indissolúvel conjunto da metrópole e ultramar [...] A nossa força de resistência apenas podemos ir buscá-la fora e além da Europa.»

A 15 de Abril, José Pedro Pinto Leite respondeu a este discurso. Para se documentar devidamente conversou largamente com o embaixador Ruy Guerra e comigo próprio, que desempenhava então as funções de director-geral dos negócios económicos no MNE. Começou por lembrar que Portugal, para além da sua vocação universal, tem também uma patente vocação europeia; que a Europa é o berço de Portugal e que a nossa epopeia ultramarina foi preparada e continuada dentro do contexto europeu e não fora ou contra ele. Salienta que a nossa decadência se inicia justamente quando nos começámos a isolar da Europa, «quando deixámos substituir nas nossas relações com os outros povos o espírito aberto e universal por um espírito marialvista, que despreza tudo quanto ignora». E afirma: «A integração económica europeia não é um mito. É uma realidade bem patente.»

Nem Franco Nogueira, nem qualquer outro deputado, se atreveu a contestar o discurso de Pinto Leite, pois perceberam que ele estava solidamente preparado para dar batalha.

AV — Quais foram as suas relações com Sá Carneiro e os demais membros da *ala liberal?*

JCM — Eu era, na altura, presidente da direcção do Grémio Literário e Sá Carneiro, que advogava no Porto, fazia do Grémio o seu local de encontros quando vinha a Lisboa. Criei desde então laços de amizade com Sá Carneiro e, sobretudo, com Pinto Leite, com quem me encontrava mais frequentemente. As minhas convicções coincidiam grandemente com as posições políticas dos *liberais:* aproximação da Europa, liberalização do regime político e solução negociada para o ultramar. As minhas relações com Sá Carneiro evoluíram bastante até ele assumir a chefia do governo. Infelizmente, tanto ele como Pinto Leite morreram prematura e tragicamente. Foi uma grande perda para o País.

AV — Com Marcelo Caetano foi nomeado secretário-geral do MNE em 1971. Quais as suas relações com o novo chefe do Governo?

JCM — Fui aluno de Marcelo Caetano durante quatro anos, na Faculdade de Direito e depois, como chefe da nossa delegação junto da OECE, servi sob as suas ordens quando ocupou a pasta de ministro da Presidência. No princípio de 1968, muito antes de ele assumir a chefia do governo, decidi deixar as funções públicas e ingressar no sector privado. As razões para tomar esta decisão foram várias: servira cerca de vinte anos seguidos no estrangeiro e perdera contacto com amigos e membros da família, não queria voltar a essa situação e sentia-me bem vivendo em Portugal; os vencimentos da função pública, acrescidos de um pequeno subsídio como delegado do governo junto da Sacor, não chegavam para cobrir as minhas despesas essenciais; por outro

lado, o lugar de director-geral que ocupava competia por lei a um ministro de 1.ª classe, e se continuasse nessas funções, colegas mais novos passavam-me à frente na carreira como embaixadores, o que não era uma situação agradável; se fosse ocupar uma embaixada no estrangeiro (e ofereceram-me Washington, Londres e Paris) seria obrigado a defender a tal política ultramarina com a qual não concordava. Foi-me oferecido o lugar de administrador num banco que, em princípio, aceitei. Entretanto vagou um lugar na administração da Soponata, empresa onde a Sacor tinha uma importante participação e solicitei a João Lumbrales, que presidia à Sacor, para ocupar esse lugar em representação da Sacor, ao que ele prontamente acedeu. Combinei com Franco Nogueira a minha saída do lugar de director-geral e a minha designação como administrador da Soponata iria efectivar-se na próxima assembleia-geral, que iria ter lugar em princípios de 1969. Entretanto Marcelo Caetano ascende à chefia do Governo e um jornal de Lisboa anunciou que eu ia deixar a função pública. Marcelo Caetano chamou-me e disse-me: «Então agora que eu sou chefe do Governo você abandona o serviço do Estado?» Expliquei-lhe que tudo estava combinado muito antes de ele ser designado Presidente do Conselho e indiquei-lhe as várias razões que me levaram a tomar essa decisão, omitindo, naturalmente, a última (divergência sobre a política ultramarina). Disse-me que iria resolver os meus problemas, designando-me para um lugar de administrador por parte do Estado, compatível com a minha situação de director-geral. Pouco depois publicou um decreto que permitia que os directores-gerais do MNE pudessem ser embaixadores e promoveu-me a esse posto e, além disso, nomeou-me administrador por parte do Estado na Companhia dos Diamantes de Angola (Diamang), um lugar fortemente requestado. A minha situação em relação a Marcelo Caetano passou a ser excepcional aos olhos de toda a gente. A mim, porém, não me agradou, pois nunca desejei receber favores do governo. A promoção a embaixador não era de forma alguma um favor, mas o mesmo não acontecia com a nomeação para administrador

da Diamang. Em Outubro de 1969 Franco Nogueira sai do governo e constou logo que Caetano desejava que fosse eu a substituí-lo. Ele nunca me convidou, porém, nem nos encontros que tivemos fez qualquer alusão a essa hipótese. Um dia veio visitar-me um membro muito chegado da sua família que, numa longa conversa, me procurou convencer que eu seria a pessoa mais indicada para ocupar a pasta dos Estrangeiros. Nunca me referiu ser esse o desejo do chefe do Governo, defendendo a sua argumentação a título meramente pessoal. Pouco tempo depois visitou-me o jornalista Mário Viçoso Neves, secretário-geral da Associação Industrial de Lisboa, com quem mantive sempre amistosas relações. Ele era primo direito de Caetano, mantendo com ele íntimas relações que mais tarde vieram a esfriar. Mário Neves disse-me abertamente que Caetano desejava que fosse o novo ministro dos Negócios Estrangeiros. A ambos os visitantes manifestei, de forma inequívoca, a minha indisponibilidade em participar no governo. Creio que esta minha atitude não agradou a Caetano, embora as nossas relações continuassem inalteradas, pelo menos na aparência. Em Julho de 1971 fui nomeado secretário-geral do ministério pelo ministro Rui Patrício e foram-me atribuídas duas delegações de competência, publicadas no jornal oficial: uma delegação do ministro para todos os assuntos de ordem administrativa; e outra do Presidente do Conselho, de carácter geral, nas ausências do ministro que, aliás, eram frequentes. A minha influência na condução da política externa do governo de Caetano teve a sua importância em dois aspectos principais: as negociações com as Comunidades Europeias, em cuja preparação colaborei activamente, e a maior aproximação com os Estados Unidos, que levou à celebração do acordo de 1971, por mim negociado, que voltou a formalizar a utilização da base das Lajes pelas forças americanas (suspensa por Salazar em 1962). Como secretário-geral, as minhas relações com Caetano iriam esfriar-se em virtude da sua tentativa de interferir, através de Rui Patrício, na competência reservada do Conselho do Ministério em matéria de promoções, ao que eu me opus. Isso

A família paterna de José Calvet de Magalhães, com os avós,
João de Sousa Calvet de Magalhães (em pé) e Helena Faria Calvet de Magalhães (sentada)
no canto superior direito e o pai, Manuel Calvet de Magalhães (criança sentada no nível superior direito)

O pai de José Calvet de Magalhães, Manuel Calvet de Magalhães

A mãe, Judith Maria de Sousa Cabral Osório Anjos, em solteira

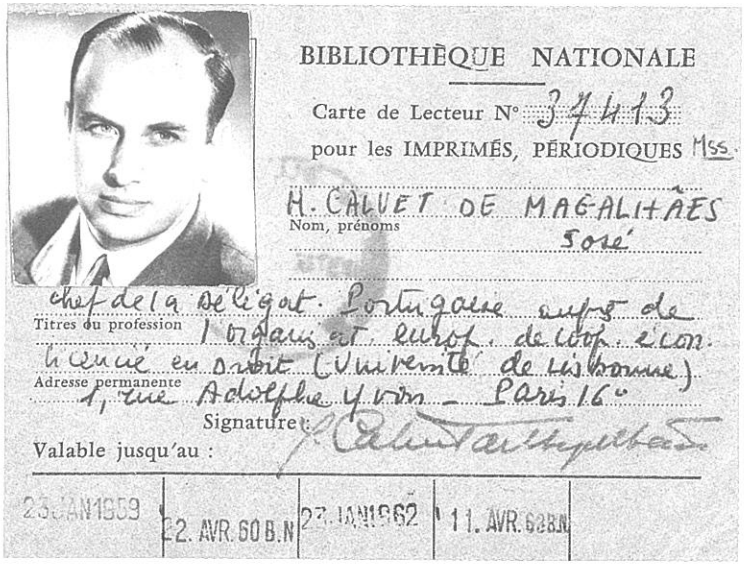
O casamento dos pais

Carlos Sampaio Garrido

Luiz Teixeira de Sampayo, 1875-1945

Conferência no Conservatório Nacional

Cartão de Leitor
da Biblioteca Nacional
Francesa



BIBLIOTHÈQUE NATIONALE

Carte de Lecteur N° 34413

pour les IMPRIMÉS, PÉRIODIQUES Mss

H. CALVET DE MAGALHÃES
Nom, prénoms

José

Titres ou profession chef de la délégat. Portugaise auprès de l'Organisation Europ. de Coop. écon.
licencié en droit (Université de Lisbonne)

Adresse permanente 1, rue Adolphe Yvon — Paris 16e

Signature : J. Calvet de Magalhães

Valable jusqu'au :

23 JAN 1959 | 22. AVR. 60 B.N | 23 JAN 1962 | 11. AVR. 63 B.N

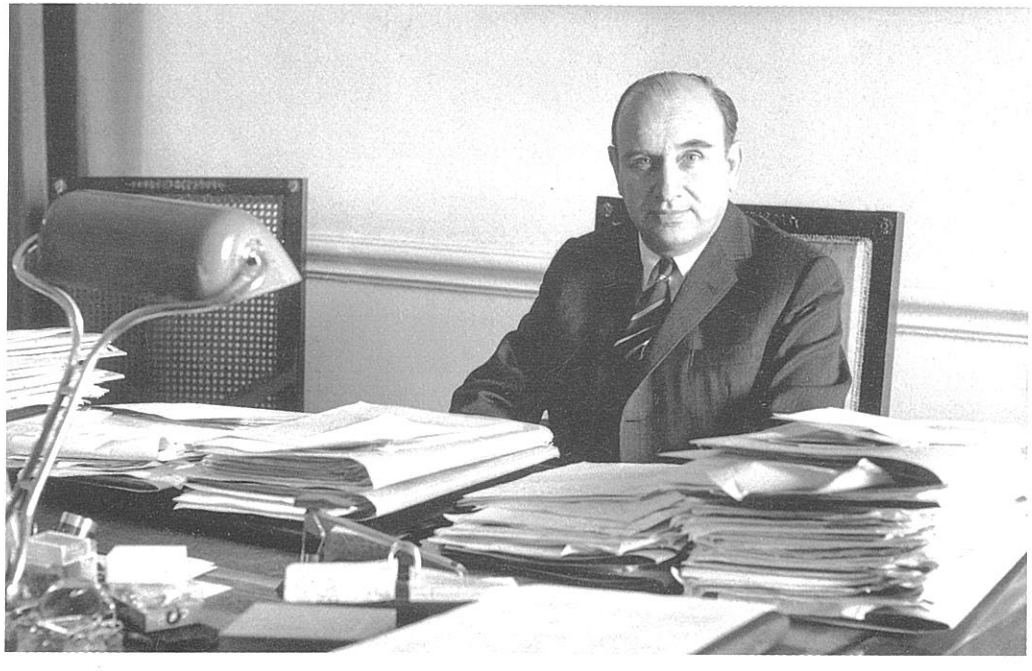
Visita do Conselho da Nato aos Estados Unidos em 1954, com o general Humberto Delgado

Apresentação de credenciais na CECA (Comissão Europeia do Carvão e do Aço), Luxemburgo 1956

Conselho da EFTA, Genebra, 18 de Janeiro de 1963,

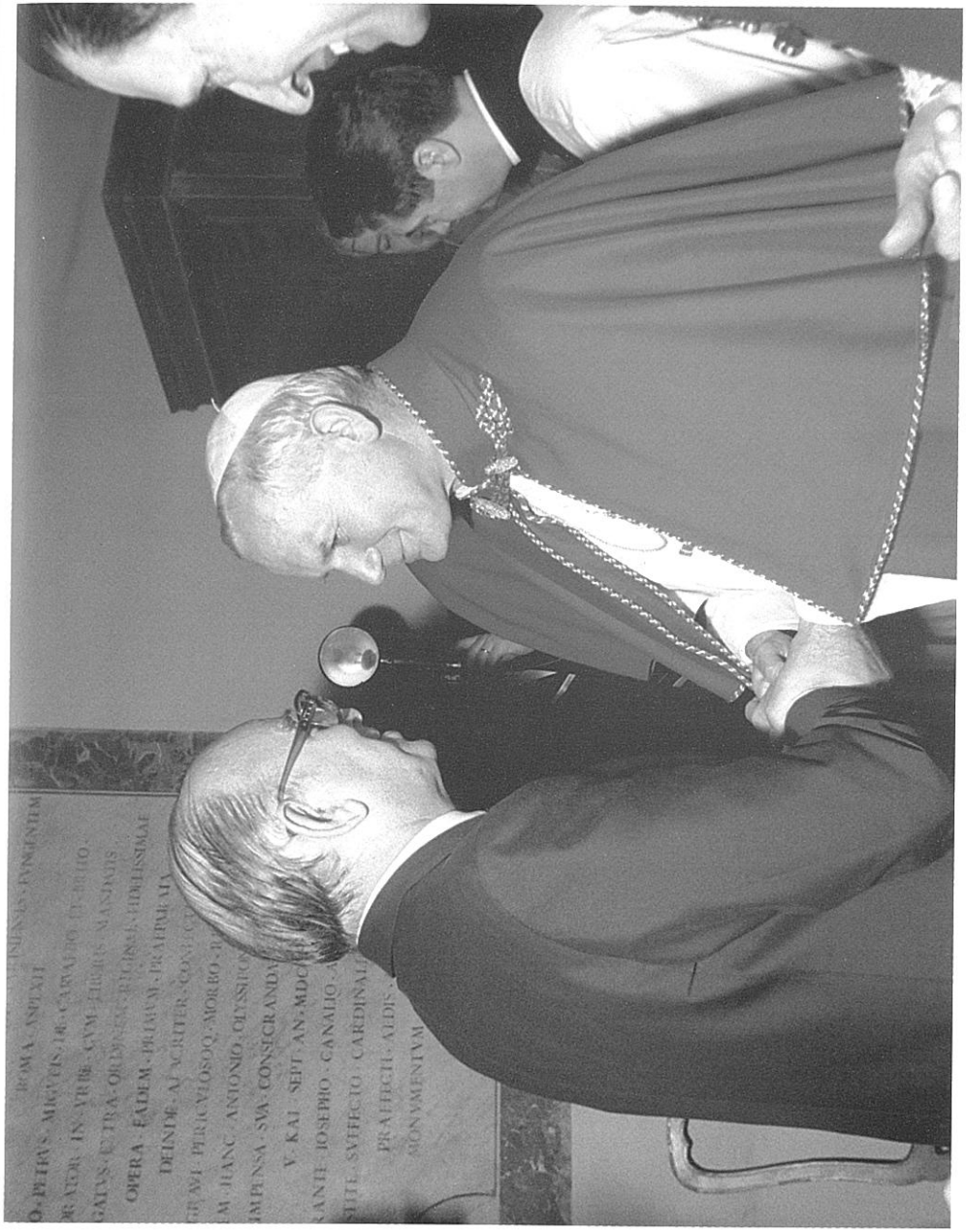
Assinatura do Protocolo Adicional à Convenção
sobre a Responsabilidade Civil no domínio da Energia Nuclear, 1964

Reunião do Comité de Auxílio ao Desenvolvimento (CAD) em Washington em 1966,
cumprimentando o secretário de Estado Dean Rusk



No seu gabinete do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1966,
enquanto director-geral dos Negócios Económicos

Reunião do CIT (Conferência Internacional do Trabalho) em 1968



Com João Paulo II na Igreja de St. António dos Portugueses, Roma, 23 de Maio de 1979

Com Álvaro de Vasconcelos, na sua primeira participação numa actividade do IEEI em 1982

No V Fórum Euro-Latino Americano em 1998 com o presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, o primeiro-ministro António Guterres, o presidente Jorge Sampaio e o comissário Manuel Marín

No VI Fórum Euro-Latino Americano em 2000

Conferência Internacional de Lisboa, Novembro de 2002. Da esquerda para a direita: Álvaro de Vasconcelos, Celso Lafer, José Calvet de Magalhães, Guilherme d'Oliveira Martins e José Blanco

Congresso Portugal e o Futuro da Europa, Março de 2003. Da esquerda para a direita: Álvaro de Vasconcelos, Carlos Costa Neves, o presidente Jorge Sampaio, José Calvet de Magalhães e Rui Vilar

levou a que eu passasse a ser excluído da lista dos convidados nas recepções dadas pelo chefe do Governo, como até aí era habitual, o que aliás não me incomodou muito. Algum tempo depois Caetano tentou descartar-se de mim, convidando-me a ocupar o lugar de embaixador em Brasília, o que eu recusei. Em 2 de Abril de 1974, faleceu Georges Pompidou e Caetano decidiu ir pessoalmente ao funeral. Discutindo a viagem com o chefe do Protocolo declarou-lhe que tencionava ser acompanhado pelo general Bettencourt, antigo governador da Guiné. O chefe do Protocolo fez-lhe ver que isso não seria muito apropriado dizendo que ele deveria ser acompanhado pelo secretário-geral do MNE. Surpreendentemente ele aceitou a sugestão e num dos dias imediatos, Caetano, eu e um secretário seguimos sós no *Boeing* da Força Aérea para Paris. Nas viagens de ida e volta, no mesmo dia, fiquei sentado ao lado de Marcelo Caetano, que continuou a mostrar-se frio para comigo, mas que falou largamente sobre a situação interna portuguesa. Limitei-me a ouvir, pois evitei sempre falar de política interna com o chefe do Governo. As suas afirmações eram profundamente pessimistas e duas delas impressionaram-me profundamente. A primeira foi de que os jornais de Lisboa estavam todos nas mãos dos comunistas e que a única solução era transformá-los todos em jornais do Estado! A outra foi uma catilinária contra o Vaticano, rematando dizendo que já perdera a fé e que os protestantes é que tinham razão! Era um homem claramente derrotado, encurralado, que não encontrava soluções para os problemas que o confrontavam. Daí a uns vinte dias eclodiu o 25 de Abril.

CONTINUIDADE E RUPTURA NA ADESÃO

AV — A entrada de Portugal na Comunidade Europeia, em 1986, foi facilitada pela prévia existência de um movimento bem anterior, que preconizava a aproximação à Europa. Perfilha o

ponto de vista de que há uma ligação entre os dois processos, ou pensa que houve uma ruptura em 1974-75 e o início de um novo processo que culminou com a adesão?

JCM — Acho que há uma continuidade absoluta. O primeiro passo foi a nossa participação no Plano Marshall e no movimento de liberalização, que permitiu que Portugal participasse nas negociações euro-americanas, e permitiu que fôssemos depois membro efectivo na EFTA. A EFTA é, geralmente, mal compreendida. Pensa-se que foi criada para fazer guerra ao Mercado Comum mas, bem pelo contrário, foi um organismo criado para poder acompanhar a desmobilização tarifária planeada pelo Mercado Comum e encontrar o momento oportuno para que os países membros da EFTA pudessem fazer a ligação, da melhor forma possível, ao Mercado Comum.

AV — Mas eram países que não eram favoráveis à existência de estruturas supranacionais.

JCM — Exacto. Era o caso, por exemplo, da Suíça, que nunca participaria num organismo qualquer de natureza política — sobre isso não restam dúvidas. Mas a Inglaterra e os países escandinavos gostariam de se aproximar o mais possível do Mercado Comum.

AV — Uma aproximação que não correspondia a uma plena adesão aos princípios comunitários. Ainda hoje são esses mesmos países os mais resistentes à supranacionalidade e mesmo ao euro.

JCM — Evidentemente, mas eles não queriam perder os benefícios de uma união aduaneira com o resto da Europa. Pouco tempo depois da criação da EFTA, a Inglaterra fez as primeiras tentativas para aderir à Comunidade Económica Europeia, e deparou-se com o veto da França. De Gaulle tinha assumido o poder em

França e opôs-se a uma adesão da Inglaterra. Nós não podíamos pretender ser membros da CEE porque, por um lado, o governo português não queria participar numa organização com fins políticos, e por outro lado, a CEE não estava disposta a aceitar um país com um regime não democrático e com uma política ultramarina que era contestada por um grande número de países. Foi o que nos levou a assinar o acordo de associação em 1972.

Esses obstáculos existiam. A partir do 25 de Abril, desapareceram. Do lado político, desapareceram os obstáculos porque passámos a ter um regime democrático. Bem... que, a princípio, não era tão democrático como isso, o que criou certas dificuldades nas negociações. Por outro lado, desapareceu o problema ultramarino, com a independência dos territórios ultramarinos portugueses. Portanto, os dois grandes obstáculos desapareceram.

Do lado português, havia dois objectivos, um político e outro económico. O político era a consolidação do regime democrático em Portugal; o económico era procurar ajuda para o desenvolvimento. São estes dois objectivos que levaram o governo socialista a propor a adesão. Há, realmente, uma continuidade e uma transformação da situação que fez desaparecer os obstáculos da CEE, e há o interesse do novo regime em se ancorar na Comunidade Europeia por motivos políticos e motivos económicos. Não há dúvidas que há uma continuidade, que não se pode negar, e que pode até parecer um pouco paradoxal.

AV — Entre o acordo de associação de 1972 e o pedido de adesão em 1976? Mário Soares disse na altura, por diversas vezes, que a Europa era um novo destino para um país que tinha perdido o império. Ora, novo destino significa ruptura; desaparecera o Portugal ditatorial, colonial, imperial, em guerra, e desenha-se a perspectiva de um Portugal novo, democrático, que se integrava na Europa graças a essa nova feição.

JCM — É verdade, mas creio que, nesse aspecto, não houve propriamente ruptura. O que houve foi que o problema ultramarino

desapareceu — bem ou mal, não sei, mas desapareceu — e emergiu a realidade que eu sempre defendi: ficámos perante a Europa, à qual nunca deixámos de pertencer, cultural e economicamente. Estávamos distantes, no plano político, por causa da natureza do regime português e da preponderância da política ultramarina na condução da política geral do país.

AV — A que se junta a preponderância do nacionalismo, a característica essencial da ideologia de Salazar. A comunidade europeia afinal nasce da deslegitimação do nacionalismo extremo, da recusa de continuar a ver as relações intereuropeias pela óptica do equilíbrio de poderes.

JCM — Naturalmente que a ideia de Europa é contrária a um nacionalismo ideológico. Porque o nacionalismo, como sabe, pode ser interpretado em vários sentidos. Nós somos nacionalistas no sentido em que gostamos do nosso país e queremos defender o interesse do nosso país...

AV — Talvez patriotismo seja um termo mais adequado...

JCM — ... é curioso que os nacionalistas não gostam da palavra patriotismo e os patriotas não gostam da palavra nacionalismo. O nacionalismo pode ter uma conotação ideológica. O nacionalismo ideológico sobrepõe o princípio nacional a tudo o que não é nacional, ou seja, corresponde a uma ideia negativa em que o outro, o internacional, o exterior, é o inimigo. O patriotismo, não.

Ora, a filosofia política que sempre defendi é precisamente a filosofia oposta. Nós somos membros da comunidade internacional e, como tal, estamos sujeitos a determinadas vantagens e limitações, porque vivemos numa comunidade. Da mesma forma, um indivíduo que vive numa comunidade nacional tem vantagens, que lhe advêm da organização do Estado, mas também tem obrigações, tem limitações. E é essa ideia das limitações

à soberania que os nacionalistas têm dificuldade em aceitar. Quando, afinal, isso é um contra-senso — pertencendo a um grupo de países mais poderoso, a nossa soberania não diminui, aumenta. Passámos a ter capacidade para fazer coisas que nunca poderíamos fazer sozinhos.

AV — Logo a seguir ao 25 de Abril, alguns, como o historiador Barradas de Carvalho[1], defendiam que Portugal tinha de optar entre a Europa e o Atlântico e consideravam que se optasse pela Europa, a Europa dos grandes espaços, passaria, cedo ou tarde, a ser uma região da Espanha e por isso devia dizer não à adesão.

JCM — Ainda hoje há muita confusão de ideias sobre esse problema. Há pessoas cultas, por exemplo, professores universitários, que estão sempre a falar de Bruxelas como se Bruxelas fosse o inimigo, esquecendo-se que Bruxelas somos nós — nós somos membros da Europa unida. É a mesma dialéctica usada no tempo da defesa da política ultramarina portuguesa em relação à ONU. Dizia-se, então, que a ONU era o inimigo, mas Portugal era membro da ONU. E o que se escondia ao povo português era que a maioria dos países da ONU não aprovava a nossa política. Havia um mau uso propositado da palavra, que pretendia a própria ONU como inimigo. De resto, mesmo nos Estados Unidos ainda hoje há uma corrente que considera a ONU como o inimigo, como uma entidade que tem um plano para se apoderar dos Estados Unidos.

AV — Todos estes anos depois da adesão, ainda muitos compreendem mal o suplemento de peso internacional que a Europa acrescenta a Portugal.

---

[1] Barradas de Carvalho, *Rumo de Portugal a Europa ou o Atlântico?: uma perspectiva histórica,* Lisboa: Horizonte, 1982.

JCM — Pode parecer estranho, mas há raciocínios destes completamente absurdos. Vejamos, por exemplo, o caso de Timor. Portugal, sozinho, não tinha conseguido o resultado que conseguiu, só possível porque teve o apoio da União Europeia. Ou melhor, porque conseguiu conquistar o apoio dos nossos parceiros da União Europeia e, depois, da própria ONU. Foi pelo facto de sermos membros da União Europeia e da ONU que conseguimos levar a Indonésia, que tinha a favor dela um potencial económico e político que fazia com que países como os Estados Unidos e a Austrália hesitassem em aceitar o referendo. Se fosse Portugal sozinho, a actuar com uma perspectiva nacionalista, se fosse uma «batalha» isolada contra a Indonésia, é evidente que nunca teríamos conseguido o resultado que alcançámos.

AV — Mas durante um certo tempo ainda se fazia de Timor, antes de tudo, uma questão de política interna.

JCM — Nós beneficiámos de erros graves cometidos pela Indonésia, e o erro mais grave foram os atentados aos direitos humanos. A comunicação social divulgou universalmente o massacre de Santa Cruz e fez dele um caso de violação grave dos direitos humanos. Foi através da campanha pela defesa dos direitos humanos que Portugal conseguiu levar os países da União Europeia e os próprios Estados Unidos a apoiarem a posição portuguesa. Por isso digo que os Indonésios cometeram um grave erro. Se tivessem sido mais hábeis, se não se tivessem exposto daquela maneira, talvez esses países não tivessem apoiado Portugal da forma como vieram a apoiar. Aí, entra a questão dos direitos humanos, que é algo que realmente tem uma importância fundamental.

III

Para além da União

O antiamericanismo tradicional

AV — Tem dito, e tem escrito, que defende uma perspectiva portuguesa euro-atlântica. Qual era a perspectiva que existia na relação com os Estados Unidos quando chegou ao ministério?

JCM — Cheguei ao ministério pouco depois da intervenção dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Entrei no ministério em Outubro e o ataque de Pearl Harbor foi em Dezembro. Nessa altura, as nossas relações com os Estados Unidos passaram a ser extremamente íntimas e importantes, por causa da questão dos abastecimentos — tínhamos problemas sérios com o abastecimento e um grande défice alimentar. Muitas vezes as pessoas não têm noção disso, mas tivemos sempre de fazer importações, sobretudo de cereais, e, por outro lado, havia o problema dos combustíveis. Para resolver esse problema dos abastecimentos, com a entrada dos Estados Unidos na guerra, fizemos um acordo triangular — Estados Unidos, Inglaterra e Portugal — em que os Estados Unidos se comprometiam a garantir certos fornecimentos que não conseguiríamos facilmente obter nos mercados habituais. Pode dizer-se que, a partir daí, houve bastante intimidade,

porque ainda não se tinham levantado outros problemas de matriz estratégica. Mas estávamos ainda no começo da guerra. Depois, quando a guerra submarina alemã se intensificou, começou a surgir um interesse americano na utilização de bases nos Açores, para combater a guerra submarina alemã. Gerou-se uma situação um pouco difícil, porque Roosevelt estava influenciado pelos militares americanos e queria tratar Portugal «por cima da burra», preparando acções violentas. Churchill interveio, como uma espécie de moderador, e aconselhou Roosevelt a obter aquilo que pretendia através da negociação. Os Americanos chegaram a ter um plano, que existe nos arquivos, para forçar Portugal a ceder os Açores. Mas isso, felizmente, não foi por diante. E acabou por se arranjar uma forma — a Inglaterra invocaria a aliança luso-britânica. No início da guerra, Portugal fez uma declaração de neutralidade, mas uma neutralidade muito especial, porque punha reservas quanto às obrigações da aliança. Houve quem lhe chamasse neutralidade colaborante. Foi nessa base que Churchill invocou a aliança. O objectivo era, no fundo, que através dos Ingleses os Americanos pudessem utilizar bases nos Açores.

AV — A corrente favorável ao eixo tinha personalidades importantes?

JCM — Personalidades não direi, mas funcionários sim. O secretário-geral, que era o Teixeira de Sampaio, um homem que vinha do passado e muito ligado à aliança inglesa, tinha evidentemente uma posição pró-britânica. Penso que desempenhou uma função importante junto de Salazar, que estava rodeado de algumas pessoas nitidamente pró-germânicas. O homem que mandaram como embaixador para Berlim, por exemplo, o engenheiro Nobre Guedes — aliás, com resultados pouco positivos, embora ele fosse um homem muito chegado a Salazar e creio que até da União Nacional. Havia outras pessoas conhecidas que eram evidentemente pró-germânicas. Na diplomacia portuguesa propriamente dita, havia quem dissesse que o antigo director-geral económico, que depois foi substituir Nobre Guedes na Alemanha, o conde de Tovar, era germanófilo. Mas eu não acredito muito nisso. Não acredito muito que ele fosse germanófilo, no sentido de apoiar a política de Hitler. E duvido muito que Salazar mandasse para Berlim um homem muito favorável a Hitler. O que ele não era, provavelmente, era antialemão. Porque muitas pessoas são admiradoras da Alemanha sem serem pró-nazis. Em Portugal nunca houve uma grande tradição de ligação à Alemanha, a não ser durante a I Guerra Mundial, em que o sector monárquico ou ultraconservador era pró-alemão. Mas isso era uma reacção aos republicanos pró-aliados.

AV — Essa divisão que havia na altura entre os pró-germânicos e os pró-britânicos, entre os pró-potências atlânticas e os que se lhe opunham, uma divisão entre os mais progressistas e os mais reaccionários, os mais abertos e os mais isolacionistas. Era isto então claro?

JCM — Não. É natural que, na repartição dos assuntos económicos, como o problema económico fundamental era a questão dos abastecimentos, houvesse um ambiente mais favorável às ligações com os Estados Unidos. O grupo conservador católico a que Salazar pertenceu era germanófilo para mostrar o seu antagonismo à República. Como Salazar vinha desse ambiente, manifestou sempre essas tendências. Mas é preciso ter cuidado ao julgar a posição dele em relação aos Alemães e aos Ingleses...

Salazar tinha uma grande admiração pelos Ingleses, pelos métodos educativos dos Ingleses, até fez conferências sobre isso. Nunca vi que escrevesse nada, ou manifestasse qualquer tendência pró-germânica propriamente dita.

AV — Havia um sector pró-inglês que teve enorme dificuldade em adaptar-se à nova realidade internacional, com a presença da

nova potência dominante no Atlântico, os Estados Unidos, que além de ser uma grande democracia eram uma potência anticolonial, ao contrário dos Ingleses.

JCM — Em relação aos Americanos, havia um problema que torna difícil interpretar a posição de Salazar. Eu tenho uma interpretação pessoal. Creio que, em alguns escritos de Franco Nogueira, uma espécie de diário que publicou, ele dá a entender que Salazar era mais contra os Americanos do que contra os Russos. Isso podia ter sido uma reacção momentânea, mas o fundamental é que Salazar tinha muito mais receio dos Americanos que dos Russos, o que era natural. Em relação ao comunismo, Salazar achava que o povo português estava mais ou menos vacinado, mais ou menos protegido. Mas em relação aos Americanos, não. A construção política de Salazar foi baseada na crítica da democracia portuguesa do princípio da República, em que havia instabilidade governativa, ausência completa de administração. E o sistema partidário era, para ele, algo que não podia funcionar em Portugal. Por isso, ele era contra os partidos. Porquê? Porque o sistema partidário, a democracia parlamentar, levava à instabilidade, à desorganização e à não-administração do país. Mas a democracia americana era um contraponto a esta situação porque era um modelo de estabilidade e, ao mesmo tempo, de progresso económico. Por isso, qualquer pessoa racional poderia pensar: «A nós, os que nos convinha era o modelo americano.» Salazar temia que essa ideia pudesse ocorrer aos grandes mentores do seu regime e tentava vaciná-los contra isso. Isto é tão verdade, que há exemplos vários a comprová-lo.

Quando houve uma reunião da NATO em Lisboa, em Fevereiro de 1952, estiveram cá todos os ministros dos Negócios Estrangeiros da Aliança e Lumbrales contava que Salazar atribuiu a todos uma nota. A Eden deu-lhe 10 valores; a Dean Acheson, o americano, deu-lhe 18 valores. No fundo, admirava os Americanos, não queria é que as pessoas se convencessem que o sistema democrático americano podia servir para Portugal.

AV — A posição de Salazar em relação aos Americanos reflecte-se ainda hoje numa corrente antiamericana da direita nacionalista. George Kennan, que negociou com Salazar a cedência dos Açores durante a guerra, traduziu o sentimento de Salazar em relação aos Americanos numa nota a Roosevelt: «Fears us slightly less than the Russians.» A América, do ponto de vista político, mas também dos costumes, era vista como uma ameaça ao seu regime pelos salazaristas.

JCM — Vou-lhe contar alguns factos concretos que ajudam a ilustrar estas coisas. Por exemplo, numa certa altura, a cadeia Hilton decidiu fazer um hotel em Lisboa, e Salazar opôs-se. O que é que Salazar fez? Chamou alguns empresários portugueses e disse: «Os americanos querem fazer um grande hotel aqui, em Lisboa, e vêm para ganhar dinheiro. Se é para ganhar dinheiro, porque é que não ganhamos nós esse dinheiro, porque é que os senhores não investem?» O José Espírito Santo, de quem fui colega na CIDLA, contou-me: «Eu investi dinheiro no Hotel Ritz, mas estava convencido de que ia perder dinheiro. Nunca fiz um investimento tão lucrativo.»

Salazar não queria o Hilton, pois dizia que, atrás do hotel, vinham os administradores, os empregados, e tudo o mais, e não queria isso — a tal importação do *american way of life*. Ele conhecia muito bem a América, porque quando uma pessoa dá muita importância a alguma coisa começa a estudar. E Salazar era um estudioso, procurava informar-se sobre a realidade americana. Ele não queria, de modo algum, que a sua elite se deixasse impressionar pela solução democrática americana, que não lhe convinha, de forma alguma. Implicava eleições livres, etc.

AV — Mas certamente que além de recusar a democracia também não lhe agradava a natureza anticolonial de um Estado que tinha sido uma colónia e que tinha feito uma guerra de independência que teve então, aliás, a simpatia dos Portugueses.

JCM — Isso é numa fase posterior. Tem, sim, muito a ver com a ideologia de Salazar. É que Salazar, com a ideologia que tinha, não podia admitir uma solução democrática para o Ultramar, e as soluções que se apresentavam através da ONU e dos Americanos eram soluções que implicavam consultas populares, que ele não podia aceitar. Em relação à Índia, houve muitas pressões para que se fizesse um referendo, e tudo garantia que o resultado não seria desfavorável a Portugal. Os homens de Goa, da Índia, ou votavam a sua autonomia ou votavam a sua ligação a Portugal. O mais provável era a autonomia. Salazar opôs-se porque isso seria aceitar a ideia de consulta popular e era abrir a porta para outros pedirem também referendos. Isso seria desmanchar um sistema político que ele tinha construído.

Penso que Salazar não se preocupava muito com o império, nunca lá pôs os pés. Era mais a defesa do regime português, do regime interno, que o preocupava. Aquela construção que ele tinha feito e que não podia ter brechas, senão desmanchava-se tudo. Ele mantinha um certo distanciamento das questões do Ultramar, senão mesmo desprezo. Fundamental era preservar a solidez e pureza do seu regime político e foi isso que o levou à defesa intransigente da política ultramarina. É claro que ele sabia perfeitamente que os Americanos não podiam concordar com a nossa política ultramarina. Ele não era parvo, sabia muito bem que era impossível que um país como a América, com os princípios que sempre defendeu, pudesse apoiá-lo. Mas os Americanos nunca manifestaram uma hostilidade muito directa à nossa política.

AV — No tempo de Kennedy houve algum apoio aos movimentos de libertação das colónias portuguesas e Eduardo Mondlane, o fundador da Frelimo, veio dos Estados Unidos, e sentia-se próximo das suas tradições liberais.

JCM — Houve, claro, porque havia círculos americanos que eram nitidamente favoráveis a esses apoios. Mas não tinham

nada a ver com a administração americana, que era bastante cuidadosa. Queriam arranjar soluções de compromisso, prazos, afirmações de princípios. Eles contentavam-se com isso, tanto que as propostas concretas que o secretário de Estado Ball veio cá apresentar a Salazar, enviado por Kennedy, eram exactamente a aceitação do princípio da autodeterminação e a fixação de um prazo para discutir essa transformação, mas aceitando que esse prazo fosse indefinido. Mas nem isso Salazar queria aceitar.

AV — Podemos dizer que a corrente que definiu como antieuropeísta era também antiamericana. Como é que explica isso?

JCM — É uma atitude nacionalista. Os Americanos aparecem sempre como uma ameaça à identidade de um determinado país. Mal ou bem, aparecem. E acabou por ser assim com os MacDonalds e a *Coca-Cola*. Não se bebia *Coca-Cola* em Portugal. Salazar nunca autorizou a *Coca-Cola*. Portanto, é uma espécie de aversão proveniente da nossa natureza saloia. É uma reacção nacionalista, um bocado provinciana. Mas, por outro lado, uma federação europeia também é uma ameaça à independência nacional. Há essa atitude nacionalista, que vê estas coisas de uma forma deturpada, exagerada. Não aceitam o internacionalismo, a influência estrangeira, etc., etc.

A questão espanhola

AV — Essa corrente era antieuropeia, antiamericana e antiespanhola.

JCM — Antiespanhola de forma mais limitada, é mais uma coisa histórica. Nós quase somos obrigados a ser anticastelhanos, sobretudo antiespanhóis. Porque a Espanha é uma concepção política particular, constituída por várias nações. A concepção espanhola baseia-se na unidade geográfica, uma certa unidade cultural, e uma certa lógica de que todos os países deste território pertençam ao mesmo Estado. Há uma lógica, mas isso só é aceitável numa base consensual. Acontece que, pelo menos uma nação, Portugal, nunca aceitou o projecto. E temos provas disso, através da História. Quem explicou muito bem esta tese foi Alexandre Herculano[1]. A tese diz: Portugal é independente porque os Portugueses querem ser independentes. É voluntarista. Há

[1] Nas palavras de Alexandre Herculano: «Somos independentes, não por termos rios ou cadeias de montanhas a separar-nos de outros países, ou qualquer obstáculo físico, somos portugueses porque sempre tivemos a vontade de ser independentes e o quisemos ser politicamente.» *Apud* Soares, Mário e Sousa Pinto, Sérgio, *Diálogo de Gerações*. Círculo de Leitores, 2004, pp. 202-203.

muitas teses que não têm fundamento nenhum, mas a tese voluntarista tem. Houve um núcleo de portugueses que não aceitaram. E em relação a isso não há nada a fazer. É por isso que conseguimos manter a independência durante oito séculos e meio, em relação a uma potência muito superior à nossa.

AV — A recusa dos Portugueses em fazer parte do projecto integracionista castelhano não significa que a Espanha democrática, que aliás é uma nação de nações, queira anexar Portugal. O anticastelhanismo confunde-se em Portugal com o nacionalismo, que necessita sempre de ter um inimigo, de preferência se puder ser parte de uma narrativa histórica que sustente a sua ideologia.

JCM — Houve sempre uma certa desconfiança porque, do lado espanhol, eles nunca desistiram do projecto.

AV — Mas hoje já não têm esse projecto.

JCM — Não sei. Mas tinham-no ainda não há muito tempo...

AV — Mas hoje que Portugal e a Espanha são duas nações democráticas, parece-me que existe uma clara incompatibilidade entre o antiespanholismo e o pró-europeísmo; não vejo como possa tornar coerente entre si essas duas posições.

JCM — A União Europeia, em grande parte, vem diluir esse problema. Agora, pela primeira vez na História, fazemos parte do mesmo núcleo de nações e estamos ligados às mesmas alianças. E há um projecto de integração económica que funciona, não tão mal como para aí dizem. Queixam-se dos produtos espanhóis chegarem aqui, mas esquecem-se que nós temos a mesma liberdade e que estamos a ganhar, porque enquanto eles beneficiam de um mercado com apenas dez milhões de habitantes, nós beneficiamos da entrada num mercado de cerca de 40 milhões. Nós estamos numa posição mais vantajosa que os Espanhóis. A ques-

tão é se nós sabemos ou não aproveitar essas condições. Mas aí a culpa não é dos Espanhóis, é nossa. Se nós não vendemos em Espanha, não investimos mais em Espanha, é porque preferimos investir no Brasil. Há ainda uma certa desconfiança em relação a Espanha, mas acho que, a pouco e pouco, ela está a ser vencida. Estamos sempre a pensar que Espanha está a conspirar para absorver Portugal. E ainda não há muito tempo isso acontecia. Durante a Guerra Civil de Espanha, o governo português ficou alarmado com o domínio dos comunistas e da gente da extrema-esquerda, alguns dos quais tinham um projecto ibérico. Em Portugal, no país todo, temia-se que uma vitória dos vermelhos pudesse levar à anexação de Portugal. Mas os nacionalistas tinham uma ala, que era a Falange, que tinha o mesmo projecto e que não o escondia. Eu tive na mão panfletos com o mapa de Espanha com Portugal incluído, etc. Tinham o mesmo projecto, simplesmente Franco era um homem mais moderado, que nunca deixou que a Falange fosse predominante.

AV — Mas mesmo nesse período, o iberismo da corrente republicana, antifascista, não significava que estivessem a pensar em anexar Portugal. Pelo seu lado as posições em Portugal contra a República espanhola eram antes de tudo por medo de ter na vizinhança um regime contrário ao que estava aqui. Temiam o efeito de contaminação.

JCM — Sim, é evidente. Não era só a questão iberista.

AV — Uma característica dos nacionalistas é a desconfiança em relação a tudo o que é exterior.

JCM — Para eles, o estrangeiro é o adversário, o inimigo.

Os limites da geopolítica

AV — Então porque é que a desconfiança não existe em relação à Inglaterra?

JCM — Não pense que não existiu, ou não existe, uma corrente de grande desconfiança em relação aos Ingleses.

AV — De facto, o Ultimato de 1890 teve um enorme impacto na percepção em relação aos Ingleses...

JCM — A Grã-Bretanha funcionou como um aliado, sempre. Mas também houve sempre uma desconfiança enorme em relação aos Ingleses. E, ao contrário do que muita gente supõe, essa ideia, que foi espalhada pelos Franceses, que Portugal era uma colónia britânica, é uma ideia bastante exagerada. Foi difundida pelos Franceses, que tiveram sempre uma certa inveja da predominância britânica em Portugal. Achavam que, historicamente, a França devia ter mais influência em Portugal. O que é facto é que, apesar dessa desconfiança, precisávamos dessa aliança inglesa. O que não quer dizer que, no que se refere à con-

tão é se nós sabemos ou não aproveitar essas condições. Mas aí a culpa não é dos Espanhóis, é nossa. Se nós não vendemos em Espanha, não investimos mais em Espanha, é porque preferimos investir no Brasil. Há ainda uma certa desconfiança em relação a Espanha, mas acho que, a pouco e pouco, ela está a ser vencida. Estamos sempre a pensar que Espanha está a conspirar para absorver Portugal. E ainda não há muito tempo isso acontecia. Durante a Guerra Civil de Espanha, o governo português ficou alarmado com o domínio dos comunistas e da gente da extrema-esquerda, alguns dos quais tinham um projecto ibérico. Em Portugal, no país todo, temia-se que uma vitória dos vermelhos pudesse levar à anexação de Portugal. Mas os nacionalistas tinham uma ala, que era a Falange, que tinha o mesmo projecto e que não o escondia. Eu tive na mão panfletos com o mapa de Espanha com Portugal incluído, etc. Tinham o mesmo projecto, simplesmente Franco era um homem mais moderado, que nunca deixou que a Falange fosse predominante.

AV — Mas mesmo nesse período, o iberismo da corrente republicana, antifascista, não significava que estivessem a pensar em anexar Portugal. Pelo seu lado as posições em Portugal contra a República espanhola eram antes de tudo por medo de ter na vizinhança um regime contrário ao que estava aqui. Temiam o efeito de contaminação.

JCM — Sim, é evidente. Não era só a questão iberista.

AV — Uma característica dos nacionalistas é a desconfiança em relação a tudo o que é exterior.

JCM — Para eles, o estrangeiro é o adversário, o inimigo.

Os limites da geopolítica

AV — Então porque é que a desconfiança não existe em relação à Inglaterra?

JCM — Não pense que não existiu, ou não existe, uma corrente de grande desconfiança em relação aos Ingleses.

AV — De facto, o Ultimato de 1890 teve um enorme impacto na percepção em relação aos Ingleses...

JCM — A Grã-Bretanha funcionou como um aliado, sempre. Mas também houve sempre uma desconfiança enorme em relação aos Ingleses. E, ao contrário do que muita gente supõe, essa ideia, que foi espalhada pelos Franceses, que Portugal era uma colónia britânica, é uma ideia bastante exagerada. Foi difundida pelos Franceses, que tiveram sempre uma certa inveja da predominância britânica em Portugal. Achavam que, historicamente, a França devia ter mais influência em Portugal. O que é facto é que, apesar dessa desconfiança, precisávamos dessa aliança inglesa. O que não quer dizer que, no que se refere à con-

dução de política externa, tivéssemos, sempre que podíamos, posições completamente diferentes da Inglaterra. Um dos exemplos ilustrativos curiosos é, exactamente, o das nossas relações com os Estados Unidos. Nas nossas relações com os Estados Unidos, tivemos sempre uma posição independente da política britânica.

AV — Há uma corrente geopolítica, que se manifesta sobretudo a partir do 25 de Abril, que privilegia a relação com os Estados Unidos. Ao contrário dos nacionalistas tradicionais, antiamericanos, encara os Estados Unidos como o substituto de Inglaterra.

JCM — A raiz disso está no reconhecimento que tinham os políticos portugueses de que a independência de Portugal dependia de uma aliança externa com uma potência marítima. Na altura em que a potência marítima inglesa declina e a americana emerge, é natural que se transfira essa aliança para os Estados Unidos.

AV — Quem é que começa a defender essa ideia?

JCM — Não sei exactamente quem, mas o que é facto é que havia consciência disso e, em grande parte, o próprio Salazar, nos discursos que fez em relação à NATO, admitia que a América era uma grande potência e que nós não podíamos deixar de nos apoiar nela.

AV — Mas a América olha para a Península Ibérica de uma forma completamente diferente do que olhava a Inglaterra.

JCM — Sim. Sempre se interessaram muito mais por Espanha do que por Portugal. O que se explica, em parte, porque a Espanha é uma potência muito maior e tem uma grande influência cultural na América. O Texas era uma parte do México e da Espanha.

Se isso se explica muito bem, o que não se explica tão bem é o desinteresse por Portugal. A história das relações de Portugal com os Estados Unidos é uma espécie de namoro não correspondido. Houve uma série de ocasiões em que nós, claramente contra a política britânica, favorecemos os Estados Unidos. Mas, por parte dos Estados Unidos, nunca houve manifestações de interesse particular por Portugal, a não ser durante as duas grandes guerras, um interesse puramente estratégico em relação aos Açores. De resto, em relação a investimentos ou manifestações culturais, os Estados Unidos nunca desenvolveram uma política de grande interesse em relação a Portugal e isto apesar de nós termos uma comunidade portuguesa importante nos Estados Unidos e apesar das nossas posições estratégicas. Esquecemo-nos muitas vezes, quando falamos da importância estratégica dos Açores, da importância estratégica do continente português. Para qualquer potência exterior dominante, Portugal é importante em qualquer situação bélica na Europa. Vamos supor que, no tempo da Guerra Fria, tinha havido um avanço da União Soviética e que a Alemanha não conseguia detê-lo. Onde é que iam desembarcar as forças vindas do exterior? Um ponto seria Portugal. Portanto, poderíamos ter tido uma importância estratégica significativa. Mas os Estados Unidos nunca manifestaram um interesse particular por Portugal, ao contrário do que tem acontecido com outros pequenos países, com menos significado, como a Bélgica ou a Grécia.

AV — Os Estados Unidos passaram a ser uma prioridade do governo português de uma forma clara desde os primeiros governos democráticos.

JCM — Isso sim.

AV — A iniciativa — conquista de mercados, atracção de investimentos, cooperação política — devia partir da parte portuguesa. Mas não se tem passado assim. Descontando o período da guerra

e do pós-guerra, houve personalidades no ministério que dissessem que os Estados Unidos eram a prioridade, e que iriam trabalhar para reforçar as nossas relações com os Estados Unidos?

JCM — Não, ninguém. Havia a consciência de que Salazar não queria e, portanto, ninguém se atrevia a defender essa ideia. Havia certamente pessoas que pensavam assim, mas Salazar não queria nada disso, pelas razões que já expliquei.

AV — Com Marcelo Caetano houve uma aproximação aos Estados Unidos?

JCM — Nesse período houve uma aproximação maior aos Estados Unidos. Não há dúvidas que Marcelo Caetano aceitou distinguir o problema político do problema económico e melhorar as relações com os Estados Unidos, pondo de lado a questão política. Sabia perfeitamente que a oposição ao colonialismo era uma questão insolúvel, que não íamos convencer os Americanos, portanto tomou essa atitude. Mas mesmo aí, nessa fase, nunca detectei nenhum interesse em desenvolver uma maior aproximação com os Estados Unidos.

AV — Com o 25 de Abril, do ponto de vista político, no contexto da bipolaridade, houve uma mudança significativa nas relações com a democracia americana.

JCM — No pós-25 de Abril não participei na direcção do ministério.

AV — Mas era um observador atento.

JCM — As tendências políticas tiveram, nessa altura, várias fases. Primeiro, uma fase confusa, em que predominaram as teorias extremas do terceiro-mundismo. Na segunda fase, já na normalidade constitucional, também nunca vi que houvesse uma

grande aproximação aos Estados Unidos. Não eram a prioridade. Claro que, nessa altura, por outras razões — entrámos logo na obsessão de nos abrirmos à União Europeia, com a ideia de consolidar a democracia e, ao mesmo tempo, obter apoios e fundos para o desenvolvimento. Isso distraiu-nos um bocado das relações com os Estados Unidos. De resto, de acordo com os estudos feitos, verifica-se que não houve qualquer incremento notável dos investimentos americanos em Portugal.

AV — No *Paradoxo Atlântico*[1], Joaquim Ramos Silva mostra como Portugal estava na cauda dos países europeus, incluindo todos da Europa do Sul, que souberam tirar partido da locomotiva da economia mundial que eram e são os Estados Unidos.

JCM — A culpa é, em grande parte, dos Americanos, mas também é nossa. Nós, na verdade, não nos conseguimos libertar de certo número de vícios nacionais. Por exemplo, quando eu era director-geral dos Negócios Económicos, negociei vários acordos para evitar a dupla tributação com a França, a Alemanha e outros países. Iniciei em 1965 negociações para evitar a dupla tributação com os Estados Unidos, mas nunca foi possível concluí-las, sobretudo por teimosia burocrática do Ministério das Finanças. Ora bem, a ausência de um acordo para evitar a dupla tributação foi um elemento negativo. Quando os empresários americanos vinham a Portugal e se interessavam por investir aqui, imediatamente procuravam saber qual era a situação fiscal. Nós éramos forçados a dizer que não havia acordo, o que os afastava. Outro elemento era a nossa complicada burocracia. Enquanto os Americanos têm uma burocracia simplificada, fazem-se as coisas primeiro e depois é que se verifica a regularidade delas, em Portugal faz-se ao contrário.

---

[1] José Calvet de Magalhães, Álvaro de Vasconcelos, Joaquim Ramos Silva, *Portugal, Paradoxo Atlântico: diagnóstico das relações luso-americanas*, Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1993.

Evidentemente que esta estrutura burocrática em Portugal é, em grande parte, a razão do afastamento dos Americanos. Eu sei de casos concretos. Eles não podem perder tempo, sabemos como são os Americanos. E nós temos um problema grave, que é o problema do tempo. Em sociedades como a americana e outras europeias, avança-se a um ritmo que nós não acompanhamos. Temos um ritmo lento que desespera toda a gente. Meses e meses à espera de uma resposta. Para os americanos impacientes, o mercado português não era de tal maneira importante que os fizesse perder tempo. Há factores que são contrários ao desenvolvimento e que não existem noutros países: temos sérias barreiras burocráticas, algumas delas quase intransponíveis. Esta é a explicação real das coisas, mas tudo isso podia ser ultrapassado se houvesse, da parte da política americana, um interesse maior na aproximação a Portugal.

AV — Dada a diferença de poder entre Portugal e os Estados Unidos, a iniciativa deveria ser antes de tudo portuguesa.

JCM — É verdade. Mas houve, sobretudo no decurso do século XIX, muitas iniciativas de aproximação aos Estados Unidos que nunca foram correspondidas.

IV
Os Ministros

AV — Desde a sua entrada para o ministério passaram pelas Necessidades um grande número de ministros que marcaram de forma diversa a política externa portuguesa. Já me falou abundantemente de Franco Nogueira…

JCM — Isso é um bocado delicado. O primeiro ministro dos Negócios Estrangeiros que eu conheci foi Salazar. No fim da guerra, em 1946, passou a pasta. Durante a guerra, Salazar adoptou uma política de neutralidade imposta pelas nossas circunstâncias geográficas: uma metrópole europeia e vastos domínios ultramarinos. Era uma situação de facto. Já quanto aos sentimentos, a nossa posição era um tanto ambígua.

AV — Qual era a relação de Salazar com o ministério?

JCM — A condução da nossa política durante esse período foi muito influenciada por Teixeira de Sampaio, que praticamente governou o ministério. Mas Sampaio, em 1944, insurgia-se contra o exclusivismo colonial. É espantoso!

AV — Como já vimos, Andrade Corvo tinha uma visão de solução dos diferendos coloniais pela negociação e alianças, nomeadamente com a Grã-Bretanha, que era completamente dife-

rente da perspectiva de Salazar, que sempre se recusou a qualquer tipo de negociações sobre a questão colonial, o que devia dar uma margem de manobra bem limitada aos diplomatas, tanto mais que com o seu provincianismo atávico ele desconfiava de tudo que era internacional.

JCM — Salazar não acreditava nas organizações internacionais, dizia: «Eu sei o que isso é. Falam muito mas não decidem nada, não fazem nada.» Houve uma ocasião em que trouxe a Portugal o presidente do Comité executivo da OECE, que era um suíço. Salazar perguntou-lhe como estava a situação da Espanha, cuja entrada na OECE era vetada. A Suíça insurgia-se sempre contra a exclusão da Espanha, dizendo que a OECE era um organismo económico, não aceitando que fosse vetada por razões políticas. O suíço respondeu-lhe: «Ainda há o veto da Bélgica.» E Salazar comentou logo: «Não admira, porque eles têm um governo socialista.» O suíço queria concordar, mas eu pedi autorização para esclarecer, dizendo que não era bem assim, que não era por o governo belga ser socialista que vetava a entrada da Espanha, era por causa da nacionalização da eléctrica de Barcelona. A França, que vetou sempre a entrada de Espanha quando era ministro dos Negócios Estrangeiros o senhor Bidault, levantou o veto quando ele foi substituído pelo socialista Pineau. Salazar ouviu-me com atenção, mas comentou logo: «É por isso que não acredito nos partidos. Assim que chegam ao poder atraiçoam logo os seus programas.» Para ele, o que era estrangeiro era mau, corrompia. Simplesmente, deixou-se conduzir pelo Teixeira de Sampaio em todas as negociações internacionais.

AV — Como ministro *de facto,* que margem de manobra tinha Teixeira de Sampaio e que marcas deixou no ministério?

JCM — Exerceu uma influência enorme na condução da política externa durante a Segunda Guerra Mundial. Sobretudo na efectiva manutenção da aliança luso-britânica, de que era grande defensor.

AV — Finda a guerra, Salazar abandona a pasta dos Negócios Estrangeiros.

JCM — A partir de 1950, tive Paulo Cunha como ministro, que era um homem excepcional. Mas ainda vivíamos naquele espírito simplista, baseado em princípios jurídicos. Às vezes, os nossos raciocínios são de uma grande simplicidade. Diziam-nos que tínhamos entrado nas Nações Unidas com a Constituição de 1933, e essa Constituição dizia que Portugal era constituído por um território único, que incluía Moçambique, Timor, etc. E, depois, discutíamos todo o problema ultramarino com base no Direito Internacional. Simplesmente, o problema não era um problema jurídico, era um problema político. Paulo Cunha defendia estas coisas com muito à vontade. Saiu-se muito bem, com grande capacidade técnica. Era um homem com um à-vontade fantástico, mas com uma certa ingenuidade. Porque era um jurista puro, que via aqueles problemas no plano jurídico.

AV — Paulo Cunha abandonou o cargo sendo substituído por Marcello Mathias…

JCM — Marcello Mathias foi ministro à força. Ele não queria, mas como estava muito ligado a Salazar, que lhe deu muitos apoios — fê-lo embaixador —, não pôde recusar a pasta dos Negócios Estrangeiros. Disse que ficaria só dois anos, mas sabia perfeitamente que só podia sair se encontrasse um sucessor. Por isso, a primeira coisa que fez foi procurar um sucessor. E escolheu Franco Nogueira, que já era director-geral dos Negócios Políticos.

AV — Um sucessor de que se sentia próximo ideologicamente.

JCM — Marcello Mathias tinha uma atitude muito nacionalista.

AV — Disse há pouco que Marcello Mathias não se interessava pelas questões europeias e da OECE.

JCM — Sim, mas era porque Salazar não se interessava. Se Salazar dissesse que a Europa era importante, ele naturalmente diria o mesmo.

AV — Franco Nogueira, um homem da casa, viria a imprimir algum estilo próprio ao funcionamento do ministério?

JCM — Certamente. Era um homem afirmativo e combativo. A sua defesa da política ultramarina era feita, por vezes, com grande agressividade.

AV — A questão colonial viria a marcar todo o período de Franco Nogueira como ministro, marcado por uma enorme rigidez e recusa de negociações, embora ultimamente tenham aparecido relatos de algumas tentativas de negociar com o PAIGC.

JCM — Sei que, em 1962, Franco Nogueira apresentou a Salazar um papel particular no qual se expunham algumas ideias acerca do Ultramar. Achava que, em relação a Angola e Moçambique, não era possível abandonar a guerra e que tínhamos de lutar. Já em relação à Guiné, achava que podíamos aceitar soluções de compromisso sem tocar nas estruturas do regime.

AV — Mas isso significa que pelo menos em relação à questão colonial Franco Nogueira era, apesar da convergência nos objectivos, um pouco mais lúcido que Salazar.

JCM — Dizem que Franco Nogueira era mais moderado que Salazar. Não era nada. Ele mantinha a mesma política, mas estava a ver se conseguia dissociar a questão da Guiné. Mais tarde, houve várias pessoas que tentaram isso.

AV — O que é extraordinário na cegueira portuguesa é que as outras potências coloniais europeias tinham todas aceitado o carácter irremediável da descolonização. É aquela célebre história de Franco Nogueira dizendo na NATO que de África sabiam os Portugueses.

JCM — Exactamente. Eu tratava da parte económica na NATO e assisti a um discurso com aspectos muito desagradáveis. Havia sempre um parágrafo do comunicado do Conselho da NATO sobre a situação de Berlim. E a situação de Berlim era negociada por americanos, ingleses e franceses. Os três. E Franco Nogueira disse o seguinte: «Nós confiamos nos três países para resolver o problema, porque nós não sabemos nada desse assunto. Eu só quero é que vocês aceitem o nosso ponto de vista, façam confiança em nós sobre as questões de África.»

AV — O que deve ter provocado o riso dos outros…

JCM — Lord Home, com aquele ar muito inglês, disse o seguinte: «We know something also about Africa.»

AV — Com o marcelismo, Franco Nogueira deixou de ser ministro.

JCM — Foi substituído por Rui Patrício. Um homem muito inteligente, com grande facilidade de expressão e muito hábil nos contactos pessoais. Mas muito devotado a Marcelo Caetano e com poucas possibilidades de autonomia. A seguir ao 25 de Abril vem Mário Soares.

AV — Mário Soares, um homem com uma enorme apetência para a política internacional. Que retrato faz de Mário Soares como ministro dos Negócios Estrangeiros, o primeiro da nova democracia, que teve de enfrentar questões tão difíceis como a descolonização?

JCM — Uma imagem bastante incompleta. Nas conversas com os amigos socialistas, ele sabia tudo a meu respeito. Antes de partir para a Santa Sé, quis ainda falar-lhe sobre a questão da Concordata. Mas ele não quis ouvir nada. Sobre ele, fiquei sempre com a imagem de um homem que resolvia tudo sobre o joelho. Não perguntava, não ouvia.

AV — A recusa de Mário Soares em discutir a questão da Concordata não teria a ver com o facto de ele ter ficado muito marcado pela tragédia que tinha sido para a democracia a questão religiosa durante a I República?

JCM — Com efeito. Disse-me que não queria suscitar qualquer conflito com a Santa Sé. Que o grande erro da I República foi o de entrar em colisão com a Igreja.

AV — Por coincidência ou não, a outra figura política que foi decisiva, com Mário Soares, na transição de Portugal para a democracia, Melo Antunes, também foi ministro dos Negócios Estrangeiros…

JCM — De todos os ministros com quem convivi após o 25 de Abril, os dois que me inspiraram mais admiração foram ele e o Jaime Gama. Outros por quem tinha consideração pessoal estiveram pouco tempo para deles fazer um juízo objectivo. Melo Antunes era um homem muito bem informado, com uma grande capacidade de ouvir. Passou em Roma várias vezes, antes de ser ministro. Conversei e almocei com ele várias vezes, e demo-nos bem, trocámos muitas impressões.

AV — É curioso que se tenha sentido mais próximo de Melo Antunes, cujas prioridades em política externa não compartilhava, do que de Mário Soares, um europeísta e atlantista convicto.

JCM — Bom, o que eu achava era que Melo Antunes era realista, mas a puxar um pouco para o terceiro-mundismo. Ele achava que as nossas ligações deveriam ir mais para o lado do Terceiro Mundo, mas não era muito radical nessas coisas. Era um homem flexível e muito inteligente.

AV — Jaime Gama foi o seu último ministro dos Negócios Estrangeiros e o ministro que finalizou as negociações de adesão.

JCM — Conheci-o, durante a primeira vez que foi ministro, nas negociações com os Estados Unidos. Jaime Gama, como já disse em entrevista pública, é um homem culto, de grande carácter, com uma grande capacidade para entender os problemas internacionais. É um homem que ouve as pessoas e que foi, de longe, o ministro com mais qualidades que eu conheci.

AV — Como Jaime Gama foi ministro duas vezes e foi o que mais o impressionou, era bom saber quais foram os traços mais relevantes da sua condução da actividade diplomática.

JCM — Quanto a Gama, repito que tinha a grande qualidade de ouvir, o que não acontecia com muitos ministros. Franco Nogueira, por exemplo, não ouvia nada. Uma vez foi necessário que eu fosse a África para umas negociações. Eu vivi em África, quando jovem, e ele começou a explicar-me o que era a África…

AV — Mas para além de Jaime Gama ter sido um ministro atento à casa e à opinião dos diplomatas…

JCM — Ele tem características que, para mim, são muito importantes. Promete uma coisa e faz. Eu tive de recorrer a Jaime Gama três vezes para tratar de assuntos internos do ministério e ele resolveu-os logo…

V
Os Valores como Futuro

O que é a diplomacia

AV — Quais os livros que mais o marcaram quando era jovem?

JCM — Passei por várias fases. Nietzsche foi um dos meus autores preferidos.

AV — E Kant?

JCM — Nessa altura, não tanto. Mais tarde, através de Schopenhauer.

AV — Acredita na concepção kantiana de paz democrática?

JCM — Kant teve grandes ideias. Eu sou mais realista, mais terra-a-terra. Mas são muito interessantes as análises que fazia. Não é por acaso que escrevi um livro chamado *A Diplomacia Pura*.

AV — É kantiana a sua concepção de que a função do diplomata é fazer a paz entre os Estados, resolvendo as tensões e crises que afectam as suas relações.

JCM — Exactamente. O Sermão da Montanha acaba dizendo: «Benditos sejam os fazedores da Paz.» É a única actividade que Jesus abençoa expressamente e os fazedores da paz são os diplomatas.

AV — A sua raiz cristã…

JCM — Eu encaro a diplomacia, ou seja, os diplomatas, como os grandes mensageiros da paz. Parto do princípio de que um Estado não pode viver isolado, tem de viver na comunidade internacional, e isso implica relações com os outros Estados. Não é possível conceber um Estado completamente isolado. Parece que os *Talibans* queriam isso mesmo…

O Estado vive na comunidade internacional e tem de ter relações com os outros Estados, por variadíssimas razões, que podem ser estratégicas, económicas, etc. Isto implica acomodar os interesses de um país com os interesses dos outros. Porque, muitas vezes, os interesses não são coincidentes — às vezes são, mas na maioria dos casos não são. É por isso que a diplomacia, para mim, implica sempre negociação. Seja ela concebida num sentido amplo — que são os contactos permanentes —, seja num sentido mais formal, de visar obter um acordo escrito.

Por isso, o diplomata é um indivíduo que tem de estar preparado para conseguir obter consensos, para encontrar soluções de compromisso, o que implica cedências. Esta é a minha concepção de diplomacia. Um diplomata tem de ter essas qualidades, a capacidade de encontrar soluções de compromisso entre os vários interesses nacionais, não esquecendo que há uma gradação de valor desses interesses.

AV — Quando há guerra é porque a diplomacia falhou?

JCM — Exactamente. Quando há guerra é porque os recursos da diplomacia falharam totalmente. É como Clausewitz disse: a guerra é a continuação da política por outros meios.

AV — Como precisa Raymond Aron, para Clausewitz a guerra é a continuação política do Estado por outros meios. Mas a política do Estado pode ser a política de expansão do próprio Estado ou a contenção de um Estado expansionista. A guerra pode, de facto, ser um instrumento necessário da política democrática. A Segunda Guerra Mundial eclodiu não porque falhou a diplomacia mas porque se pensou que era possível travar Hitler sem guerra. Mais recentemente desenvolveu-se o conceito das intervenções humanitárias, como no Kosovo, em que a guerra é um instrumento da política externa, evidentemente que depois de esgotada a via diplomática.

JCM — Não creio que haja muita diferença nessas interpretações. A política externa dispõe de variadíssimos instrumentos. No meu estudo sobre a diplomacia[1], faço uma enumeração dos instrumentos da política externa. E são muitos.

De resto, os instrumentos fundamentais da política externa são a diplomacia e a guerra. Quando D. João V criou as secretarias de Estado, criou a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Era o mesmo ministério que tratava da diplomacia e da guerra — ou se resolviam os problemas pela negociação ou se resolviam pela guerra. É por isso que se dizia que a guerra era a continuação da política externa por outros meios que não os da negociação. Os meios militares. Que a guerra é um instrumento da política externa, isso não oferece dúvida nenhuma.

A diplomacia, para mim, é o instrumento da política externa que usa os intermediários, ou seja, os diplomatas. Encontros directos entre detentores do poder político não é diplomacia, é política. Dizer que o ministro dos Negócios Estrangeiros é um diplomata é errado, ele não é um diplomata. Um diplomata é um indivíduo que representa um órgão político junto de representantes de outro órgão político. É um intermediário. A ideia do

---

[1] José Calvet de Magalhães, *A Diplomacia Pura, op. cit.*

intermediário é fundamental e já vem dos tempos primitivos: os chefes tribais, quando queriam comunicar com outros chefes, mandavam um enviado, nunca iam eles, por razões de segurança, para não correrem o risco de serem aprisionados. Até com Napoleão foi assim. Napoleão pretendia um encontro com Alexandre da Rússia, e o que é que decidiram fazer para esse encontro? Construíram uma jangada no meio de um rio que era fronteira entre os dois impérios, e aí se encontraram, por razões de segurança. O diplomata substitui-se ao órgão político e serve de intermediário, de tal modo que, se alguma coisa inconveniente acontece, a integridade do órgão político fica preservada.

AV — E o diplomata de uma potência democrática? Voltemos à ideia da paz democrática. O embaixador de uma potência democrática, na relação com outros países democráticos, em princípio não se ocupa de impedir a guerra porque esta não parece possível. Hoje não parece possível que dois países democráticos possam resolver as suas crises pela guerra. Nestas relações, qual é a função do embaixador, ou pensa que a guerra entre países democráticos ainda é possível?

JCM — É possível, mas não devia ser. É tudo quanto posso dizer. Mas não posso dizer que não possa acontecer. Há outros interesses que se sobrepõem à conjuntura política.

Penso que essa ideia de que os países democráticos não recorrem à guerra é um exagero. É dos tais princípios que não são realistas e que têm uma base idealista. Na prática, há sempre uma coisa chamada humanidade. Não podemos impedir que haja um Hitler eleito, escolhido pelo povo, democraticamente, que depois desencadeia propositadamente ataques. Isso depende da psicologia do homem.

AV — É preciso mais que a democracia para evitar a guerra, é preciso que existam instituições supranacionais, mecanismos de integração, como a União Europeia, que deslegitimem o nacionalismo e privilegiem a procura do interesse comum.

JCM — Que possam evitar os desastres individuais.

AV — Nestas circunstâncias a função do diplomata altera-se. A sua função na relação com os Estados membros da União é distinta, pós-soberana dirão alguns, mas a adaptação não é fácil porque além da diplomacia pura há a diplomacia prática e em muitos casos uma cultura mais realista que kantiana ou mesmo grociana, o que faz com que na maioria dos países da União os diplomatas não sejam os sectores mais europeístas.

JCM — Há que fazer uma distinção entre a diplomacia bilateral e a diplomacia multilateral. Os diplomatas que exerceram a diplomacia multilateral, que representam o seu país em organismos internacionais, têm procedimentos e concepções distintos dos diplomatas bilaterais, que têm uma visão mais restrita da acção diplomática.

AV — E a função do diplomata como actor de um projecto supranacional?

JCM — O diplomata multilateral, para além de promover as boas relações do seu país com os outros Estados, procura colaborar na construção de superestruturas, que consolidam essas relações e tornam impossível ou difícil os conflitos armados entre certos grupos de Estados.

AV — Em Portugal, nem todos conseguem desligar a integração europeia de um projecto hegemónico de um Estado ou directório de Estados que é necessário combater. É como se estivéssemos perante os dilemas que enfrentaram os liberais com as invasões francesas.

JCM — Napoleão jogou muito com isso. Napoleão deu uma volta à Revolução Francesa, que tinha entrado em descontrolo — em nome da liberdade, matavam-se uns aos outros. A certa altura, ele disse: «Basta! Sou eu que mando.» Mas Napoleão não abdicou das ideias da Revolução Francesa. Rodeou-se de homens que tinham vindo da revolução e até do velho regime. Alguns deles eram filhos de ambos os regimes, como foi o caso de Talleyrand, que era um homem ligado ao poder absoluto — era bispo —, mas tornou-se revolucionário. Para muita gente, Napoleão continuou a encarnar os princípios da liberdade, sobretudo em países que tinham vivido sob um regime absolutista. Quando Junot veio para Portugal, houve uma grande divisão na sociedade portuguesa. Houve uns tantos indivíduos oportunistas que se reuniram logo para tirar benefícios do invasor.

AV — E não por convicções?

JCM — Houve também quem visse nos Franceses a destruição do sistema absoluto. Napoleão apareceu para muitos como um libertador e era essa a imagem que ele gostava sempre de dar, era essa a sua estratégia — ele não era só um génio em estratégia militar, era também um genial estratega político. As concepções estratégicas de Napoleão são fenomenais. É nelas que se baseia a obra de Clausewitz. Na sua estratégia política não aparecia como conquistador mas como libertador. E isso impressionou muitos sectores da sociedade portuguesa.

O poder dos direitos humanos

AV — A questão dos direitos humanos é hoje uma componente importante da política internacional. Mas continuam a existir muitos sectores, ditos realistas, que consideram que os direitos humanos não são uma componente da política externa dos Estados, nem da política internacional, e que defendem que os Estados são necessariamente egoístas, que a sua política, mesmo dos Estados democráticos, não assenta nos valores, mas sim nos interesses. Portugal, apesar do sucesso de Timor, não tem considerado os direitos humanos como uma componente central da sua política externa.

JCM — Agora começa-se a desenvolver no Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Departamento dos Assuntos Multilaterais, um acompanhamento mais activo da questão dos direitos humanos, em parte devido ao processo de Timor. Mas é verdade que não foi por nossa iniciativa que foi lançada a questão dos direitos humanos. Protestámos, evidentemente, dentro do nosso círculo limitado. Mas acabaram por ser os próprios Indonésios que forneceram, com o massacre de Santa Cruz, a exposição à comunicação social mundial.

AV — Apesar de todo o combate pela democracia a seguir ao 25 de Abril, os direitos humanos não se impuseram na nova agenda da política externa. Aí houve, estranhamente, uma certa continuidade.

JCM — Talvez agora se possa começar. Daquilo que detectei nos contactos com os serviços, verifiquei que estão agora a acompanhar o problema dos direitos humanos de maneira mais activa, mas era uma questão que não tinha uma prioridade elevada na nossa política externa.

AV — Nem elevada nem baixa: nenhuma, a não ser em relação a Timor por razões de eficácia política. O exemplo mais gritante foi durante anos a política portuguesa em relação a Angola.

JCM — Tem havido uma clara preocupação de não criar atritos com o regime estabelecido em Luanda, oficialmente reconhecido por Portugal, uma preocupação provavelmente excessiva. Poderiam ter-se encontrado vias discretas para fazer ver a Luanda a nossa desaprovação relativamente a violações graves dos direitos humanos.

Na minha opinião, o problema dos direitos humanos é, quer se queira quer não, um problema fundamental da política internacional do pós-guerra. Penso mesmo que o que derrubou a União Soviética foi a questão dos direitos humanos. Duas coisas fundamentais abalaram as instituições do modelo soviético: uma foi a questão dos direitos humanos, a outra foi o transístor. O transístor permitiu equipar o cidadão com um instrumento de comunicação com o exterior.

AV — Dando-lhe acesso à informação sobre a vida nas democracias e sobre a sua própria situação.

JCM — Acesso à informação. E é claro que isso, a pouco e pouco, foi elucidando a população soviética que, até aí, estava

completamente à margem do mundo. Mas, muito mais do que isso, foram os direitos humanos. Li há algum tempo as memórias do embaixador Drobynin, um embaixador russo que esteve 20 anos em Washington e conheceu vários presidentes. Nessas memórias há duas coisas impressionantes. Uma delas é que Drobynin passou a conhecer os Estados Unidos profundamente e nunca conseguiu convencer os homens do núcleo duro do Kremlin sobre o que se passava verdadeiramente na América. Aqueles homens interpretaram sempre a América através das suas próprias noções de poder. Quando, por exemplo, se deu a crise do Nixon, o embaixador Drobynin dizia que Nixon ia cair, mas o núcleo duro não acreditava. «Um homem que tem o maior poder do mundo não pode ser atirado abaixo por simples jornalistas.» Esta era a concepção deles. O que é curioso é que, durante todo esse período, ele conseguiu sempre manter o diálogo com todos os presidentes republicanos — com Nixon, Ford e Reagan. O único presidente com quem não conseguiu ter diálogo nenhum foi com Carter, que era democrata. Porquê? Precisamente porque Carter fez da defesa dos direitos humanos a base da sua política externa. Os republicanos, com todas as suas declarações anti-soviéticas, que não incomodavam nada, aceitaram negociar o armamento. E isso dava um grande prestígio à União Soviética, porque era uma forma de dizer que os Soviéticos estavam em pé de igualdade com os Estados Unidos. Já Carter recusou terminantemente essas negociações. Todas as vezes que os Russos iam propor negociações, Carter falava-lhes em direitos humanos e até em casos concretos.

É o próprio Dobrynin que diz que Brejnev cometeu um grave erro com a aceitação da Acta Final de Helsínquia. Um dos *baskets* [conjunto de recomendações] das actas de Helsínquia era sobre direitos humanos. Mas o que interessava a Brejnev, nessa altura, eram as relações comerciais — os Russos precisavam de importações e queriam criar um clima político que levasse o Congresso americano a aceitar isso. Por isso, aceitou o *basket* dos direitos humanos — e cometeu um grave erro.

Brejnev estava convencido que era uma questão doméstica, mas enganou-se. Foi com base na declaração de Helsínquia sobre os direitos humanos que começaram a aparecer os movimentos de dissidência, a Carta 77, o Sakharov, etc. São esses movimentos que começam a minar o regime e que levam Gorbachev, quando chega ao poder, a ter de fazer qualquer coisa para atenuar a situação.

AV — Gorbachev estava preocupado, para além da situação política e económica, com a questão nuclear. Estou convencido que Gorbachev, ao chegar ao poder, constatou o enorme atraso da Rússia em relação aos países ocidentais e, também, que na União Soviética havia quem pensasse que uma guerra nuclear poderia ser travada e mesmo ganha, o que o horrorizou genuinamente.

O federalismo comunitário

AV — O empenhamento português na Europa foi posto à prova nos anos 90 durante a crise jugoslava. Pairava ainda a atitude de neutralidade perante os conflitos europeus que nos marcam desde a tragédia humana da Primeira Guerra Mundial.

JCM — Em todo o caso, nós aceitámos participar nas intervenções na ex-Jugoslávia. Mesmo que outras razões tenham também justificado a nossa participação, penso que Portugal, como país pequeno, tem de lutar contra a formação de qualquer directório dentro da União Europeia. Por isso penso que os países pequenos têm de participar também nas intervenções militares e devem fazer os sacrifícios necessários para poderem estar presentes. Caso contrário, estão a dar razão à existência de um directório. Esse é um dos meus argumentos principais para defender a nossa participação.

AV — Existe outro, talvez mais decisivo, na minha opinião, que o risco do directório, embora a ele ligado. É que Portugal, país

que optou pela integração, passou a ter como problemas os problemas da Europa. Se o nacionalismo e a limpeza étnica tivessem triunfado na antiga Jugoslávia — tal como esteve quase a acontecer —, seria um problema muito grave para a União Europeia, como aliás foi e ainda é. Como problema europeu, é também um problema português.

É evidente que Portugal, ao participar na resolução de uma política que exige a acção da União, reforça a sua posição europeia e dificulta o argumento do «directório dos que estão dispostos a agir», na maioria dos casos os grandes, mas não só. Eu acho que se deve assumir a segurança europeia não fundamentalmente por considerações de ordem táctica, de relação de forças, mas porque o futuro da União é o nosso próprio futuro.

JCM — Houve coerência na nossa adesão, uma coisa que tenho defendido sempre. Faço uma distinção entre os chamados europeus de última hora e os europeus históricos, que são um clube muito restrito. Os europeus de última hora tiveram dois objectivos fundamentais. No caso português, a estabilização do regime político e a ajuda ao desenvolvimento. Ora, esta é uma visão que rejeito. Sendo importante, não é essencial, porque implicitamente temos de aceitar o projecto político europeu e é isso que falha geralmente nas declarações políticas oficiais.

AV — Define-se como um federalista?

JCM — Eu, tal como muitas outras pessoas, sou federalista, mas não sou do governo...

AV — Não houve nenhum chefe do Governo, depois da adesão, que tenha afirmado de forma clara que é federalista. Cavaco Silva, que eu saiba, nunca o fez. António Guterres tem um discurso europeu muito avançado e demonstra um especial interesse pela integração europeia, mas perguntei-lhe uma vez se era federalista e ele não quis responder. Durão Barroso deu um passo em frente quando disse: «Há que perder medo do tabu federalista.» Não me disse que era federalista, mas que era «favorável a alguns mecanismos de natureza federal»[1]. Foi a afirmação mais avançada que já ouvi sobre esta matéria de um alto dirigente político, com excepção de Mário Soares.

JCM — Os políticos do pós-25 de Abril foram para a União Europeia para tirar vantagens políticas e económicas e mais nada, o que é, um pouco, o caso das Ilhas Britânicas.

AV — Mário Soares sempre foi federalista, aberto a uma relação profunda com a Espanha. Já quando, antes do 25 de Abril, escreveu o livro *Portugal Amordaçado*[2] lembrava que sem instituições democráticas não podia aderir ao Mercado Comum. É um europeísta de sempre, o que creio que se filia na tradição republicana de que se sente herdeiro, bem como da Internacional Socialista.

JCM — Não há dúvida que os socialistas europeus foram sempre favoráveis à união política europeia. Spaak, o grande impulsionador do Tratado de Roma, era socialista. Após o 25 de Abril os partidos do centro apoiaram a integração europeia. O próprio CDS, com Freitas do Amaral e Lucas Pires. Só mais tarde este partido se desviou dessa política.

AV — Nos primeiros anos da adesão, Portugal tinha em questões de política externa e de supranacionalidade uma posição próxima da corrente britânica. A posição de Cavaco Silva foi, até à presidência do Conselho Europeu de 1992, o exemplo disso. Há

---

[1] Ver entrevista de Álvaro de Vasconcelos a José Manuel Durão Barroso, «Reunificação: o próximo grande projecto europeu», *O Mundo em Português*, n.º 21, Junho de 2001.

[2] Mário Soares, *Portugal Amordaçado*, Lisboa, Arcádia, 1974.

agora quem comece a dizer que é favorável a um «verdadeiro federalismo». O que é que é o verdadeiro federalismo? É uma associação de Estados onde os Estados têm determinados direitos e determinados deveres. E é diferente da construção de uma nação europeia ou de um superestado, que é uma ideia absurda, porque nunca haverá uma nação europeia nem um Estado unitário europeu. É a partir daqui que, em Portugal, já há quem vença o tabu do federalismo, dizendo «nós somos favoráveis ao verdadeiro federalismo». Mas a ideia do federalismo europeu não é popular em Portugal e é vista não como o verdadeiro federalismo mas como a construção de um Estado unitário. É difícil de entender.

JCM — ...Primeiro, porque a palavra «federalismo» é interpretada como uma diminuição da nossa identidade e soberania. Evidentemente que o federalismo europeu não implica necessariamente isso, mas criou-se essa imagem, e pessoas cultas e informadas ainda hoje falam de federalismo como se fosse a renúncia da soberania.

Não existe uma definição de federalismo, mas sim várias formas de federalismo. O federalismo é uma estrutura jurídica que se aplica a determinadas situações. Ainda hoje os constitucionalistas não sabem definir se a União Soviética foi ou não uma federação. Encontrada a forma final da organização política europeia, os juristas vão dar-lhe *a posteriori* uma designação qualquer. O que quero dizer é que nós não partimos da federação para uma solução política, partimos de uma solução política para uma construção federada, que não sabemos muito bem qual é. Isto é complexo para a opinião pública, não é fácil de entender. A ideia que há é que o federalismo é a cessação da soberania nacional, e claro que as pessoas favoráveis não são muito populares.

AV — Em Portugal, há, de facto, fobia em relação ao federalismo, ou pelo menos os políticos estão convencidos que há. Não será porque existiu uma tradição nacionalista forte nos anos do

salazarismo e um certo terceiro-mundismo pós-25 de Abril, também ele tributário de um nacionalismo de esquerda cujas influências ainda se fazem sentir? Porque continua a perdurar uma ideia mítica de Portugal como uma nação única, eterna e de excepção, que todos temos a obrigação de preservar como herdámos?

JCM — O que é facto é que as palavras, às vezes, tomam sentidos que não lhes correspondem exactamente. Federalismo é uma palavra fantasma.

A IDENTIDADE PORTUGUESA

AV — É importante compreender os nossos próprios fantasmas, feitos, como dizia Eduardo Mondlane, de excesso de História ou, como diz Eduardo Lourenço[1], de excesso de identidade, de hiperidentidade. E a problemática da identidade marca uma parte significativa do novo discurso europeu.

JCM — Sempre tive dificuldade em compreender esse problema da identidade. Portugal existe há mais de oito séculos, sobreviveu a três reis espanhóis, e ainda há quem se preocupe com a nossa identidade.

AV — Curiosamente ou não, os maiores opositores ao federalismo europeu são também os que consideram que continua a existir uma questão ibérica e que a União Europeia é o caminho para a federação ibérica. O fantasma do iberismo é também possivelmente uma explicação para a fobia do federalismo.

---

[1] «Portugal deve reforçar com a sua presença "aquele sentido universal que a Europa se deu como vocação" quando se definia como elo entre civilizações, tanto mais que, ao contrário do que muitos pensam, os portugueses são "superlativamente europeus".»

JCM — É difícil fazer a ligação entre o iberismo e a questão da Federação Europeia. O peso histórico existe e é muito complexo. Por exemplo, a afirmação de que Portugal sem o Ultramar não pode existir é contra toda a história portuguesa. É não ter noção da história portuguesa, porque Portugal tornou-se independente em 1143 e começou os Descobrimentos marítimos em 1440. Durante três séculos conseguimos sobreviver apesar de termos como vizinho uma potência muito mais poderosa. Há, portanto, uma questão de afirmação de independência, que deve ter uma explicação na teoria de Alexandre Herculano.

Há várias teorias, mas aquela a que me refiro é a chamada teoria voluntarista. No início, os Portugueses resolveram criar um espaço político próprio e conseguiram. Formou-se Portugal, que conseguiu defender-se com a espada na mão. Durante 300 anos, sobreviveu à pressão de Castela, muitas vezes no campo de batalha. Esta sobrevivência é explicada pela teoria voluntarista. Existíamos, pois, antes do Ultramar. Já é discutível a questão da nossa decadência ter começado com o Ultramar. Em todo o caso, Herculano dizia que, a partir dos Descobrimentos, a partir das possessões ultramarinas, começou a corrupção dos costumes, o absolutismo, a diminuição do poder municipal. É por isso que Alexandre Herculano tem essa ideia de nação de «velhos do Restelo». Mas isso é discutível.

AV — Com Alexandre Herculano temos a visão de um Portugal fechado, aquela corrente isolacionista de que falávamos, que deve ser exemplar do ponto de vista interno mas fechado. Alexandre Herculano opunha-se à ideia das ligações ferroviárias com a Europa, com a Espanha.

JCM — Era sempre a ideia de que só devíamos contar connosco próprios, a ideia do Portugal medieval.

AV — Que hoje é o Portugal medíocre...

JCM — O que é curioso é que, apesar disso, foi Portugal que iniciou o processo de globalização. Helio Jaguaribe esclarece isso muito bem. Há coisas na nossa História extremamente paradoxais e extraordinárias. A descoberta do caminho marítimo para a Índia foi o início da globalização. E, depois, a viagem de circum-navegação do Fernão de Magalhães, embora ao serviço de Espanha, que completou a coisa...

Boorstin, no seu livro *The Discovers,* defende que a descoberta do Gama foi muito mais importante, porque teve efeitos imediatos, enquanto a de Colombo teve apenas efeitos a longo termo, importantíssimos, mas a longo termo. Vasco da Gama descobriu o caminho que pôs em contacto imediato o Oriente e o Ocidente. Muitos outros países foram atrás de nós — a Espanha, a França, a Inglaterra, a Holanda, etc.

VI
O Futuro da Europa e de Portugal

AV — Carlos Magno e a unificação da Europa é um projecto de que se reclama a União Europeia. E Geremek não se cansa de repetir que esse é o modelo da actual construção europeia, misto de descentralização e erosão das fronteiras medievais e centralização benigna.

JCM — O império de Carlos Magno baseava-se no objectivo saudosista de reconstruir o Império Romano. Eram outros tempos e outras visões. Após tantos séculos de uma história trágica, a ideia moderna da Europa unida possui outros fundamentos, mais sólidos. Acho um tanto absurdo querer comparar a União Europeia de hoje com o império de Carlos Magno.

AV — O debate sobre o futuro da Europa há muito que não estava tão vivo. Voltam a estar no centro do debate os vários caminhos para unificar a Europa. Talvez fosse bom começarmos por olhar para trás para as várias tentativas de unificação. Napoleão representou para muitos um certo projecto de unificação europeia…

JCM — Isso não lhe sei dizer, porque nunca fiz esse estudo associado ao projecto europeu de Napoleão que, aliás, nunca foi muito explícito nessa matéria, embora tenha chegado a dizer que queria fazer uns Estados Unidos da Europa.

AV — Com ele como imperador...

JCM — Com ele como imperador e com a espada na mão. A União Europeia hegemónica, sob a hegemonia de um grande país. Como já disse, todas as tentativas de criar uma União Europeia na base da hegemonia de uma grande potência redundaram em tragédia. Hitler era um «europeísta».

AV — De uma forma muito particular...

JCM — Ele queria um III Reich, dominado pela Alemanha.

AV — O que é o contrário da unificação pela conjugação de vontades. Significava, de facto, a expansão da Alemanha pela força dos *Panzers* à custa das outras nações europeias... Não é a unificação, é a submissão...

JCM — E Napoleão dizia que ia fazer um Estado democrático, nunca se percebeu muito bem foi como. O nacionalismo dos pequenos países não faz mal a ninguém, a não ser a eles próprios. O nacionalismo das grandes potências, porém, é desastroso, e degenera, evidentemente, em opressão. Apesar do descrédito do nazismo, ainda existem essas correntes de opinião. Se num país pequeno não se pode considerar como perigo internacional, numa grande potência é outra coisa.

A França e a Alemanha são ambas muito culpadas dos sonhos de uma Europa hegemónica. Afirmava-se que a França era um país dominante do ponto de vista cultural. É uma ideia internacionalista, mas nós não imaginamos a França a dirigir uma cultura mundial. Nem de perto nem de longe.

AV — Se há franceses que ainda sonham com uma Europa potência mundial à imagem dos Estados Unidos, na Alemanha o projecto europeu é muito mais de Europa potência civil, influente mas não superpotência militar.

JCM — Conheço mal o que se passa na Alemanha, mas estou convencido de que há muitas manifestações nacionalistas. Por exemplo, os Alemães estão, mesmo um bocadinho envergonhados, a apoiar Chirac na tentativa de criar um directório. No fundo, é a ideia de que a Alemanha deve exercer uma função dirigente.

A construção da Europa através de pequenos passos é um processo que se compreende perfeitamente, porque não é fácil aglomerar países de culturas tão diversas. Os Estados Unidos da América começaram por ser constituídos por 13 regiões que se uniram, mas não conseguiram elaborar uma constituição federal logo de início. Só mais tarde, em 1789, eles criaram uma União e o cargo de presidente dos Estados Unidos, que não existia antes. Mas essa Constituição não resolveu todas as divergências e isso acabou por gerar uma grande guerra civil, passados 100 anos, que quase destruía os Estados Unidos. Só depois da Guerra Civil é que se consolidou a união ou federação americana. E tinham todos a mesma cultura, as mesmas tradições, a mesma língua, etc. Se nós queremos fazer uma União Europeia com países com culturas tão diferentes, é óbvio que é um processo que leva muito tempo. Para mim, foi um tremendo erro ter-se aceite a ponderação de votos nas decisões por maioria. Acho que isso é antidemocrático. Na origem da democracia está a ideia de que a maioria dos cidadãos mais fracos pode decidir em oposição à minoria dos mais fortes. Foi assim que nasceu a democracia. Compete aos fracos controlar a maioria dos votos. Entrar com o factor população e o peso económico para adquirir mais poder político é completamente antidemocrático.

AV — Há um dilema democrático europeu que resulta da sua dupla legitimidade, a dos Estados e a dos cidadãos. Os Estados devem ter direitos iguais, mas a vontade da maioria dos cidadãos também se deve poder exprimir. É uma questão que ainda não foi bem resolvida.

JCM — Numa democracia nacional, se alguém viesse propor a ideia de que os mais ricos deviam dispor de mais votos, caía-lhe tudo em cima.

AV — Mas a Alemanha, com 80 milhões de habitantes, ter dez votos e Portugal, com dez milhões, ter cinco significa, apesar de tudo, que a Alemanha aceitou um reequilíbrio significativo.

JCM — Eu sei que esta ponderação de votos está rodeada de certas garantias e limitações. Mas é uma tentativa de aceitar a ideia de que os países mais importantes têm mais voz do que os mais pequenos. Ora, eu não posso aceitar que um indivíduo que tenha milhões de contos tenha mais voz do que eu.

AV — O problema é que, a nível europeu, o cidadão não tem uma voz forte através do Parlamento Europeu. Acabam por só ter voz através dos governos.

JCM — Sim. A construção internacional tem certas dificuldades. Devemos ter muito cuidado com isso.

AV — Jacques Delors recusa o termo directório, chama-lhe vanguarda.

JCM — Ele é muito responsável pela ponderação dos votos.

AV — O que é que ele quer dizer com vanguarda? Quer dizer que há um núcleo de países que ele confunde, penso que erradamente, com os fundadores, que poderiam ir muito mais longe na integração e que poderiam vir a aceitar um Estado federal, uma federação de Estados democráticos. E há outros países que não acompanhariam essa integração…

JCM — A minha concepção de unificação europeia é completamente igualitária…

AV — As consequências do alargamento, na ausência de uma reforma institucional que permita mais eficácia nas decisões, não o preocupam? Com a União a passar de 15 para 25 Estados-membros, amanhã a 30, não pensa que são necessárias cooperações reforçadas?

JCM — Penso que devemos ser adeptos do alargamento, porque quantos mais pequenos países coexistirem melhor.

AV — Essa é uma perspectiva de equilíbrio interno europeu. Mas numa perspectiva de integração europeia, não pensa que, numa Europa a 30, será necessário que haja um grupo de países que queiram ir mais longe na integração, independentemente de serem ricos ou pobres, grandes ou pequenos?

JCM — São os chamados patamares da integração. Penso que é muito perigoso e eu preferia uma coisa linear. Exactamente como existe na nação americana, embora haja divisão de poderes.

AV — Mas imaginemos que há Estados na União Europeia que se opõem sistematicamente a novos passos na integração, como se opuseram alguns à moeda única; os mais disponíveis para avançar devem ficar à espera?

JCM — A minha preocupação é essa. A Inglaterra ainda não se conseguiu desfazer do seu passado imperial, se bem que a França e a Alemanha já tenham ultrapassado isso. O problema é que os Ingleses estão na Europa, mas querem manter uma ligação especial com os Estados Unidos. São confrontados com um dilema, o dilema britânico fundamental: ou se integram completamente na Europa, e passam a ter um papel importantíssimo, porque, no fundo, são um grande elemento nos equilíbrios entre a França e a Alemanha; ou não fazem isso e acabam por ser um satélite dos Estados Unidos. A alternativa deles é esta: ou são totalmente europeus e têm um papel muito importante a desempenhar, ou então não são europeus e são um satélite dos Estados Unidos.

AV — Esse é um dilema britânico, mas temos também o dilema europeu. Os que, como Joschka Fisher ou Jacques Delors, propõem que haja um grupo que avance, têm também em linha de conta o facto de a Inglaterra poder vetar os avanços que eles consideram essenciais perante uma possibilidade de diluição do projecto europeu numa outra realidade mais vasta mas menos integrada.

JCM — Mas é uma escapatória muito perigosa.

AV — Então qual é a alternativa?

JCM — A alternativa é deixar as coisas como estão. Eu estou convencido que a Inglaterra acabará por se integrar na Europa.

AV — Tem vindo a integrar-se progressivamente.

JCM — O grande salto é a moeda única. Porque a moeda única é, no fundo, um dos passos mais fundamentais da União Europeia. Não há dúvidas sobre isso, porque a única coisa importante que até agora se fez, em matéria de integração, é a moeda única.

Em Portugal, Cavaco Silva tinha um discurso muito distante das coisas europeias. Foi uma fase em que eu escrevi muito, no *Diário de Notícias,* a favor da causa europeia. E, a pouco e pouco, Cavaco Silva começou a ter um discurso mais europeu. Não vou dizer que foi por causa dos meus artigos, mas o que é facto é que isso se confundia com um certo movimento de opinião. Simplificando um pouco, Cavaco Silva compreendeu que a moeda única consiste num federalismo monetário, o federalismo monetário leva a um federalismo financeiro, um federalismo financeiro a um federalismo económico, o que finalmente levaria a um federalismo político. Ora, em parte ele tem razão ao afirmar que o primeiro passo importante, no sentido da integração política, é a moeda única. A Inglaterra já descobriu isso, tal como aconteceu quando se auto-excluiu do Mercado Comum para ter de se juntar

mais tarde, quando descobriu os custos que teria de pagar se continuasse afastada. Em relação à moeda única, também estou convencido que a Inglaterra vai fazer as contas e concluir que não se pode excluir.

AV — Já muita gente fez essas contas.

JCM — Sobretudo a partir do dia em que a moeda única entrou em vigor.

AV — Tony Blair faz essas contas. Só que acha que a opinião pública inglesa ainda não está preparada. Tem de fazer um referendo e ainda tem medo de o perder.

JCM — Mas quando a moeda única entrou efectivamente em funcionamento, passaram a existir duas moedas dominantes no mundo, o dólar e o euro. A Inglaterra vai-se sentir isolada financeiramente, o que vai ter efeito nas bolsas e em toda a parte.

Os desafios de Portugal

AV — E Portugal? Como é que vê o futuro de Portugal na União Europeia?

JCM — Não estou preocupado, porque penso que só temos a ganhar, embora possamos ter coisas a perder. Nunca se tem um ganho total, principalmente num projecto colectivo. Quando um indivíduo se faz sócio do Benfica tem certos benefícios que lhe são dados pela carteira de sócio, mas tem de pagar a quota e tem certas obrigações. Se queremos fazer parte de um projecto europeu, vamos ter custos. No plano económico, acho que nós estamos muito mais protegidos com uma moeda europeia do que com uma moeda nacional.

AV — Parece-me que as inquietações com a União têm em larga medida a ver com a própria evolução da situação interna portuguesa, nomeadamente do ponto de vista económico. Até agora a história europeia de Portugal tinha sido uma história de sucesso. Sucesso do ponto de vista da política externa, com maior influência nas nossas relações com o Brasil e certamente

na resolução da questão de Timor. Mas sobretudo sucesso no desenvolvimento económico e social. Portugal foi-se aproximando do nível europeu, mas agora começa a haver sinais de estagnação e a convergência diminuiu.

JCM — Do estudo que tenho feito das coisas económicas — estive muito tempo ligado a problemas económicos internacionais —, estou convencido de que só temos a ganhar no plano económico com a nossa participação na União Europeia, e que todas essas dificuldades, que nós sentimos, são de carácter puramente interno. A responsabilidade é nossa. Os governos portugueses, incluindo o de Cavaco Silva e chegando até Salazar, não têm atacado os problemas fundamentais do desenvolvimento. Aquilo que o professor Manuel Maria Carrilho afirmou, que o atraso de Portugal é o analfabetismo, não é verdade. Não é essa a causa do atraso em Portugal, é sim a falta de produtividade, que é uma coisa bem diferente. Em Portugal temos alguns erros crónicos, históricos, e um deles é de julgar que resolvemos os problemas com a fabricação de leis. Fazemos a lei e o problema fica resolvido. Não fica nada. O problema só fica resolvido com a aplicação da lei. O que falta em Portugal são governos com energia suficiente para aplicar as leis. É isso que faz com que não haja o nível de produtividade que devia haver, porque não há fiscalização nenhuma. A fiscalização em Portugal é uma coisa puramente teórica, não há inspectores. Temos uma produtividade baixíssima porque não cumprimos as regras do trabalho organizado. Não há inspectores e as pessoas não cumprem os horários. Eu não sei se Carrilho, por exemplo, cumpre horários e cumpre prazos. Mas se não o faz, também está a contribuir para a falta de produtividade do país, e ele não é analfabeto. Ele é doutor em Filosofia. Não é o analfabetismo, é a falta de aplicação de princípios racionais de trabalho, a causa do nosso atraso. E essa é a falta essencial em Portugal, sobretudo na administração pública. As empresas privadas têm geralmente o trabalho dos seus funcionários organizado e até fiscalizado. Na administração pública

não existe fiscalização de espécie alguma. De maneira que o rendimento de uma unidade burocrática é baixíssimo, o rendimento de trabalho de um funcionário público português é, em média, baixíssimo. O que não quer dizer que não haja excepções. Mas trabalhar muito não significa ser muito produtivo. Há pessoas que trabalham muito, mas produzem pouco.

A outra questão é a educação, que é absolutamente fundamental. A Irlanda, há uns trinta anos, estava mais atrasada que Portugal; hoje está mais adiantada. Porquê? Porque todas as ajudas comunitárias foram empregadas na educação e na formação. Em Portugal, existe uma filosofia errada sobre a educação. O problema não é a falta de escolas ou de professores. Em Portugal, considera-se que a educação superior, a educação universitária, é a educação fundamental e a mais importante, e que a educação primária é uma coisa secundária, o que é perfeitamente errado. A educação fundamental é a primária. Mas nós vemos isto ao contrário. Para nós, um professor catedrático é o máximo, e o professor primário não conta para nada, pode até ser um senhor quase analfabeto. Acho que não seria nada de extraordinário que um professor primário ganhasse tanto como um professor catedrático. Se pagassem aos professores primários um ordenado que se visse, todo o ensino em Portugal se modificaria. Porque os erros de educação em Portugal começam na instrução primária. Temos uma instrução primária péssima, embora existam alguns professores primários excepcionais.

Na Dinamarca havia uma tradição — que não sei se ainda continua — segundo a qual, na véspera do dia do fim do ano, o rei saía do palácio para ir a casa do professor primário cumprimentá-lo. Todos os anos. Havia uma homenagem do Estado ao professor primário, para demonstrar a importância da sua função. Já alguma vez se viu um professor primário português condecorado pelo Presidente da República? Catedráticos vê-se muitos. Eu tive a sorte de ter aulas de instrução primária num colégio particular. E tive bons professores, notáveis, de instrução primária. E acho que isso foi fundamental.

O risco do nacionalismo

AV — Antes de concluirmos, gostava que me sintetizasse a sua visão da política externa portuguesa, as traves mestras da corrente europeísta e euro-atlântica.

JCM — Em primeiro lugar está a nossa integração económico-política na Europa. Somos, evidentemente, parte da Europa e andámos, durante muito tempo, a querer fingir que não éramos. Mas somos! Aquela parte do imaginário histórico português das grandes empresas marítimas, no fundo, é uma empresa europeia. Nós aí funcionámos mais como europeus do que propriamente como Portugueses. O próprio Camões diz: nós fizemos aquilo que os outros não faziam porque andavam a batalhar-se uns aos outros enquanto nós andávamos a pregar a civilização ocidental. Portanto, esse é o elemento fundamental.

Mas a Europa não pode desenvolver-se devidamente, sobretudo no plano internacional, sem uma aliança com os Estados Unidos. Porque, no fundo, os Estados Unidos são o prolongamento da Europa, são a Europa transplantada para o outro lado do Atlântico. Aquilo é um rosário de etnias, principalmente europeias. A América, quando começou a industrializar-se, importou

capital europeu e foi com ele que a indústria americana se desenvolveu. Depois a situação inverteu-se.

Portugal é um país que andou pelo mundo todo, deixámos marcas, temos um factor ultramarino muito importante, de que o Brasil é a primeira prova. África podia ser um outro elemento importante, mas infelizmente está num estado que não serve de base à nossa política. Sobretudo Angola, um território dos mais ricos que há em África, ainda por cima com uma população que não é muito numerosa, podia ter uma situação excepcional. Eles têm tudo, simplesmente entraram num sistema de guerra que destruiu toda a sua riqueza. E Angola podia ser uma potência importante e também um importante aliado da política portuguesa. No fundo, estamos reduzidos ao Brasil.

São estes, portanto, os pilares da nossa política externa: União Europeia, Estados Unidos e o Brasil. Claro que há outras coisas, mas não tão essenciais.

AV — E se sintetizasse o pensamento mais nacionalista português, quais seriam os aspectos mais importantes?

JCM — É um pouco difícil. Primeiro, porque não sou nacionalista e não sei como é que um nacionalista vê esse problema. Eles não gostam de uma grande intimidade com a Espanha, não gostam dos Americanos, a União Europeia é vista como uma perda de independência — fica um Portugal sozinho. O que é que eles querem? um Portugalinho? um Portugaleto? Voltando as costas à União Europeia, voltando às costas aos Estados Unidos, ficaria talvez o Brasil.

AV — Vendo tudo pelo lado das grandes teorias conspirativas, os nacionalistas desconfiam sempre de tudo e todos.

JCM — Na verdade, não sei o que é que um nacionalista ideológico, hoje, pode pretender. Vivem do passado. Em grande parte foi o que aconteceu sempre com os nacionalistas. Viam mais o

passado que o futuro, porque o futuro implicava sempre uma transformação, uma modificação. O futuro é sempre uma coisa nova. E eles não aceitavam nada de novo, porque eram conservadores. Ficaríamos reduzidos a administrar este quintal.

Gostava de saber se eles têm algum projecto. Gostava de saber qual. Estamos numa situação em que não temos alternativas. Temos de trabalhar dentro da União Europeia, temos de manter relações com os Estados Unidos, e temos de manter relações com o Brasil. E agora cada vez mais, porque os investidores portugueses descobriram o mercado brasileiro e estão a criar laços que são muito sólidos, porque são laços económico-financeiros muito importantes. Já a um nível muito elevado. Estamos muito ancorados ao Brasil, muito mais do que alguma vez estivemos. Se, antes, as nossas relações eram um bocado retóricas, agora já não são. Nós predominamos em certos sectores no Estado de São Paulo. Não é brincadeira.

Não sei se há algum nacionalista teórico que exponha as suas ideias. Eu não conheço. Conhece?

AV — Para alguns, opositores das actuais comunidades europeias, Portugal deveria aproximar-se do ponto de vista das correntes eurocépticas. Pensam que é possível ser da União e não contribuir para a construção europeia sobretudo no domínio da defesa. Como vê o futuro da União Europeia e o de Portugal na União? Quais os riscos com que a União se defronta? Que perigo representam os nacionalismos europeus emergentes?

JCM — Um empreendimento tão importante como a União Europeia oferece naturalmente riscos. Eles serão muitos e de vária natureza. Em primeiro lugar, o alargamento e a necessidade de reestruturação do processo decisório poderão levar a dificuldades sérias. A minha esperança é que os dirigentes europeus saibam evitar clivagens profundas e consigam harmonizar os interesses dos grandes e pequenos países membros da União. Confesso que me encontro inquieto por verificar uma certa falta

de liderança dos grandes chefes políticos europeus. Mas, por vezes, a falta de protagonismo pode ser salutar nos grandes conciliábulos internacionais. Um outro risco que desejaria que fosse afastado a curto prazo provém da posição ambígua da Grã-Bretanha. Sob pena de causar prejuízos à evolução da União, o governo de Londres terá de decidir por uma vez a integração completa e sem reservas da Grã-Bretanha na União. Uma das fraquezas da União no plano internacional provém da posição dúbia britânica. A Grã-Bretanha não pode estar eternamente *sitting on the fence*. Lewis Carroll já profetizou: *Humpty Dumpty sat on a wall; Humpty Dumpty had a great fall*...

O outro grande risco da União Europeia provém dos nacionalismos emergentes em alguns países membros. O nacionalismo ideológico é uma doença que pode tornar-se epidémica. O nacionalismo nos grandes países é extremamente perigoso e convém combatê-lo com determinação. A estrutura democrática dos países europeus dificulta por vezes quaisquer medidas repressivas dos movimentos nacionalistas. Mas quando eles assumem um papel inquietante, compete aos governos e aos próprios órgãos da União tomar medidas repressivas e, se possível, preventivas, que possam garantir a estabilidade política democrática da União. Na base do pensamento integracionista europeu está precisamente a eliminação dos nacionalismos radicais e divisionistas.

Quanto a Portugal ninguém pode contestar, com números na mão, as vantagens obtidas quanto ao nosso desenvolvimento pela integração na União. Penso, porém, que a utilização dos fundos comunitários que nos foram concedidos não foi feita da melhor forma. Em lugar de terem sido canalizados principalmente para as actividades directamente produtivas deveriam ter sido aplicados prioritariamente na educação e formação das pessoas, como foi feito na Irlanda, com resultados espectaculares. A nossa adesão ao euro foi um acto de coragem, mas é necessário encararmos os apoios de todo o género que poderemos obter da União de forma mais realista. O que infelizmente não tem acontecido.

Biobibliografia de José Calvet de Magalhães

Biografia

José Thomaz Cabral Calvet de Magalhães nasceu em 1915, em Lisboa. Até à sua entrada, em 1941, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, o futuro embaixador cumpriu a sua carreira académica, tendo frequentado o Liceu Passos Manuel e, mais tarde, ingressado na Faculdade de Direito de Lisboa, onde veio a concluir a licenciatura em Direito, no ano de 1940.

As suas lides académicas e o crescente interesse pela diplomacia levaram Calvet de Magalhães ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde foi aprovado através do concurso de admissão aos lugares de adido, em Janeiro de 1941. Em 1945, partiu para Nova Iorque enquanto cônsul-adjunto. No ano de 1946, desempenhou funções de cônsul gerindo interinamente o Consulado de Boston e, nesse mesmo ano, torna-se cônsul de Cantão.

Em 1951, Calvet de Magalhães assumiu o secretariado da Embaixada de Paris, exercendo simultaneamente funções como representante de Portugal no COCOM. Em 1952, torna-se membro da DELNATO, a Delegação da NATO em Paris. A partir de 1956, desempenhou, com o título de ministro plenipotenciário, o cargo de chefe da delegação em Paris, da Comissão Técnica de

Cooperação Económica Externa e o de representante permanente junto da Organização Europeia da Cooperação Económica (OECE), mais tarde renomeada Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), tendo sido presidente da delegação portuguesa durante a conferência que conduziu à reorganização OECE/OCDE, no âmbito do Acordo de Paris.

Em 1959, chefiou a delegação portuguesa durante a Convenção em que se desenvolveram as negociações do Tratado de Estocolmo, que criou a European Free Trade Association (EFTA). No ano seguinte, Calvet de Magalhães foi designado, com o título de embaixador, representante junto das Comunidades Europeias, tendo em 1962 sido nomeado representante permanente e chefe da delegação portuguesa junto da Comunidade Económica Europeia (CEE) e da Agência Internacional de Energia Atómica (EURATOM).

No ano de 1964, presidiu à delegação portuguesa nas negociações de Otava sobre os novos acordos dos limites de pesca entre Portugal e Canadá. No mesmo ano assumiu a Direcção-Geral dos Negócios Económicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e, no ano seguinte, é nomeado delegado do Governo junto da Sacor.

Nos anos que seguiram, o embaixador presidiu às delegações portuguesas nas negociações de Acordos de Comércio com a Rodésia (1965), com o Japão (1966), com o Brasil (1966) e com a República Popular da Roménia (1967).

Em 1969, o embaixador Calvet de Magalhães torna-se administrador, por parte do Estado, da Diamang, Companhia de Diamantes de Angola. Ainda em 1969, presidiu às negociações do Acordo com a República da África do Sul para a construção da barragem de Cabora Bassa. No ano seguinte, presidiu às negociações para um acordo de cooperação económica e de comércio com a Espanha.

Foi em 1971 que o embaixador Calvet de Magalhães assumiu as competências da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e que negociou o Acordo com os Estados

Unidos relativo à utilização da base das Lages. Em 1974, desempenha as funções de embaixador junto da Santa Sé, tendo presidido às negociações para a Revisão da Concordata com a Santa Sé, em 1975.

No ano de 1980, o embaixador Calvet de Magalhães terminou o serviço externo no Ministério dos Negócios Estrangeiros, vindo a exercer a função de consultor no Instituto Nacional de Administração (INA). Ainda que tendo terminado o serviço externo, voltou às negociações do Novo Acordo com os Estados Unidos sobre a base das Lages, em 1983.

O embaixador Calvet de Magalhães regressou à vida académica como Professor Associado da Universidade Autónoma de Lisboa, em 1995, e como Professor Convidado da Universidade Nova de Lisboa, em 2000.

Em 1985 o embaixador Calvet de Magalhães assumiu a presidência do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, onde se dedicou principalmente à análise das temáticas da integração europeia e das relações transatlânticas, tendo publicado um número muito significativo de textos na revista *Estratégia* sobre o euro-atlantismo e tendo participado activamente no projecto que deu origem ao livro *Portugal — Um Paradoxo Atlântico*. Outro marco importante da actividade de José Calvet de Magalhães no IEEI foi a publicação do Lumiar Paper *Portugal e as Nações Unidas: a questão colonial (1955-1974)*, obra contemplada com o prémio Aristides de Sousa Mendes. Outra área de interesse do embaixador Calvet de Magalhães foram as relações luso-brasileiras, a que se dedicou no quadro do projecto desenvolvido pelo IEEI no contexto das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, tendo sido publicados os livros *Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras*, (Lisboa: Quetzal Editores, 1997) e *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal* (São Paulo: Paz e Terra – Fundação Alexandre Gusmão, 1999). O último artigo do embaixador foi publicado em *O Mundo em Português* (n.º 56, Setembro/Outubro de 2004) sob o título «A unidade europeia

para a paz». Já em Abril de 2005 foi publicado um artigo inédito – «Francisco Lucas Pires – um cidadão europeu» – em *O Mundo em Português* (n.º 58, Abril/Maio de 2005).

Bibliografia

Livros

A responsabilidade penal do médico em caso de morte do doente, Coimbra: Ed. Américo Amado, 1945.

José Acúrsio das Neves (pref. José Calvet de Magalhães), Lisboa: SNI (Idearum. Antologia do pensamento português), 1945.

Antero de Quental: antologia do pensamento português, Lisboa: SNI (Idearum), 1948.

Duarte Gomes Solis, Lisboa: Separata da Revista STUDIA, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, n.º 19, 1966.

História do pensamento económico em Portugal: da Idade Média ao Mercantilismo, Coimbra: Separata Boletim de Ciências Económicas, 1967.

A nacionalidade de Álvaro Pais, Lisboa: Separata da Revista da Faculdade de Letras, 1968.

A nação portuguesa no mundo contemporâneo, Lisboa: Separata da Revista Militar, 1970.

A nação portuguesa no mundo contemporâneo, Lisboa: Grémio Literário, 1971.

Os Lusíadas e a defesa e expansão da Europa, Conferência proferida pelo Embaixador José Calvet de Magalhães no Southern Massachussets University, Lisboa: Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de *Os Lusíadas*, 1972.

Alessandro III riconosce il regno di Portogallo, Roma: Instituto Português de Santo António, 1979.

Alexandre III reconhece o reino de Portugal in Academia Portuguesa da História, 8.° centenário do reconhecimento de Portugal pela Santa Sé bula *Manifestis probatum,* 23 de Maio de 1179, Comemoração académica, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1979.

Os movimentos de cooperação e integração europeia no pós-guerra e a participação de Portugal nesses movimentos (Rui Teixeira Guerra, António de Siqueira Freire, José Calvet de Magalhães, pref. C. M. Alves Martins), Lisboa: I.N.A., 1981.

A diplomacia pura, Lisboa: APRI, 1982.

Portugal and the Independence of the United States, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1983.

Manual diplomático: direito diplomático, prática diplomática, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1985.

The Pure Concept of Diplomacy, New York, Westport, London: Greenwood Press, 1988.

Portugal: an Atlantic Paradox (José Calvet de Magalhães, Álvaro de Vasconcelos e Joaquim Ramos Silva), Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1990.

Breve história diplomática de Portugal, Mem Martins: Publicações Europa-América, 1990.

História das relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911), Mem Martins: Publicações Europa-América, 1991.

Breve história diplomática de Portugal, Mem Martins: Europa-América, 2.ª edição, 1991.

Manual diplomático: direito diplomático, prática diplomática, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2.ª edição, 1991.

Macau e a China no após guerra, Macau: Instituto Português do Oriente, 1992.

Portugal, paradoxo atlântico: diagnóstico das relações luso-americanas (José Calvet de Magalhães, Álvaro de Vasconcelos, Joaquim Ramos Silva, pref. Jaime Gama), Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1993.

José Maria, a vida privada de um grande escritor, Venda Nova: Bertrand, 1994.

A diplomacia pura, Venda Nova: Bertrand, 1995.

Garrett, a vida ardente de um romântico, Venda Nova: Bertrand, 1996.

Portugal e as Nações Unidas: a questão colonial (1955-1974), Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Cadernos do Lumiar n.º 6, 1996.

A diplomacia pura, Venda Nova: Bertrand, 2.ª edição,1996.

Manual diplomático – direito diplomático, prática diplomática, Lisboa: boa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 3.ª edição, 1997.

Portugal na Europa: o caminho certo, Lisboa: Bertrand, 1997.

Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras, Lisboa: Quetzal Editores, 1997.

Antero: A vida angustiada de um Poeta, Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998.

Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal, São Paulo: Paz e Terra – Fundação Alexandre Gusmão, 1999.

Eça de Queiroz – A vida privada, Lisboa: Editorial Bizâncio, 2000.

Depois das Caravelas – As relações entre Portugal e o Brasil 1808--2000, Lisboa: Instituto Camões, 2000.

Depois das caravelas – As relações entre Portugal e o Brasil – 1808--2000 (José Calvet de Magalhães em colaboração com Amado Sevo), Brasília: Editora UnB, 2001.

Manual diplomático – direito diplomático, prática diplomática, Lisboa: Editorial Bizâncio, 2001.

Diplomacia – Doce e Amarga, Lisboa: Editorial Bizâncio, 2002.

Artigos de jornais e revistas, capítulos e obras colectivas

«Euro-Atlantismo», in *Estratégia*, n.º 1, Primavera, 1986.

«Portugal e os Estados Unidos», in *Estratégia*, n.º 3, Primavera, 1987.

«Portugal e a integração europeia», in *Estratégia*, n.º 4, Inverno, 1987--88.

«Portugal e a defesa ocidental: A política atlântica (1945-1974)», in *Proserpina – Revista de la Universidad Nacional de Educacion a Distancia*, Mérida, Abril de 1989.

«A acção diplomática no pensamento dos diplomatas dos séculos XVII e XVIII», in *Diplomacia na História de Portugal*, Academia Portuguesa de História, Lisboa 1990.

«Extradições», in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, Vol. IV, Lisboa, 1991.

«Fronteiras», in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, Vol. IV, Lisboa, 1991.

«Salazar e a União Europeia», in *Portugal, España y Europa. Cien años de desafio (1890-1990)*, Universidad Nacional de Educación a Distancia, Centro Regional de Extremadura, Mérida, 1991.

«Os Velhos do Restelo», in *Diário de Notícias*, 18 de Novembro de 1991.

«A importância do projecto comunitário», in *Diário de Notícias*, 20 de Novembro de 1991.

«O futuro da Europa», in *Diário de Notícias*, 2 de Dezembro de 1991.

«O isolamento britânico», in *Diário de Notícias*, 5 de Janeiro de 1992.

«O primado da União Política», in *Diário de Notícias*, 12 de Janeiro de 1992.

«O alargamento da Comunidade Europeia», in *Diário de Notícias*, 21 de Janeiro de 1992.

«A vocação do alargamento», in *Diário de Notícias*, 26 de Janeiro de 1992.

«A cooperação euro-americana», in *Diário de Notícias*, 16 de Fevereiro de 1992.

«Camões e a Europa», in *Diário de Notícias*, 17 de Fevereiro de 1992.

«Os grandes e os pequenos clubes dos Doze», in *Diário de Notícias*, 15 de Março de 1992.

«A Comunidade Europeia e o Magrebe», in *Diário de Notícias*, 29 de Março de 1992.

«Os guias da transição democrática», in *Diário de Notícias*, 14 de Abril de 1992.

«A Comunidade e a América Latina», in *Diário de Notícias*, 19 de Abril de 1992.

«A nova Rússia», in *Diário de Notícias*, 30 de Abril de 1992.

«O Espaço Económico Europeu», in *Diário de Notícias*, 17 de Maio de 1992.

«O sistema europeu de defesa», in *Diário de Notícias*, 21 de Maio de 1992.

«A presidência não é um campeonato», in *Diário de Notícias*, 7 de Junho de 1992.

«A constituição e a diplomacia», in *Diário de Notícias*, 23 de Junho de 1992.

«Portugal e o Irangate», in *Diário de Notícias*, 16 de Julho de 1992.

«Um Estado, um voto», in *Diário de Notícias*, 26 de Julho de 1992.

«As contradições da Dinamarca», in *Diário de Notícias*, 27 de Julho de 1992.

«A lição de Edimburgo», in *Diário de Notícias*, 15 de Março de 1993.

«O novo mundo policêntrico», in *A Convergência Natural*, IEEI, Forum Euro-Latino-Americano, Lisboa, 1993.

«U.S. Forces in Portugal, 1943-1962», *in U.S. Military Forces in Europe – The Early Years*, 1945-1970, Westriand Press, San Francisco, 1993.

«Portugal na Europa: O caminho certo», in *Estratégia*, n.º 10-11, Inverno 1993-94.

«Tratados», in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, Vol. VII, Lisboa, 1996.

«O reconhecimento internacional da Junta de Salvação Nacional e a renegociação da Concordata de 1940», in *Portugal e a transição para a Democracia (1974-1976),* Edições Colibri, Instituição de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, 1998.

«Relações com os Estados Unidos da América», in *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Figueirinhas, 1999.

«Uma página triste da nossa história (Prefácio)», in *Os 58 dias que abalaram Macau*, de José Pedro Castanheira, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1999.

«As raízes do antiamericanismo», in *O Mundo em Português*, n.º 3, Dezembro 1999.

«A política externa portuguesa no tempo de Pombal», in *Janus 1999-2000*, Público&Universidade Autónoma de Lisboa.

«Portugal e a Inglaterra – de D. Fernando ao Mapa Cor-de-Rosa», in *Janus 1999-2000*, Público&Universidade Autónoma de Lisboa.

«A união faz a força», in *O Mundo em Português*, n.º 6, Março 2000.

«Portugal, Estado americano», in *O Mundo em Português*, n.º 7, Abril 2000.

«À sombra do poder», in *O Mundo em Português*, n.º 9, Junho 2000.

«Eça de Queiroz, cronista internacional», in *Mundo em Português*, n.º 11/12, Setembro 2000.
«Ruy Guerra, um diplomata europeu», in *O Mundo em Português*, n.º 13, Outubro 2000.
«As grandes descobertas e a aurora da ciência moderna», in *Um estudo Crítico da História*, de Hélio Juagaribe, Vol. II, Terra e Paz, São Paulo, 2001.
«A expectativa de Bush», in *O Mundo em Português*, n.º 17, Fevereiro 2001.
«O sucesso da aposta comercial», in *O Mundo em Português*, n.º 18, Março 2001.
«A prisão de Calouste Gulbenkian», in *O Mundo em Português*, n.º 21, Junho 2001.
«Questões à volta de um jantar – para inglês ver», in *O Mundo em Português*, n.º 27, Dezembro 2001.
«A política externa no plano multilateral», in *Janus 2002*, Público & Universidade Autónoma de Lisboa.
«A União Europeia face aos Estados Unidos», in *Semanário*, 8 de Fevereiro de 2002.
«Uma guerra sem fim», in *O Mundo em Português*, n.º 36, Setembro de 2002.
«A diplomacia económica em foco», in *O Mundo em Português*, n.º 41, Fevereiro de 2003.
«Uma história euro-americana», in *O Mundo em Português*, n.º 43, Abril de 2003.
«O Euro-Atlantismo Revisitado», in *José Calvet de Magalhães – Humanismo Tranquilo*, coord. De Álvaro de Vasconcelos, Principia, Cascais, Maio de 2003.
«O triunfo do consenso», in *O Mundo em Português*, n.º 51/52, Dezembro 2003/Janeiro 2004.
«O 25 de Abril e as Necessidades», in *Estratégia*, n.º 20, 1.º semestre de 2004.
«Portugal e o Congresso de Viena», in *O Mundo em Português*, n.º 55, Abril/Maio 2004.
«A unidade europeia para a paz», in *O Mundo em Português*, n.º 56, Setembro/Outubro 2004.
«Francisco Lucas Pires – Um cidadão europeu», in *O Mundo em Português*, n.º 58, Abril/Maio 2005.

Índice Remissivo

Acheson, Dean, 108
Ala liberal, 92, 94
Alexandre, czar, 136
Almeida Garrett, 14, 41-42
Andrade Corvo, João de, 14, 35-48, 67, 123
Aron, Raymond, 135
Aristóteles, 53
Atouguia, Jervis de, 42
Averróis, 53
Ávila, duque de, 38

Ball, George, 111
Barbosa, Daniel, 84
Barradas de Carvalho, 101
Belo, João, 21
Bettencourt, general, 97
Bidault, Georges, 124
Blair, Tony, 159
Boorstin, Daniel J., 149
burocracia, 119-120
Braga, Teófilo, 33
Brejnev, Leonid, 141-142
Briand, Aristide, 22, 24

Caeiro da Mata, José, 43
Caetano, Marcelo, 32, 66, 92, 94-97, 118
Camões, Luís Vaz de, 51, 163
Carrilho, Manuel Maria, 161
Carroll, Lewis, 166
Carter, Jimmy, 141
Castro, Pimenta de, 20
Cavaco Silva, Aníbal, 144, 145, 158, 161
Chaves de Almeida, 21
Chirac, Jacques, 155
Churchill, Winston, 106
Clausewitz, 134-135, 138
Coca-Cola, 111
Concordata, 76-77
Correia, Francisco António, 24
Correia de Oliveira, José G., 85, 89
Costa, Afonso, 20

Coudenhove-Kalergi, conde, 22
Cunha, Paulo, 32, 47-48, 80, 125

D. Henrique, infante, 54
D. João I, 56
D. João II, 52
D. João V, 135
D. Manuel I, 57
D. Manuel II, 10
D. Maria II, rainha, 42
D. Miguel, 54-55
D. Pedro, infante, 54
D. Pedro IV, 19, 54-55
D. Sebastião, 52, 57, 58
d'Oliveira Martins, Guilherme, 12
De Gaulle, general, 87, 98-99
Delors, Jacques, 156, 158
diplomata, função e definição de, 13, 29, 68-69, 76, 133-134, 135-137
Drobynin, 141
Durão Barroso, José Manuel, 145

Eça de Queirós, José Maria, 14, 41
Eden, Anthony, 108
escravatura, 39
Espírito Santo, José, 109

federação ibérica, 147
federalismo, conceito de, 146
Ferreira do Amaral, almirante, 20
Filipe I, 57
Filipe II, 56-57
Filipe III, 57
Fisher, Joschka, 158
Franco, general, 64, 114
Freire, António de Siqueira, 79
Freitas do Amaral, Diogo, 145
Gabor, Zsa-Zsa e Eva, 28-29
Gama, Jaime, 128-129
Gama, Vasco da, 149
Garrido, Carlos Sampaio, 28-29
Geremek, Bronislaw, 153
Goa, 110
Gorbachev, Mikhail, 90, 142
guerra, 15, 134-135, 136
Guerra Fria, 117
Guerra, Ruy Teixeira, 12, 26, 31, 43, 59, 79, 81-82, 84
Guterres, António, 144

Harriman, William Averell, 83
Herculano, Alexandre, 112-113, 148
Hervé, Gustave, 23
Hitler, Adolf, 107, 136, 154
Home, Lord, 127
humanos, direitos, 101, 139-142

intervenções humanitárias, 135
Ivens Ferraz, general, 21

Jaguaribe, Helio, 149
Junot, 138

Kant, Emmanuel, 133
Kennan, George, 85, 109
Kennedy, J. F., 110-111
Kennedy, Paul, 56
Kosovo (*ver* intervenções humanitárias)

Lantos, Tom, 29
Leite, José Pedro Pinto, 92-93, 94
Lavradio, marquês, 55
Lima Santos, José, 32
Lourenço, Eduardo, 147
Lourenço Marques, 20-21, 37
Lucas Pires, Francisco, 145

Lumbrales, João Costa Leite, 43, 86, 95, 108

Macedo, Jorge Borges de, 52
Machado, Alberto Reis, 23
Magalhães, Fernão de, 149
Magno, Carlos, 153
Mathias, Marcello G., 32, 82, 125-126
Marques, Álvaro D. Loureiro, 31-32, 43, 61
Marshall, Plano, 43, 78-92
Melo Antunes, Ernesto A., 128-129
Mondlane, Eduardo, 35, 110, 147
Monnet, Jean, 32, 87-88
Monteiro, Amaro de Sacramento, 24
Montesquieu, 85
Mundial, I Guerra, 33, 34, 107, 143
Mundial, II Guerra, 13, 105, 124-125, 135
Mussolini, Benito, 64

nacional-sindicalismo, 64
nacionalismo, 12-13, 54, 66, 166
Nações, Sociedade das, 22,
Napoleão, 136, 138, 153-154
NATO, 81, 91, 108,
Neves, Mário Viçoso, 96
Nietzsche, Friedrich, 133
Nixon, Richard, 141
Nobre Guedes, embaixador, 106-107
Nogueira, Franco, 33, 61-71, 74, 79, 125-127
Norton de Matos, 32, 43

ONU, 59, 101, 102, 110

Pais, Sidónio, 20
Patrício, Rui, 96, 127
Pearl Harbor, 105
Pereira de Melo, Fontes, 38
Pessoa, Fernando, 57
Pineau, Christian, 124
Pinheiro, Bordalo, 20
Pinto de Magalhães, João de Sousa, 19
Platão, 53
Pleven, Plano, 86
Pompidou, Georges, 97
Primo de Rivera, 28
Pulido Valente, Vasco, 19

Ramalho Ortigão, 46
Rhodes, Cecil, 37-38
Rolão Preto, Francisco, 64
Roosevelt, Franklin, 106, 109

Sá Carneiro, Francisco, 94
Sakharov, Andrei, 142
Salazar, António de Oliveira, 25, 40, 44, 47, 55, 64-66, 72-77, 82, 84, 90, 100, 106-111, 123-126
Saldanha, duque de, 42
Sanjurjo, general, 64
Santa Cruz, massacre de, 102
São Tomé, 39
sebastianismo, 57-58
Sérgio, António, 92
Silva, Joaquim Ramos, 119
Soares, Mário, 99, 112, 127-128, 145
Schopenhauer, 133
Sousa Mendes, Aristides de, 28, 29
Spaak, Paul-Henri, 145

Talleyrand-Perigord, Charles, 138
Talibans, 134
Teixeira de Sampaio, Luís, 28, 32, 40, 63, 106, 123, 124

tese voluntarista da nacionalidade, 112-113, 148
Timor-Leste, 102, 125, 139, 140, 161
Torres, Adelino, 60
Tovar, conde de, 81, 107
Tsé-tung, Mao, 80
União ibérica, 36, 114, 147
Vieira, António padre, 58
V Império, 57-58